

4º Seminário História & Patrimônio: diálogos e perspectivas

CADERNO DE RESUMOS

Organizadores

Carmem G. Burgert Schiavon

Olivia Silva Nery

José Carlos da Silva Cardozo

Wagner Feloniuk

Editora da furg

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Carmem G. Burgert Schiavon
Olivia Silva Nery
José Carlos da Silva Cardozo
Wagner Silveira Feloniuk
(Organizadores)

CADERNO DE RESUMOS DO 4° SEMINÁRIO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

Editora da furg

Rio Grande
2021

© Dos autores.

2021

Arte da capa, diagramação da capa, formatação e diagramação:
Carmem G. Burgert Schiavon
Olivia Silva Nery
José Carlos da Silva Cardozo
Wagner Feloniuk

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Seminário de História e Patrimônio: diálogos e perspectivas (4.: 2021: Rio Grande).

Caderno de resumos do IV Seminário de História e Patrimônio: diálogos e perspectivas / Seminário de História e Patrimônio: diálogos e perspectivas [recurso eletrônico]. – Dados eletrônicos. – Rio Grande: Ed. da FURG, 2021.

Modo de acesso: https://4shp.furg.br/
Evento realizado na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, de 23 a 25 de junho de 2021. - Organizadores: Carmem G. Burgert Schiavon, Olivia Silva Nery, José Carlos da Silva Cardozo, Wagner Silveira Feloniuk.
ISBN: 978-65-5754-069-5

1. História - Congressos. 2. Patrimônio Cultural - Congressos. I. Título.

CDU 94.351.852

Catalogação na Publicação: Bibliotecária Renata Braz Gonçalves CRB 10/ 1502

A revisão e todas as opiniões e informações expressas em cada um dos artigos são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.



SUMÁRIO

Apresentação 8

SIMPÓSIO TEMÁTICO – PATRIMÔNIO, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E DECOLONIALIDADE: PRÁTICAS EDUCATIVAS, POLÍTICAS E SOCIAIS 9

Entre memórias e patrimônios imateriais: contribuições para a formação identitária dos quilombos remanescentes no Sertão de Pernambuco 10
Joana D'arc Santos da Silva

Curadoria com participação social: um estudo de caso sobre o 6º Aldeia SESC de Caxias do Sul/RS – Saravá! – 2018 11
Ernani Viana da Silva Neto

O patrimônio musical brasileiro, a cultura afro-brasileira e o caso do hip hop como prática educomunicacional, política e social 12
Denis Ferraz Gasco

Decolonizando o museu: perspectivas subalternas no Pavilhão Anexo Lucas da Feira-Museu Casa do Sertão/UEFS 13
Lázaro de Souza Barbosa

Calibán y las memorias cimarronas. Reflexiones sobre las reparaciones por la esclavitud en América Latina y el Caribe 14
Juan Carlos Piñango Contreras

A imprensa negra no Brasil: o papel da imprensa do pós-abolição e seu viés educativo 16
Leonardo de Melo Belem e Carmem G. B. Schiavon

Da "magia negra" ao sagrado afro-brasileiro: colonialidade cosmogônica e racismo religioso na usurpação da memória 17
Marjorie Nogueira Chaves

Por uma história decolonial: a atuação das populações afrodescendentes em ambientes socioculturais de Porto Alegre (1872–1971) 18
Arilson dos Santos Gomes

SIMPÓSIO TEMÁTICO – PATRIMÔNIO, ENSINO E EXPERIMENTAÇÕES 19

Inquietações a partir de uma experiência no Ensino Superior: patrimônio cultural e a exposição fotográfica sobre receitas 20
Loiana Maiara Zviegicoski Ferrando, Lucas Antoszczyszyn e Ana Paula Wagner

O patrimônio de Pelotas para todos verem: a audiodescrição como ferramenta pedagógica no processo de inclusão de pessoas com deficiências em passeios culturais.....21
Leandro Freitas Pereira e Carla Rodrigues Gastaud

A estética cemiterial: o Ensino de História no cemitério.....22
Maria Cristina Pastore

As mulheres nas festas em homenagem ao Divino Espírito Santo 23
Sandra de Cássia Araújo Pelegrini

A Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (Ilha do Mel/PR) no século XVIII: aplicativo para dispositivos móveis para o Ensino de História 24
Ivan Rodrigo Rebuli

Educação patrimonial: em busca de uma conscientização cultural que salvaguarde o patrimônio cultural afro-brasileiro 25

Rafael Heneine, Alberlene Baracho e Mirella Braga

Educação patrimonial: arte, história e memória – o cemitério como um espaço educativo 26
Marcelina das Graças de Almeida

O epitáfio como elemento de representatividade cultural e materialidade discursiva e seu potencial didático 27
Cláudia Brandão Schwab

Turismo, patrimônio e artesanato: uma proposta educativa para o território geoparque quarta colônia aspirante UNESCO.....28
Bibiana Schiavini Gonçalves Toniazzo e Marta Rosa Borin

SIMPÓSIO TEMÁTICO – MUSEUS E PATRIMÔNIO 29

De coleção em coleção se forma um museu. O museu municipal, sua formação e seu espaço na comunidade 30
Sandra Cristina Donner

Museu e política social: o enquadramento da memória e a representação cultural em instituições museológicas regionais 31
Francielle Correia Rodrigues Silva

Uma nova perspectiva para o conhecimento e interlocução do esporte: museus virtuais 32
Ester Liberato Pereira

Os museus virtuais da pandemia: reinvenção museal, processos e conexões 33
Rafael Teixeira Chaves e Daniel Viana de Souza

Quando o museu vai ao encontro do público: a experiência dos Domingos da Criação (MAM-RJ) e do Projeto Extramuros (MARGS) 34
Aline Vargas e Vanessa Aquino

A presença da mulher no futebol: musealização das coleções do futebol feminino no Museu do Grêmio Hermínio Bittencourt, Porto Alegre/RS 35
Sibelle Barbosa da Silva

Entre práticas e afetos: o Minimuseu Firmeza e a História da Arte no Ceará 36
Luiza Helena Amorim Coelho Cavalcante

Fortalecimento dos museus por meio do estágio universitário e a contribuição desses espaços na formação dos profissionais de história 37
Mônica Jaqueline de Oliveira, Nainora Maria Barbosa de Freitas e Simara Sgobbi Cauchick

Formação de acervos em museus universitários de arte: o caso do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.....38
Joana Soster Lizott e Diego Lemos Ribeiro

Pensar antes de ter: uma discursão sobre política de acervo e usos do patrimônio 39
Augusto Duarte Garcia e Daniel Mauricio Viana de Souza

Musealização in situ: estudo de viabilidade do Sítio Arqueológico Alcobaça, Buíque/PE 40
Jaime de Lima Guimarães Junior e Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

O mito do "herói" pioneiro no museu da cidade de Governador Valadares/MG 41
Lucinei Pereira da Silva e Luiz Henrique Assis Garcia

Projeto Campo Arqueológico Virtual: experiência virtualizada de musealização da arqueologia 42
Miriam Cazzetta

Parque Estadual dos Pirineus: memória, cultura e natureza 43

Oona Yasmina de Oliveira, Poliene Soares dos Santos Bicalho e Sirlene Alves da Silva

Museus em [Im]previsível transformação: as proposições dos museus gaúchos no ciberespaço durante a 14ª Primavera dos Museus 44
Vanessa Aquino, Gabriela Mattia e Aline Vargas

"Formiga enxerga tudo gigante": o espaço cemiterial e as trilhas temporais da comunicação entre presentes 45
Pedro Luiz Vianna Osorio e Maria Cristina Oliveira Bruno

Aparecida e Chora: a necessidade da conservação do monumento como patrimônio cultural e material da humanidade 46
Egidio S. Toda, Fernanda Maria de Oliveira Araújo e Maria Carla Vieira Pinho

Patrimônio cultural e museu na trajetória do centro de estudos da cultura popular 47
Maria Siqueira Santos e Fábio Martins Bueno

Museu de Gemas do Pará: apontamentos sobre conservação e restauro de adornos 49
Clarisse Fonseca Chagas

Tarcísio Taborda e as influências do pensamento museológico sul riograndense 50
Joel Santana da Gama

SIMPÓSIO TEMÁTICO – PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: DESAFIOS E PROPOSIÇÕES CONTEMPORÂNEAS 51

Histórias que tramam o gênero, a arte, a vida [e outras memórias]: narrativas de mulheres fazedoras de quadrilha junina no Ceará 52
Marcos Evangelista de Souza Oliveira

Viva o Divino! Estudo das práticas devocionais da Casa do Divino como elemento de instituição de um patrimônio cultural em Ponta Grossa (PR) 53
Elizabeth Johansen

"Manda responsar": o "responso" enquanto patrimônio cultural imaterial de Mostardas/RS 54
Sabrina Machado Araujo

A constituição da memória coletiva: uma leitura sobre as Escolas do Conjunto Habitacional Encosta Norte na cidade de São Paulo 55
Franklin Roberto Ferreira de Paula e Maria Isabel Imbrunito

Patrimônio, espaço público e morfologia urbana: a apropriação cultural da rua como palco e permanência 56
Artur Hugo da Rosa

SIMPÓSIO TEMÁTICO – ACERVOS E PATRIMÔNIO: DO TRATAMENTO À PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL 57

O acervo do SPI e as histórias indígenas na Amazônia: experiências de pesquisa e organização documental do fundo "2ª Inspetoria Regional" (1930-1967) 58
Benedito Emílio da Silva Ribeiro

Contexto histórico e de formação do acervo fotográfico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande (1955-1972) 59
Greta Dotto Simões e Glaucia Vieira Ramos Konrad

A coleção Alair Gomes na Fundação Biblioteca Nacional: um relato da institucionalização 60
Lorrane Cristina Passos Sezinando

Aspectos da memória científica do Instituto Geobiológico La Salle Canoas/RS, através do seu acervo localizado na coleção especial da Biblioteca da Universidade La Salle 61
Lizandra Veleda Arabidian, Anelise Beneduzi e Cristina Vargas Cademartori

Inventários participativos como instrumento de patrimonialização de acervos dos sítios históricos no Espírito Santo 63
André Malverdes

Guardados e achados das margens: inusitadas materialidades do acervo documental da Sociedade Polônia (séculos XIX e XX) 64
Maria Stephanou, Cláudia Severo e Amanda Backes Kauer

Higienizar, catalogar, acondicionar: procedimentos metodológicos de salvaguarda aplicados a um conjunto de materiais pedagógicos 66
Joseane Cruz Monks e Vania Grim Thies

Reflexões sobre acervos pessoais para além da dispersão: biografias, sentidos e potencialidades 67
Ana Inés Arce, Djiovan Vinícius Carvalho e Vanessa Gomes de Campos

Arquivar a própria vida: um estudo da hemeroteca do Acervo Particular da profa. Annunciada Chaves 68
Elisangela Silva da Costa

Acesso democrático e proteção de dados: desafios para a preservação do acervo arquivístico da Comarca de Bragança-PA no período de 1964-1985.....69
Filipe de Sousa Miranda

SIMPÓSIO TEMÁTICO – MODA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO.....70

Um estudo da cultura material: as vestes japonesas acervadas no Museu Histórico de Londrina 71
Daniele Caroline Antunes

Vestimentas goianas no século XIX: contribuições para o estudo da moda em Goiás 72
João Guilherme da Trindade Curado e Tereza Caroline Lôbo

A historicidade nas práticas vestimentares através do Jornal Diário Popular (Pelotas/RS, 1980) 73
Laiana Pereira da Silveira

Caixas de pandora: notas sobre a constituição da Seção Moda da Coleção Amazoniana de Arte da UFPA..74
Susanne Pinheiro Dias

SIMPÓSIO TEMÁTICO PATRIMÔNIO E SENSIBILIDADES COSTEIRAS 75

Devaneio ao som das ondas.....76
Aline Lúcia Nogueira Medeiros

A invenção da praia e o lazer à beira mar: arquitetura na orla santista 77
Jaqueline Fernández Alves e Cristina de Campos

Imagens da cidade e a construção do imaginário Balneário do Rio de Janeiro na Revista Cruzeiro 78
Lohanne Ferreira

A vilegiatura marítima no Balneário Cassino nos primeiros anos do Século XX: fotografias do verão junto ao mar 79
Andrea Maio Ortigara

SIMPÓSIO TEMÁTICO PATRIMÔNIO E ARQUITETURA 80

O patrimônio histórico, cultural e religioso de Porto Nacional: o legado dominicano francês no norte do Brasil 81
César Evangelista Fernandes Bressanin

Entre o concreto e o abstrato: o patrimônio cultural religioso como evocação da materialidade do monumento e simbologia do lugar de memória 82
Camila de Brito Quadros

Requalificação urbana e arquitetônica no Quilombo do Areal 83
Nathália Gomes

Muros de taipas: patrimônio cultural na paisagem de São Francisco de Paula, RS, Brasil 85
Ismael Jesus Klein

Processo de patrimonialização brasileiro: a influência modernista nas políticas patrimoniais mineiras.....86
Bruna Carneiro Leão Simões

Um plano urbanístico que destrói igreja: o caso da Igreja do Rosário de Campinas 87
Caio Felipe Gomes Violin

O patrimônio Sacro-arquitetônico do Rio Jacuí: igrejas e memórias na paisagem fluvial 88
Sofia Inda

Arquitetura e patrimônio paulista na formação do Museu de Arte Sacra de São Paulo 89
Christian Mascarenhas

Passeando pelas ruas: usos e abusos da história e do patrimônio na cidade de São Paulo 90
Philippe Arthur dos Reis

SIMPÓSIO TEMÁTICO – HISTÓRIA E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: ENTRE O MATERIAL E O IMATERIAL 91

A Fábrica Móveis Cimo S.A.: entre a construção e a evanescência (1921-1982) 92
Osvaldo Bruno Meca Santos da Silva

Acervos e museus Historicizar ou fetichizar os acervos ferroviários 93
Cinara Isolde Koch Lewinski

O lugar do patrimônio industrial no Piauí: uma análise sobre perspectivas e ações de preservação 94
Alexandra Sablina do Nascimento Veras

Lãs que tecem memórias: objetos da Fábrica Rheingantz e valorização das narrativas de trabalhadoras e trabalhadores 95
Vanessa Avila Costa

O lugar do movimento operário no patrimônio industrial 96
Frederico Duarte Bartz

Disputas e resgate de memórias em torno da Usina de Cambahyba, em Campos dos Goytacazes 97
Lavínia Izidoro Martins

Entre o bordar e o preservar: o artesanato como fonte para o processo de musealização do patrimônio industrial 98
Geovana Erlo e Ana Carolina Gelmini de Faria

Patrimônio industrial belo horizontino: um estudo de caso sobre o Cemitério do Bonfim 99
Ronaldo André Rodrigues da Silva e Maria Clara Lara Ferreira

SIMPÓSIO TEMÁTICO – POLÍTICAS PATRIMONIAIS E CIDADES 100

Patrimônio, visualidades, limites e possibilidades na cidade de Goiás 101
Dhyovana da Silva Cardoso

Notas sobre a produção legislativa de políticas patrimoniais no Brasil: estudo explicativo sobre o cenário nacional das políticas voltadas para o patrimônio cultural, a partir da análise do Projeto de Lei 7568/2006, que vigorou a ser o estatuto dos museus.....102
João Victor Polaro Soares e Bruno de Castro Rubiatti

Barbalha: diálogos possíveis entre as implantações portuguesa e colonial no Sertão do Cariri 103
Giovanna Garcêz Freire

Os lugares de memória da Ditadura Militar em Juiz de Fora, Brasil (1964-1985) 104
Yussef Campos

Identificar e preservar: apontamentos sobre o ICMS Patrimônio Cultural (Minas Gerais) 105
Dalila Varela Singulane

Territorialização do espaço urbano e a construção da narrativa patrimonial em centros históricos no Brasil: o caso da narrativa do Dossiê de Tombamento do Centro Histórico-paisagístico de Jaguarão/RS 106
Nicolli Bueno Gautério e Renata Ovenhausen Albernaz

Atuação normativa na Vila Histórica de Mambucaba: uma revisão de premissas? 107
Thiago Santos Mathias da Fonseca

A ressignificação do patrimônio na cidade pandêmica: o caso do Grande Hotel em Goiânia/GO 108
Jordana Gouveia e Silva e Marlon Teixeira de Faria

Preservação do patrimônio cultural em imóveis inventariados: uma análise dos instrumentos legais de gestão no município de Pelotas - RS em situações de conflitos patrimoniais 109
Cristiane Grequi Cardoso e Renata Ovenhausen Albernaz

Memorial Coluna Prestes: entre uma ideia de "resgate" do passado e uma política de estímulo ao turismo em Santo Ângelo/RS 111
Amilcar Guidolim Vitor

SIMPÓSIO TEMÁTICO – PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E IMAGEM EM DIÁLOGOS 112

Cidade de Mossâmedes: sua história sob a ótica das visualidades 113
Stefany Lorrane Menezes Ferreira

Memória identitária e o patrimônio esportivo: o caso do Maracanã 114
Guilherme Moreira Gomes da Cruz

Patrimônio da porta para dentro: inventário das pinturas murais, enquanto bem integrado ao Casario de Penedo/AL 115
Mariana Aline Barbosa Pereira

Levantamento Aerofotogramétrico da Fazenda Cipó – documentação e resultados 116
Tiago de Castro Hardy e Willi de Barros Gonçalves

Pintura de história e a Memória Farroupilha: patrimônio e imagem em diálogo 117
Luciana da Costa de Oliveira

Preservando a memória histórica: um contraponto entre o passado e o presente da Orla de Olinda através das fotografias (1970-1980) 118
Sergio Luiz Carvalho Mozdzenski Júnior

A prática sindical como patrimônio cultural imaterial 119
Sibila Francine Tengaten Binotto e Moisés Waismann

SIMPÓSIO TEMÁTICO - GRADUAÇÃO 120

O ensino de arqueologia e educação patrimonial no Lasca em tempos de pandemia 121
Eduardo B. Marin, Patrick S. Ventura e Willian Carvalho

Experiências dos estudantes do 9° ano como sujeitos centrais para a Educação Patrimonial, em uma saída de campo no Centro de Florianópolis (SC) 122
Beatriz Martinelli Machado, Júlia Rossler da Rosa Oliveira e Letícia Stiehler Machado

Patrimônio histórico e natural: preservação e divulgação do acervo histórico da agência de desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim 123
Bethânia Luisa Lessa Werner e Nathalia Lima Estevam

O patrimônio cultural gastronômico nas colônias de Santa Bárbara e Canta Galo em Palmeira (PR) 124
Thaís Riffert

Cartas de Saturnino de Brito: a experiência frustrada do Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande no Programa Memória do Mundo da UNESCO 125
Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes

“Não veio do céu nem das mãos de Isabel”: o Ensino de História da abolição a partir de sambas-enredos 127
Carmem G. B. Schiavon e Marcelo Studinski

PIBID interdisciplinar História e Sociologia na Universidade de Brasília (2020-2021) 128
Gabrielle Pereira da Conceição

Iniciação científica através do ciberespaço: reflexões sobre a experiência no Projeto Forma & Conteúdo (Museologia/UFRGS) 129
Gabriela Meneghel Colla Mattia

Divulgação científica e preservação: Sépia UFRGS & Ações para Salvaguarda do Acervo da Sociedade Polônia de Porto Alegre 130
Karine Jeziorski, Luiza Barth e Pauline Tante de Tróia

Arquivo do Porto do Rio Grande: navegando em séculos de história e memória 131
Juslaine Tonin

Acervos históricos da saúde em tempos de pandemia: preservação e divulgação pela digitalização 132
Felipe Vieira Chiamulera, Marcelo Vianna e Angela Beatriz Pomatti

Nutal e Oficina de Criatividade: extensão em prática 133
Julia Ferreira da Silva e Victoria Medeiros da Silva

APRESENTAÇÃO

O *Seminário História & Patrimônio: diálogos e perspectivas* chega, em 2021, à sua quarta edição. A pandemia do Covid-19, que assolou nosso país e o mundo, a partir de 2020, alterou a modalidade do evento, mas não a sua qualidade. Em 2021, o Seminário será 100% virtual e conta com trabalhos de excelente qualidade e contribuição para as discussões teóricas, conceituais e práticas, relacionadas às mais diversificadas áreas do patrimônio cultural, em um caráter totalmente interdisciplinar.

Os 12 Simpósios Temáticos, coordenados por especialistas nas áreas, apresentam trabalhos de vários estados brasileiros, indo do Norte ao Sul, em um encontro singular e especial. Nessa esteira, este Caderno de Resumos apresenta a prévia destes trabalhos, e serve como uma espécie de guia dos debates e prévia do que os trabalhos completos irão apresentar.

Muito embora a grande tragédia da pandemia do Covid-19, das milhares de vidas ceifadas, a comissão organizadora do evento agradece a todas e todos, que colaboraram para a execução desse evento, em um momento tão difícil e conturbado da nossa história.

Comissão Organizadora

SIMPÓSIO TEMÁTICO – PATRIMÔNIO, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E DECOLONIALIDADE: PRÁTICAS EDUCATIVAS, POLÍTICAS E SOCIAIS

COORDENADORES: PROF. DR. ARILSON DOS SANTOS GOMES (UNILAB), PROF. DR. KACIANO BARBOSA GADELHA (FURG) E PROF. DR. MAURO DILLMANN (UFPEL)

ENTRE MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS IMATERIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOS QUILOMBOS REMANESCENTES NO SERTÃO DE PERNAMBUCO

Joana D'arc Santos da Silva[1]

O presente estudo tem o objetivo de fazer uma análise sobre os aspectos da memória como patrimônio imaterial na construção da identidade dos quilombos remanescentes do estado de Pernambuco. Partindo desses pressupostos, produziremos uma reflexão sobre os impactos dos patrimônios imateriais na memória, pois o mesmo se faz a partir de acontecimentos históricos que influenciam na vida dos residentes quilombolas, traduzindo-se também na constituição e manutenção das identidades coletivas e individuais. Levando em consideração o estado de Pernambuco como uma grande referência às lutas travadas, resistência à escravidão e a criação de quilombos, podemos refletir sobre um espaço que foi constituído por diversos povos que agregaram nos mais diversos cenários, tais como econômicos, sociais e políticos. Assim, os valores históricos acerca do patrimônio imaterial são riquíssimos transpassando algumas gerações, atuando nas identidades por meio da memória coletiva. Atualmente, estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares 83 quilombos remanescentes no estado de Pernambuco, sendo 2 na região metropolitana, 2 na zona da mata, 33 no agreste e 46 no sertão. Mostra-se que há uma quantidade considerável de quilombos e que cada um traz suas características, tais implementadas pelo patrimônio imaterial, que são herdadas pelas sociedades e que tem um caráter afetivo para os indivíduos, traduzidas em suas experiências e vivências. Assim, a memória e o patrimônio imaterial ajudam as novas e antigas comunidades em entender e preservar a sua história, procurando fazer com que as mesmas utilizem estratégias para conservar sua base histórico-cultural refletindo nos aspectos identitários, fazendo uma ligação com suas raízes e produzindo "sujeitos" das determinadas comunidades. Algumas das comunidades exercem a diversidade e desta forma, através do seu processo histórico, denominam-se quilombos. Em Pernambuco, possuem algumas comunidades de conhecimento nacional como a Catucá, Palmares, Conceição das Crioulas, Castainho, dentre outras e que também se aproximam traços culturais através da memória que perpassa os grupos coletivos nas comunidades. Desta forma, se há interesse de historiadores, etnógrafos e demais áreas promoverem estudos antropológicos para registar a permanência de memórias e patrimônios e assim, faz com que tenha a permanência de traços que possam refletir nos processos das identidades coletivas.

[1] Mestranda do Programa PROCADI em Culturas Africanas, da Diáspora e Povos Indígenas pela Universidade de Pernambuco/Campus Garanhuns (UPE). Contato: joanna_darck@hotmail.com

CURADORIA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O 6º ALDEIA SESC DE CAXIAS DO SUL/RS – SARAVÁ! – 2018

Ernani Viana da Silva Neto[2]

Este trabalho visa abordar os aspectos curatoriais que viabilizaram a tematização do 6º Aldeia SESC de Caxias do Sul/RS – SARAVÁ! – ocorrido entre os dias 03 e 08 do mês de novembro de 2018. A cidade de Caxias do Sul, localizada na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, possui uma política patrimonial bem elaborada e um acervo cultural vinculado à epopeia do imigrante europeu. Graças às ações de diversos agentes sociais e artísticos vem se desenvolvendo na cidade uma maior sensibilidade para pautas de outros grupos étnicos. Entre estes estão os curadores de arte e, no mais específico deste trabalho, os que organizaram a 6ª edição do Aldeia SESC de Caxias do Sul. Sua programação destacou as múltiplas formas de manifestação das Culturas Afro-brasileiras na serra gaúcha. Nesse sentido, foram elaboradas oficinas de Hip Hop; Passeio cultural guiado; Exposição de artes visuais "Refugiados" e "Saravá Orixá"; Programação musical em quilombos urbanos na cidade; Oficinas de RAP e Percussão; Exibição de filmes que trataram da questão racial e dos novos imigrantes; Debates em torno da ensino da cultura africana e afro-brasileira na sala de aula; além da criação de um Tambor (Cápsula) do tempo com mensagens que serão abertas em 2028. O encerramento da programação foi registrado em obra audiovisual intitulada "Tambores da nossa Aldeia". Embora o Aldeia SESC aconteça na cidade desde 2013, foi em 2016 que a instituição começou a elaborar programação temática, consultando artistas e produtores locais, para suscitar na população reflexões, ressignificações e descobertas. Em 2016 a temática foi "Os 100 anos do Samba", e, em 2019, "Celebração do Feminino: Terra, Mãe, Mulher". Nos anos 2020 e 2021 as ações presenciais foram suspensas devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Pode-se afirmar que a 6ª edição foi uma oportunidade única de divulgar os patrimônios materiais e imateriais da cultura afro de Caxias do Sul/RS. Cabe salientar que se trata de um Estudo de Caso, que busca conhecer as características que fizeram deste evento único na cidade. Além de revisão bibliográfica sobre o evento, Curadoria e Patrimônio Cultural Afrobrasileiro, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os curadores: Luciana Stello (Gerente da unidade SESC de Caxias do Sul/RS); Vanessa Falcão (Agente Cultural do SESC de Caxias do Sul/RS) e Carlinhos Santos (Consultor contratado). Constatou-se que as pautas dos grupos étnicos e identitários minoritários, e seus referentes patrimoniais, vêm dando vitalidade artística e performática as ações culturais da referida instituição nas últimas edições do Aldeia SESC Caxias do Sul.

[2] Mestrando em Museologia e Patrimônio (UFRGS) e Mestre em Turismo e Hospitalidade (UCS). Contato: ernaniviana@gmail.com.

O PATRIMÔNIO MUSICAL BRASILEIRO, A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E O CASO DO HIP HOP COMO PRÁTICA EDUCOMUNICACIONAL, POLÍTICA E SOCIAL

Denis Ferraz Gasco[3]

Originada nos EUA, a cultura hip hop foi desenvolvida em meio ao contexto de crise e recessão econômica dos países capitalistas da Segunda Fase da Guerra Fria, quando a alta dos preços da energia agravou a corrida armamentista em curso, sendo acompanhada pela disseminação de insurreições por independências em países da África e Ásia. Aliado a isso, os efeitos da revolução cultural com a contracultura foi acompanhado pelo aumento de movimentos sociais, assim como uma crise no modelo da sociedade burguesa capitalista, em meio à qual a juventude teve reconhecido seu poder de agente social independente (HOBSBAWM, 2012). Desta forma, este proposta de comunicação pretende apresentar explorações e descobertas realizadas durante nossa investigação de mestrado, complementadas por conhecimentos que tem sido aprofundados nestes últimos três anos de investigação para a tese de doutorado que está em curso. Com isso, nos propomos a apresentar aspectos de todo o processo de mudanças que tem implicado este fundamental patrimônio cultural que é a história da música brasileira e que sofre com a falta de investigações. Para isso, nos propomos a expor casos que foram estudados durante a investigação anterior, assim como introduzir novos artistas e iniciativas que têm ganhado espaço, inclusive em contexto de pandemia

[3] Doutorando em Historia del Arte y Geografia, Universidad de las Islas Baleares. Contato: denisgasco@gmail.com

DECOLONIZANDO O MUSEU: PERSPECTIVAS SUBALTERNAS NO PAVILHÃO ANEXO LUCAS DA FEIRA-MUSEU CASA DO SERTÃO/UEFS

Lázaro de Souza Barbosa[4]

O presente trabalho ocupa uma discussão a respeito da perspectiva decolonial no espaço museal, buscando mapear as histórias e representações sobre o escravizado, filho de africanos, Lucas Evangelista dos Santos no Pavilhão Anexo Lucas da Feira, localizado no Museu Casa do Sertão em Feira de Santana. Concebido no ano de 1997, o Pavilhão Anexo comporta objetos, traços culturais do mundo do trabalho policultor escravista feirense e região circunvizinha, assim como apresenta uma relação informal de produção e difusão de saberes no tocante às relações étnico-raciais e de trabalho, tendo em vista o público de crianças, adolescentes, adultos que cruzam o Pavilhão nas múltiplas relações educacionais que lá são travadas e também se atentando ao sujeito histórico que nomeia o espaço museal em questão, o escravizado insurgente Lucas da Feira. Compreendendo a dimensão argumentativa que caracteriza o museu, pode-se apontar com o auxílio da teoria decolonial, interpretações não hegemônicas relacionadas à presença do passado escravista no espaço museal, atentando-se para necessidade de desestabilizar narrativas que insistem em confinar as histórias e representações a respeito do povo negro no mundo do trabalho escravista, como se peças desse sistema fossem. Ancorando-se nos estudos de Grada Kilomba, Joaze Bernadino-Costa, Mário Chagas Souza e Francisco Lopes Régis Ramos, tornou-se possível discutir a decolonização das histórias e representações a respeito do escravizado Lucas da Feira no Pavilhão Anexo do Museu Casa do Sertão.

[4] Graduado em História na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFES). Contato: lazzosza@gmail.com.

CALIBÁN Y LAS MEMORIAS CIMARRONAS. REFLEXIONES SOBRE LAS REPARACIONES POR LA ESCLAVITUD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Juan Carlos Piñango Contreras[5]

Através de la revisión de dos de los documentos más importantes relacionados con las luchas de los afrodescendientes en las Américas y el Caribe, a saber; el Plan de Acción de Durban (2001) y, la Declaración sobre las reparaciones por la esclavitud de los africanos y sus descendientes y el tráfico de esclavos (2016), es posible comprender que el discurso político de estas organizaciones no se corresponden con lo que ha sido relatado en las historias oficiales, de esta manera, el desarrollo de esta investigación parte de la mirada calibanica, mirada problematizadora que ha sido desarrollada por diversos pensadores afrodiásporicos, durante el siglo pasado, para referirse a la voz del subalterno, invisibilizado, discriminado, en la incesante lucha por la libertad, la inclusión y el reconocimiento, por lo que a partir de este enfoque pretendemos realizar un análisis que permita profundizar en las demandas de estos grupos sociales y la reivindicación histórica solicitada, entendiendo que dichas memorias fueron silenciadas pero no fueron desaparecidas, por el contrario aún persisten y, a propósito de este trabajo son analizadas bajo la categoría de memorias subterráneas (POLLAK, 2006). Dicha categoría permite comprender la movilización social por el reconocimiento de los derechos vulnerados de las comunidades afrodescendientes, allí en donde se observa el desarrollo de identidades individuales y colectivas, como formas de sociabilidad que tienden a fortalecer los lazos de unión de las personas que se identifican con estas luchas históricas.

En los últimos años, especialmente después de la Tercera Conferencia Mundial contra el Racismo, celebrada en Durban, Sudáfrica, en el año 2001, se creó con gran fuerza un movimiento político, social y cultural, teniendo como antecedentes algunas experiencias políticas e intelectuales sobre la negritud en el Caribe y otras latitudes, cuyo principal objetivo fue denunciar la exclusión histórica a la que fueron sometidos los descendientes de africanos víctimas de la “trata de esclavos” ahora reconocidos como afrodescendientes. Con las transformaciones sociales ocurridas en algunos países de la región latinoamericana, se generó una producción de conocimientos que han servido de marco para visibilizar a los grupos excluídos y sus memorias transmitidas por generaciones a través de la oralidad como respuesta a las memorias oficiales.

Precisamente, esta manera de reconstruir el pasado en el proceso de evocación de la memoria de los afrodescendientes fue posible gracias a la exclusión por la cual se produjo la invisibilidad indiscriminada de las comunidades afrodescendientes durante siglos, paradójicamente, muchos de los saberes y costumbres que exaltan estas organizaciones, como elementos característicos de su especificidad como grupo social y étnico, ha persistido como sinónimo de resistencia, y hoy sin duda representan un elemento central en el discurso por el reconocimiento de los aportes de estas comunidades en las sociedades latinoamericanas y las reparaciones por la esclavitud, ahora bien, al respecto surgen algunas interrogantes desde una mirada calibánica afrodiásporica,

[5] Cientista político. Mestrando do Programa de Pós Graduação Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP-UFPEL). Contato: juancpinangoc@gmail.com

entendiendo esta como la mirada producida desde el pensamiento crítico latinoamericano como sigue: ¿Las políticas de patrimonio cultural dirigidas a las comunidades afrodescendientes representan un proceso de inclusión o, por el contrario contribuyen con el proceso de silenciamiento e invisibilidad histórica?

A partir de estos cuestionamientos intentamos reflexionar sobre los procesos de inclusión, a través de políticas culturales, que muchas veces son desarrollados desde enfoques multiculturales y finalmente apagan o contribuyen con el silenciamiento de las memorias subterráneas que han persisitido durante siglos y, que hoy son visibilizadas en procesos de denuncias históricas. De esta manera, la idea de este trabajo es ahondar sobre las demandas sociales de los afrodescendientes en las Américas y el Caribe y, la relación que se desarrolla entre estos y la estructura de poder establecido, allí en donde una de las respuestas enmarcadas en aparentes procesos de inclusión, refiriéndonos a las políticas culturales, forman parte de las tecnologías de la dominación.

A IMPRENSA NEGRA NO BRASIL: O PAPEL DA IMPRENSA DO PÓS-ABOLIÇÃO E SEU VIÉS EDUCATIVO

Leonardo de Melo Belem[6]
Carmem G. B. Schiavon[7]

Neste trabalho pretendemos discutir sobre a Imprensa Negra do Pós Abolição e seu papel como elemento educativo. A partir da discussão sobre os elementos presentes na produção de periódicos, tem-se uma ampliação do escopo da pesquisa histórica, trazendo possibilidades fortuitas de construção do conhecimento. A observação dos jornais da imprensa negra, pode versar não somente sobre a formação da imprensa no Brasil mas, também, no que tange à questões sociais, políticas e culturais. Tendo isso em vista, faz-se importante observar os periódicos produzidos na virada do século XIX, até a década de 1930, do século XX, pois têm-se uma produção gigantesca de peças jornalísticas voltadas para o público negro. Este público, advindo do período pós-abolição irá ter uma imprensa voltada para pautas étnico-raciais, fomentadas por pessoas negras e divulgadas pelas mesmas. Observa-se que os periódicos da imprensa negra, produzidos imediatamente após a Abolição, até a década de 1930, possuem um caráter de discussão racial e de promoção de pautas étnico-raciais. No Rio Grande do Sul, tais periódicos fizeram parte do debate racial, sendo amplamente divulgados; jornais como O Exemplo (Porto Alegre, 1892-1930), O Astro (Cachoeira do Sul, 1927-1928), A Hora (Rio Grande,1917-1934) e A Tesoura (Porto Alegre,1924-1925), dentre outros, foram responsáveis por trazer para um público negro, discussões políticas, culturais e sociais, as quais ressoavam com as questões presentes na opinião pública do período. Esses periódicos são de um valor histórico ímpar, pois demonstram a presença de um grupo importante de intelectuais negros no estado do Rio Grande do Sul, impulsionando discussões relevantes e criando debates, por meio das páginas dos veículos de notícias. Por meio de autores como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Ana Luiza Martins e José Antônio Santos, embasaremos nossas falas sobre educação para as relações étnico-raciais e sobre o papel de uma imprensa livre, baseada no campo democrático. No que tange à metodologia, utilizaremos da análise de conteúdo para discorrer sobre os dados apresentados e quantificar os elementos sociais, políticos e culturais. Mediante toda uma discussão racial extensa, os periódicos afro-gaúchos formularam percepções e demarcaram sua posição em um espaço fortemente comercial. Além disso, conseguiram educar e fomentar uma debate conciso sobre questões de raça e de pertencimento, sendo que, a partir dos conteúdos apresentados nos mesmos, tem-se todo um espaço para a análise sobre o protagonismo negro. Assim, faz-se interessante debater sobre essa importância da imprensa negra do período pós-abolição, tendo em vista seu caráter associativista e de discussão das condições sociais de negros e negras no período.

[6] Mestrando em História (PPGH/FURG) e Licenciado em História (FURG). Contato: leonardomelobelem@hotmail.com.
[7] Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG). Contato: cgbschiavon@yahoo.com.br.

DA "MAGIA NEGRA" AO SAGRADO AFRO-BRASILEIRO: COLONIALIDADE COSMOGÔNICA E RACISMO RELIGIOSO NA USURPAÇÃO DA MEMÓRIA

Marjorie Nogueira Chaves[8]

Entre os anos de 1889 e 1945, da Primeira República à Era Vargas, 523 peças entre imagens, vestimentas, atabaques, contas e chapéus de origem nas religiões de matriz africana foram apreendidas pela polícia civil do estado do Rio de Janeiro. O Código Penal de 1891 categorizou as referidas peças como provas fundamentais da prática "do espiritismo, da magia e seus sortilégios" que, assim como a roda de samba e a prática da capoeira, eram consideradas crimes. O racismo como estruturante do Estado-Nação nas Américas e, por consequência, das relações sociais no território, fez com que diversas manifestações das tradições africanas fossem deslegitimadas. Muniz Sodré (2019[1988]) aborda a experiência afro como um conjunto de símbolos e princípios cosmológicos que se concretizam no espaço das casas de culto/terreiros no coração das cidades. O egbé ou comunidade litúrgica é o lugar de continuidade em que o corpo é o patrimônio simbólico do negro, é o território político-mítico-religioso (Sodré, 2019) que permite a preservação da memória cultural de Áfricas. Por mais de cem anos objetos sagrados estiveram apreendidos pelas forças policiais do Rio de Janeiro. Em 1938, parte das peças formaram um acervo pejorativamente nomeado de "Coleção Museu da Magia Negra", tombado pelo antigo Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Sphan) e, mais tarde, transferido para o Museu da Polícia Civil do Rio, no antigo prédio da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops-RJ). A partir de 1999, o Museu da Polícia Civil teve sua sede transferida para outro prédio e os objetos do acervo foram guardados em caixas com acesso limitado às comunidades de terreiro e pesquisadoras/es. A colonialidade cosmogônica (Walsh, 2012) resulta na divisão binária entre natureza e sociedade, a ancestralidade apartada da vida material é o mote que o racismo religioso encontra para a negação dos saberes tradicionais africanos. Após décadas de reinvindicações de comunidades tradicionais de terreiro, de movimentos negros e de estudiosas/os, a campanha "Liberte Nosso Sagrado", formalizada em 2017 sob a liderança da Yá Meninazinha de Oxum, articulou audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), diversos encontros e diálogos provocados culminaram na transferência do acervo para o Museu da República em setembro de 2020, contando com cerimônia simbólica e renomeando a coleção como "Acervo Sagrado Afro-brasileiro". O presente trabalho tem por objetivo analisar as práticas de culto como patrimônio da cultura afro-brasileira em uma perspectiva histórica, tomando como referenciais os modos de produção do conhecimento e as formas de resistência de afrodiaspóricas/os à cultura hegemônica euro-cristã.

[8] Doutoranda em Política Social e mestra em História pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em História pela União Pioneira de Integração Social. É coordenadora do Observatório da Saúde da População Negra (PopNegra), vinculado ao Núcleo de Estudos de Saúde Pública (Nesp/Ceam-UnB) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab/Ceam-UnB).

POR UMA HISTÓRIA DECOLONIAL: A ATUAÇÃO DAS POPULAÇÕES AFRODESCENDENTES EM AMBIENTES SOCIOCULTURAIS DE PORTO ALEGRE (1872–1971)

Arilson dos Santos Gomes[9]

Esta comunicação tem como objetivo evidenciar a presença dos sujeitos afrodescendentes em lugares culturais e sociais da cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1872 e 1971, ano da fundação da Sociedade Beneficente Floresta Aurora (SBFA) e ano da criação do Grupo Palmares de Porto Alegre, respectivamente. Esse coletivo propôs o Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, data que, em 2021, completa a efeméride de 50 anos desde sua primeira evocação. As resistências dos afrodescendentes, a partir da abolição, articulam elementos políticos de afirmação e valorização em uma sociedade que decanta a mestiçagem ao mesmo tempo em que exclui sujeitos e culturas. Assim, surgem grupos e indivíduos que passam a assumir a identidade negra. Essa é referenciada como uma identidade construída culturalmente, socialmente e politicamente diante das experiências de opressão e das significações e afirmações desses sujeitos em relação à sociedade abrangente, composta por outros grupos e outras matrizes identitárias. Em Porto Alegre, a criação da SBFA, do Jornal *O Exemplo* (órgão da imprensa negra) e os seus articulistas, assim como a evocação do referencial simbólico à Zumbi, no início de 1970, são fundamentais para o entendimento da atuação de afrodescendentes nos espaços sociais e culturais que aqui são examinados. Diante disso, nesta proposta, questiona-se se os representantes negros, presentes nos espaços socioculturais de Porto Alegre, resistiram à colonialidade e, se sim, quais seriam as suas atuações e proposições à afirmação de sua identidade e de sua cultura. Entende-se que as representações relacionadas às linguagens e à presença dos corpos negros, em espaços sociais e culturais (desde o pós-abolição até o período da ditadura civil-militar), tencionaram as epistemologias ocidentais que insistiam em estigmatizar essas populações com um discurso de que o racismo e a discriminação racial não eram compatíveis com a cultura miscigenada presente no Brasil e propalada pela ideologia da democracia racial. Por isso, na maioria das vezes, as participações das populações negras e de sua cultura, no ambiente social, ocorriam por meio de estratégias e agências que hibridizavam com ferramentas oriundas das culturas hegemônicas. Por meio de bibliografia pertinente e de entrevista temática com um dos fundadores do Grupo Palmares de Porto Alegre, será examinada a atuação dos sujeitos afrodescendentes — posteriormente, assumidamente negros — em espaços socioculturais e políticos, propondo-se um exercício teórico decolonial a partir do recorte apresentado.

[9] Doutor em História pela PUCRS. Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. Mestrado Interdisciplinar em Humanidades. Contato: arilsondsg@unilab.edu.br

SIMPÓSIO TEMÁTICO – PATRIMÔNIO, ENSINO E EXPERIMENTAÇÕES

COORDENADORES: PROFA. DRA. SANDRA PELEGRINI (UEM), PROFA. DRA. CARMEM ZELI GIL (UFRGS) E PROFA. DRA. CARMEM SCHIAVON (FURG)

INQUIETAÇÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: PATRIMÔNIO CULTURAL E A EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SOBRE RECEITAS

Loiana Maiara Zviegicoski Ferrando[10]
Lucas Antoszczyszyn[11]
Ana Paula Wagner[12]

O presente trabalho propõe pensar como os estudos sobre Memória e Patrimônio Cultural podem suscitar inquietações e debates sobre variados eixos temáticos, como questões relativas as relações de gênero, cotidiano, sociabilidades, educação patrimonial, imigração, diversidade cultural, identidade, entre outros. Para desenvolver esta reflexão, partimos da experiência de organização de uma exposição fotográfica realizada ao final da disciplina de História e Patrimônio Cultural, ocorrida no ano de 2018, no Curso de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, *campus* Irati, intitulada "Educando para o Patrimônio Cultural – comidas, saberes e práticas alimentares". Ao longo do semestre letivo, após discussões teóricas, buscou-se informações sobre receitas tradicionais presentes nos núcleos familiares dos acadêmicos e que encontrassem "ressonância" entre os membros daqueles grupos específicos. Partindo da premissa que os estudantes se constituíam como agentes históricos e se encontravam envolvidos com suas "comidas e saberes", foi possível compreender o processo de recuperação e de pesquisa das receitas como um "lugar de memória", com seus aspectos de "reconhecimento e pertencimento", conforme discute Pierre Norra. Em certa medida, as etapas que envolveram a organização da exposição podem ser interpretadas como um percurso de configuração de um "patrimônio imaterial particular'' de cada grupo, na medida em que expressam identidades grupais e que atribuem sentido ao longo do tempo. Para esta comunicação, desejamos apresentar as potencialidades de temas e questões gerados a partir dos debates sobre Memória e Patrimônio Cultural. Por estarmos vinculados a um curso de licenciatura, parte de nossa preocupação esteve igualmente voltada para reflexões sobre práticas de ensino-aprendizagem que fossem significativas para o processo de construção de conhecimento, tanto no contexto do ensino superior quanto do fundamental e médio. Consideramos que a experiência desenvolvida ao longo da disciplina História e Patrimônio Cultual, de certa forma, tornou-se instrumento de reconhecimento, de atribuição de sentidos e significados, possibilitando pensar as práticas cotidianas e a própria História, viabilizando um pensamento crítico a respeito dos discursos oficiais e da visão eurocêntrica do conhecimento.

[10] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGH-UNICENTRO), bolsista CAPES. Contato: loianaferrando@hotmail.com.
[11] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGH-UNICENTRO), bolsista CAPES. Contato: lukinhas1086@hotmail.com.
[12] Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora adjunta do Departamento de História (DEHIS) da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus Irati. Contato: anapwagner@gmail.com.

O PATRIMÔNIO DE PELOTAS PARA TODOS VEREM: A AUDIODESCRIÇÃO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS EM PASSEIOS CULTURAIS

Leandro Freitas Pereira[13]
Carla Rodrigues Gastaud[14]

O processo de inclusão de pessoas com deficiência em ambientes culturais, apesar de lento, é uma realidade crescente. Planejar recursos de acessibilidade para que todos tenham condições de igualdade ao usufruir de espaços como museus, memoriais, centros históricos e outros tantos que se relacionam com a cultura e o patrimônio, tem sido uma preocupação recorrente e, cada vez mais se buscam soluções para oferecer experiências de fruição de conteúdos para aqueles que têm algum tipo de deficiência. Apresenta-se aqui o modelo de acessibilização para pessoas com deficiência visual aplicado pelo Encontro Olho de Sogra, que planeja passeios culturais na cidade de Pelotas/RS. A programação do Encontro contempla, entre outros lugares, os prédios históricos patrimonializados que são apresentados mediante audiodescrição por uma equipe multidisciplinar. O recurso de acessibilidade comunicacional transforma a informação visual em verbal, o que possibilita o acesso aos conteúdos imagéticos pelas pessoas cegas ou com baixa visão, que desse modo constroem uma imagem mental que compõe um repertório sobre o patrimônio da cidade. O processo de acessibilização envolve os profissionais das instituições que integram a programação, que devem se preparar para receber um público - antes considerado improvável, mas cada vez mais provável e possível – o que favorece futuros planejamentos de acessibilidade e a consolidação da inclusão de pessoas com deficiência em ambientes culturais. A audiodescrição revela-se uma ferramenta pedagógica no ensino sobre o patrimônio tanto para quem o apresenta quanto para a quem é apresentado, uma vez que a tradução do meio visual para o verbal exige observação, percepção, atenção, além de pesquisa necessária para o correto emprego da terminologia específica e da linguagem adequada para se referir ao patrimônio. Para as pessoas com deficiência visual é uma imensa satisfação poder ver com os olhos de outra pessoa, por outro lado, os que possibilitam aos cegos ou aqueles que tem baixa visão poderem ver, sentem alegria ao descobrirem que a linguagem é a mais humana das invenções e possibilita aos deficientes visuais verem com os olhos dos outros.

[13] Mestrando no Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP-UFPel) e graduado em Administração de Empresas.
[14] Doutora em Educação (PPGEDU-UFRGS) e professora associada na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: crgastaud@gmail.com.

A ESTÉTICA CEMITERIAL: O ENSINO DE HISTÓRIA NO CEMITÉRIO

Maria Cristina Pastore[15]

No transcorrer das ações educativas realizadas no espaço cemitério, relacionadas com o conteúdo curricular desenvolvido em sala de aula na disciplina de História, a presente pesquisa procura refletir as peculiaridades do e para Ensino de História a partir do espaço inusitado e pouco explorado. A experiência procura investigar se há possibilidade de efetivar aprendizagens nesse ambiente e quais são os conteúdos do currículo que podem ser enfatizados. Procura destacar três frentes de estudos, porém interligadas e permeadas pelos aspectos educativos: a temática "morte" inserida a partir de elementos temáticos do currículo escolar; o "cemitério", como o espaço não formal de ensino enfatizando a aprendizagem significativa e o "Procedimento Invertido", como proposta de metodologia para inverter a lógica normalmente utilizada na criação do plano de aula. O fragmento aqui apresentado pertence a uma pesquisa realizada no Programa de Mestrado em História com ênfase no Ensino de História, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e defendida em 2016 com o título: "Procedimento invertido: o ensino de história a partir das inquietações dos jovens estudantes sobre morte na aula-visita ao cemitério". Duas perguntas norteiam essa apresentação: Quais as possibilidades do lugar cemitério conduzir para uma aprendizagem significativa? Quais as atitudes diante da concepção de morte e do ambiente cemitério os jovens estudantes apresentam nessa aula? Discutimos a estética cemiterial na perspectiva do sensível. Explorar o tema "morte" e seus obstáculos impostos pelas concepções atuais sobre a finitude da vida (ELIAS, 2001) é aspecto considerado na relação cotidiana e educativa com a morte. O debate sobre as questões aqui apresentadas, provocadas pelo local da realização da experiência pedagógica, emerge da contemplação histórica, artística, social e cultural do lugar. Possuem desdobramentos que consideram a filosofia e a sociologia como elemento essencial para pensarmos a relação do homem com a morte. Contempla a Educação Patrimonial no que tange ao local da experiência com os estudantes envolvidos na investigação, pois interliga a conservação e preservação dos elementos e do território específicos da experiência educativa. O conceito de aprendizagem significativa se baseia na concepção das Teorias da Aprendizagem em Carl Rogers (2010) e Ausubel, *apud* RONCA, (1994) no qual sugere que a construção da aprendizagem significativa implica em relacionar os saberes anteriores com os novos conhecimentos.

[15] Mestre em História (PPGH-FURG), Graduada em Artes Visuais (FURG) e em História (FURG). Contato: crisrgs2000@yahoo.com.br

AS MULHERES NAS FESTAS EM HOMENAGEM AO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Sandra de Cássia Araújo Pelegrini[16]

As práticas de religiosidade devotadas ao Divino Espírito Santo são significativas em todo o território nacional brasileiro. Nessas celebrações as mulheres assumem destacado papel durante toda a sua organização. No Maranhão, essa festa figura como uma das mais tradicionais de todo Brasil. Elas preservam os feitios dos festejos originários desde os tempos do Brasil colonial, e ainda, continuam mobilizando milhares de devotos a cada ano.

Apesar de estarem abertas à participação de todos os segmentos sociais, em geral, são os segmentos menos abastados que se encarregam de cada uma das facetas dos festejos. Essas pessoas se empenham para realizar uma festa rica em detalhes, nas quais não falta uma farta distribuição de alimentos para o corpo, a alma e os olhos, que se encantam com a riqueza da decoração e os detalhes das vestimentas dos participantes.

Por se tratar de festas extensas, trabalhosas e repletas de pormenores, suas produções são marcadas por várias etapas que envolvem muitos devotos, aspecto que corrobora para construção de laços de pertencimento e redes de sociabilidades que, não raro, duram a vida inteira.

Na cidade de São Luís do Maranhão e em outros tantos municípios, a festa do Divino Espírito Santo envolve a participação ativa de mulheres negras, especialmente, daquelas vinculadas às religiões afro-brasileiras. A relevância delas em todo o processo de organização da festa diferencia os festejos maranhenses daqueles realizados em outras cidades brasileiras, pois lhes proporciona uma aparência bastante singular, uma vez que são organizadas mediante vínculos com os terreiros e não com a igreja católica.

Nessa linha de abordagem nos interessa entender porque a maior parte desses festejos em honra ao Divino ocorre nas casas de culto do Tambor de Mina, nas quais a participação feminina é predominante. Lembrando que o protagonismo feminino no Tambor de Mina é reconhecido como parte integrante do patrimônio imaterial maranhense.

É certo que a festa de origem açoriana se desenvolve no Brasil em torno daqueles que representam o reinado do Divino, por esta razão são vestidos e adornados com trajes que nos remetem a nobreza e suas regalias. O chamado “Império” é hierarquicamente composto por reis e rainhas, o mordomo-régio e a mordoma-régia, o mordomo-mor e da mordoma-mor. Ao término de cada festa, geralmente, realizada durante o ritual que pode perdurar até quinze dias, o “imperador e a imperatriz repassam seus cargos aos mordomos que os ocuparão no ano seguinte, recomeçando o ciclo”.

[16] Professora Doutora na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Contato: sandrapelegrini@yahoo.com.br

A FORTALEZA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES (ILHA DO MEL/PR) NO SÉCULO XVIII: APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Ivan Rodrigo Rebuli[17]

Neste trabalho analisamos a história da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (Ilha do Mel, Paranaguá/PR), patrimônio tombado pelo IPHAN em 1938, nesta pesquisa investigamos fontes do século XVIII, tratando da pirataria na região da Baía de Paranaguá e da participação de Paranaguá e seu corpo militar na guerra contra os castelhanos no Sul. Consideramos a temática significativa para o Ensino de História, e apresentamos como produto um aplicativo para dispositivos móveis, como ferramenta de apoio para professores, com base nas fontes pesquisadas e utilizadas nesta pesquisa. Como referenciais, utilizamos a História local e a consciência histórica (RÜSEN, 2001, 2015), além de justificar a utilização de material de aprendizagem baseado no uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. Dividimos este trabalho em três momentos: no primeiro capítulo discutimos os aspectos sobre o Ensino de História e suas bases teóricas, no segundo, desenvolvemos a investigação sobre as fontes e bibliografia referentes ao tema, que incluem, nesta ordem, um panorama das fortificações coloniais no Brasil, a pirataria na Baía de Paranaguá entre 1718 e 1734, o contexto histórico da Vila de Paranaguá, a guerra contra castelhanos no Sul e finalmente, a construção da fortificação propriamente entre 1767 e 1769. Finalmente, no terceiro e último capítulo detalhamos o processo de desenvolvimento da proposição de material didático descrito no capítulo anterior, e o apresentamos como ferramenta de ensino da disciplina de História.

[17] Mestre em Ensino de História (UFPR). Contato: ivanrodrigo08@gmail.com

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: EM BUSCA DE UMA CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL QUE SALVAGUARDE O PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO

Rafael Heneine[18]
Alberlene Baracho[19]
Mirella Braga[20]

A Educação Patrimonial nos campos de pesquisa da atualidade tem sido aplicada em diversas áreas de atuação, com o objetivo de capacitar os sujeitos a leitura e compreensão da sociedade e cultura para preservação, conservação, valorização material e imaterial do seu patrimônio. Segundo a Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, capítulo 1, art. 7º, "entende-se por Educação Patrimonial todos os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para sua preservação". E é neste "recurso para compreensão" redigido na Portaria 375/2018 que expectam nossas intenções nestes estudos de caso. Logo, compreender que, os espaços e objetos sagrados de culto das tradições afro-brasileiras, contém em sua espacialidade arquitetônica e produção iconográfica, uma dimensão de sacralidade, isto por motivo de ser na oralidade que repousam os saberes da tradição, e o que delimitam-se lugar ou coisa são sagrados ou profanos para a tradição, seu patrimônio imaterial. As tradições afro-brasileiras aqui pesquisadas, o Catimbó Paraibano, *in loco*, Templo dos Doze Reinados da Jurema Santa e Sagrada, Alhandra-PB, e o Candomblé Baiano, *in loco* Ilé Òsùmàrè Aràká Àse Ògòdó, Salvador/BA, que tem em suas trajetórias históricas algumas situações de enfrentamento, impacto por ameaças causadas pela gentrificação urbana e pela intolerância religiosa, associada a falta de conscientização, ausência de saber histórico e patrimonial sobre aquilo que representa, o marco identitário. Propomos apresentar estas trajetórias e os processos de desvalorizações analiticamente e demonstrar que através da Educação Patrimonial, no campo de estudos das religiões, é possível promover a conscientização de pertencimento e valorização, e possibilitando a travessia para a construção do ato da cidadania e alteridade.

[18] Historiador Licenciado, UNESA; Bacharel e Mestre em Ciências das Religiões, UFPB; Pós-Graduando em Arqueologia e Patrimônio, FACUMINAS; Membro do Grupo de Pesquisas Raízes – Religiões Afro-brasileiras, sincretismos, hibridismos e simbologia. PPGCR – UFPB. Contato: rafaelheneine@gmail.com
[19] Mestranda, PPGCR/UFPB; Especialista em Metodologia do Ensino em Religioso e Artes, FAVENI; Cientista das Religiões, PGCR/UFPB; Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo, CT/UBTECH/UNIPÊ; Integrante do grupo de pesquisa SOCIUS-Núcleo de Pesquisas Socioantropológicas da Religião e Modernidade do PPGCR/UFPB. Contato: alberlenebaracho@hotmail.com
[20] Doutora em Antropologia-PPGA-UFPE. Docente do curso de Direito do UNIPÊ Coordenadora do Projeto de Extensão Gestão do Patrimônio Cultural – UNIPÊ. Contato: profabragad@gmail.com.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ARTE, HISTÓRIA E MEMÓRIA – O CEMITÉRIO COMO UM ESPAÇO EDUCATIVO

Marcelina das Graças de Almeida[21]

O objetivo da comunicação é propor o diálogo sobre as ações educativas que se realizam há nove anos no Cemitério do Bonfim, situado na cidade de Belo Horizonte, e possuem como foco, a promoção das visitas orientadas ao espaço funerário. As ações resultam de um projeto de pesquisa e extensão intitulado "Cemitério do Bonfim: arte, história e educação patrimonial" que possui como metodologia e abordagem teórica os pressupostos da educação voltada para a valorização do patrimônio e, entende o cemitério como um objeto cultural e através do qual, pela experiência e contato direto, oferecendo aos visitantes a oportunidade de conhecer melhor a história da cidade e do próprio cemitério em si. Os roteiros e trajetos construídos permitem a exploração qualitativa do local e, desde então, estão sendo tratados de forma que, no futuro, possam compor um guia, em construção, a ser disponibilizado para a comunidade em sua generalidade. Importante destacar que o eixo norteador que conduz as atividades de pesquisa e educativas que se cristalizam no espaço cemiterial entende que as cidades podem ser lidas e compreendidas sob múltiplos ângulos, traduzindo sua complexidade através dos discursos e imagens que lhes atribuem seus habitantes, sejam eles poetas, escritores, políticos ou cidadãos comuns. Destarte infere-se que as mesmas se revelam, também, através de seus prédios, ruas, esquinas, monumentos, equipamentos que compõem o tecido urbano e possibilitam o desvendar das intenções que ocultam nas entrelinhas de seu traçado. E neste sentido o cemitério é um lugar singular para se pensar a educação e, em particular a educação para o patrimônio. Vale acrescentar que o cemitério é um sinal de cultura. Através da arquitetura, escultura, artes decorativas e histórias das pessoas ali sepultadas cristalizam-se elementos simbólicos que, ao serem interpretados, permitem uma compreensão da sociedade na qual estão inseridos. Este resumo simbólico da sociedade pode ser encontrado no Cemitério do Bonfim e é o eixo central das práticas educativas propostas. Finalmente é necessário destacar que projeto se realiza consolidado pelo Termo de Cooperação Técnica assinado entre a Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, FPMZ e o Instituto Estadual de Patrimônio Artístico, IEPHA.

[21] Doutora em História na Universidade do Estado de Minas Gerais (UFMG). Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais. Contato: almeidamarcelina@gmail.com.

O EPITÁFIO COMO ELEMENTO DE REPRESENTATIVIDADE CULTURAL E MATERIALIDADE DISCURSIVA E SEU POTENCIAL DIDÁTICO

Cláudia Brandão Schwab[22]

O presente trabalho teve sua origem no TCC apresentado ao curso de pós-graduação lato-sensu em Ensino de Língua e Literatura: Teoria e Prática, pela FURG/UAB, em 2020.Tem por objetivo analisar epitáfios escolhidos dentre cinquenta e uma lápides do Cemitério Civil de Santa Vitória do Palmar/RS – Brasil, de forma a caracterizá-los como elementos culturalmente representativos do grupo social do qual se originaram. Mediante análise de suas características textuais e simbólicas, o que se pretende é defini-los como materialidade discursiva e demonstrar seu potencial como material didático que possibilita uma abordagem transdisciplinar (evolução da língua portuguesa, análise e compreensão textual, representação da morte e da saudade, formação étnica, características sociais e econômicas, arte e estética, história), limitando-nos aqui às possibilidades de trabalho no campo da língua e linguagens. Foi realizada pesquisa de campo, com registro fotográfico e inventário de jazigos, etapa realizada durante a graduação em Turismo, pela FURG, entre 2011 e 2014. Este trabalho também exigiu pesquisa bibliográfica, cujo referencial inclui, essencialmente, artigos publicados em meio virtual, além de alguns livros que tratam de estudos cemiteriais, análise dos epitáfios e análise do discurso. Os dados levantados foram abordados através de um viés qualitativo-descritivo. Foi encontrado um consistente material de trabalho, que possibilita abordar, desde a evolução da língua portuguesa às formas usuais de registros post-mortem; análise do discurso através, não só do texto literário dos epitáfios, mas também a partir da simbologia das imagens e entalhes (que inclui elementos de referencial religioso, social e econômico); interpretação textual, considerando-se contextos históricos e sociais do período de sua produção; produção textual, partindo-se de indícios encontrados nesses epitáfios (a sugestão de uma relação de escravidão, de um suicídio, um crime à traição). O que se conclui é que o espaço cemiterial estudado caracteriza-se como uma potencial ferramenta de ensino-aprendizagem, que inclui, além dos aspectos linguísticos, história, sociologia, economia, geografia social, um espaço alternativo para a prática pedagógica, que valoriza um patrimônio, que é muito mais que o local de descanso dos restos mortais de quem já não vive: os cemitérios dão testemunho da nossa história e da sociedade em que vivemos.

[22] Professora Doutora em História (PPGL-FURG). Contato: animam1di@hotmail.com

TURISMO, PATRIMÔNIO E ARTESANATO: UMA PROPOSTA EDUCATIVA PARA O TERRITÓRIO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO

Bibiana Schiavini Gonçalves Toniazzo[23]

Marta Rosa Borin[24]

O presente estudo aborda os resultados parciais da pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPC/UFSM). A Quarta Colônia é uma região composta por nove municípios localizados na região central do Rio Grande do Sul. A proposta tem como suporte a educação patrimonial, centrada na escola e seu entorno; sobretudo, na Educação Básica. Por meio de material pedagógico busca-se a sensibilização da comunidade escolar para reconhecer o saber-fazer artesanal advindo da palha de trigo e milho produzido na região como uma herança cultural. A pesquisa visa estimular a promoção de mecanismos de fomento do Turismo de Base Local com vistas a geração de emprego, renda com enfoque nos atores sociais que produzem o artesanato no território Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO. Desta forma, justifica-se o estudo como uma forma de diálogo entre artesãs das localidades ressignificando aspectos identitários do artesanato em palha como patrimônio cultural imaterial que potencializa aspectos do turismo sustentável e cultural, de forma colaborativa para o desenvolvimento do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO.

[23] Mestranda em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Contato: bibianaturismologa@gmail.com

[24] Professora Orientadora. PPGPC/UFSM. Contato: mrborin@gmail.com

SIMPÓSIO TEMÁTICO – MUSEUS E PATRIMÔNIO

COORDENADORES: PROF. DR. DIEGO LEMOS RIBEIRO (UFPEL), PROFA. DNDA. PRISCILA CHAGAS OLIVEIRA (UFPEL) E PROFA. DRA. VANESSA BARROZO TEIXEIRA AQUINO (UFRGS)

DE COLEÇÃO EM COLEÇÃO SE FORMA UM MUSEU. O MUSEU MUNICIPAL, SUA FORMAÇÃO E SEU ESPAÇO NA COMUNIDADE

Sandra Cristina Donner[25]

Os rastros da História e da Memória podem ser encontrados nos lugares mais diversos, em uma esquina com algum nome popular (em lugar do nome oficial), em um calçamento feito por escravos, nos muros de pedra da propriedade, no formato das casas, nos modos de falar e comer. Mas, se perguntarmos a um estudante de ensino básico onde ele "encontra" a História? Suas respostas mais prováveis serão: nos livros, na aula, no museu. A simbiose entre História, Memória e Museus vem de longuíssima data. Sua associação, portanto, não causa estranheza e nem constitui um erro. Nesta comunicação pretendemos apresentar as reflexões iniciais do projeto de mestrado, em desenvolvimento no PPG-Muspa- UFRGS- em que iremos investigar as conexões entre colecionadores e museus locais e em especial queremos compreender como essa conexão ocorre em uma pequena cidade da região do Vale do Paranhana. Nosso objetivo será analisar o Museu Municipal Armindo Lauffer. Como ele foi criado? Que história conta? Como conta? Por estarmos ainda em um estágio inicial de levantamento de dados, esta comunicação irá se debruçar de debates teóricos sobre o colecionismo e os museus, já apresentando algumas conexões com os museus locais, em especial os situados no Vale do Paranhana/RS. Como esse colecionismo se desdobrou em memória, patrimônio histórico, museus.

[25] Doutora em História (PPGH-UFRGS) e professora nas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Contato: sandradonner@faccat.br

MUSEU E POLÍTICA SOCIAL: O ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA E A REPRESENTAÇÃO CULTURAL EM INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS REGIONAIS

Francielle Correia Rodrigues Silva[26]

A relação entre os bens salvaguardados e a memória representativa dessas peças dentro dos espaços dos museus tem ao longo dos anos estabelecido parâmetros para a investigação, observação, análise e reconhecimento da cultura social das comunidades a quem este patrimônio salvaguardado representa. Nesse contexto, os museus possuem a função social de simbolizar, retratar e representar as identidades sociais e culturais através da memória do corpo social a quem este patrimônio pertence. Para que este movimento seja possível é necessário que se estabeleça parâmetros da construção dessa memória dentro dos espaços dos museus, através da identificação e seleção das histórias desta determinada comunidade. Entretanto, é necessário compreender os elementos, métodos e as variantes que envolvem o processo de reconhecimento e construção dessa memória, bem como o enquadramento de sua representação através do acervo dos museus. É nesse aspecto que está inserido a representação do poder político municipal ou regional, tendo em vista a responsabilidade de organização e gestão política e financeira dos museus públicos. Com o objetivo de contribuir com os estudos acerca da gestão pública dos museus locais e regionais, este trabalho busca refletir a partir da relação da memória salvaguardada e dos usos políticos no espaço de um museu regionalizado, tendo em vista as diferentes identidades representadas e também os interesses políticos estabelecidos através dos feitos, lembranças, pessoas e instituições retratadas por meio do acervo e das exposições museológicas. Para esta análise utiliza-se como objeto de estudo o MUSAI (Museu Antropológico de Ituiutaba), localizado no Triângulo Mineiro em Minas Gerais, que representa um espaço de guarda de memória da cidade e região de Ituiutaba. Evidencia-se que existe uma notória ação de preservação de peças que retratam a história da elite política em detrimento dos demais agentes sociais, o que demonstra uma inclinação para a preservação da memória a partir dos interesses de poder, permitindo assim o levantamento de discussões acerca da relação dos usos políticos e da função social dos museus, tendo como base a preservação da memória, mas para além, a necessidade de se estabelecer e fazer cumprir políticas de uso comunitário e participativo da sociedade nos espaços de conservação e propagação da história coletiva dentro dos museus.

[26] Graduanda do Curso de História, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

UMA NOVA PERSPECTIVA PARA O CONHECIMENTO E INTERLOCUÇÃO DO ESPORTE: MUSEUS VIRTUAIS

Ester Liberato Pereira[27]

Este estudo aborda os ambientes e espaços virtuais de museus, a partir da perspectiva do Centro de Memória do Esporte (CEMESP) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Este ainda não possui sede física, mas já opera enquanto tal mediante seus programas e suas atuações *online*; esse museu virtual contempla coleções de esporte, Educação Física, lazer e dança da região norte do estado de Minas Gerais e do Brasil. Almeja, assim, que seu acervo possa operar como subsídio para a análise e pesquisa museológica e para a constituição de histórias e memórias destes fenômenos no país. O supracitado museu virtual encontra-se disponível aos usuários e pode ser localizado a partir do endereço: http://www.cemesp.unimontes.br/. Esta pesquisa está direcionada para memórias destas práticas, que ocupam um lugar de ampla evidência e significado na cultura contemporânea, em suas mais distintas expressões, e que vêm tomando diferentes espaços propostos à conservação da memória, tais como centros de documentação, arquivos, acervos e museus. O esporte consiste em um fenômeno sociocultural; ao estar presente na vida social e cultural de populações ao redor do planeta, corrobora relações entre cultura e patrimônio, bem como conhecimentos, memórias e identidades culturais, suscitando domínios que passam a serem acionados pelo cenário dos museus. Existe, assim, um enorme campo de trabalho ainda a ser explorado para o aparelhamento de memórias de práticas culturais (corporais e esportivas, no caso em tela) nas universidades públicas brasileiras. Sustenta-se, de tal modo, que a essência do museu, no espaço virtual, atue em rede, assim como o uso deste ambiente ocorra pela exploração de suas especificidades. Ou seja: argumenta-se que este configure um meio para expandir as atuações dos museus virtuais e de dispor o seu acervo, invariavelmente em mudança e atualização, para usufruto, análise e estudo, sem necessariamente reproduzir os recursos empregados em realidades físicas. Enquanto um trabalho consecutivo, assim, os museus virtuais não se encontram inteiramente compostos, carecendo, continuamente, de adaptações. Existe, também, a imprescindível continuidade de revisões e modernizações para que a interface se conserve, ininterruptamente, em afinidade com os interesses e necessidades dos usuários que a acessam. Enfim, a provocação da constituição dos museus virtuais universitários permanece no tempo presente.

[27] Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMH-UFRGS). Professora de Ensino Superior da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

OS MUSEUS VIRTUAIS DA PANDEMIA: REINVENÇÃO MUSEAL, PROCESSOS E CONEXÕES

Rafael Teixeira Chaves[28]
Daniel Viana de Souza[29]

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que a doença causada pelo novo Coronavírus Sars-cov-2 ou, como ficou mundialmente conhecido: Covid-19, assumia a forma de pandemia. Essa denominação se caracteriza por uma epidemia amplamente disseminada por vários países. Em raros momentos, um acontecimento se impôs de forma tão incisiva como algo que já nasce histórico e diante da realidade atual da sociedade na qual o registo já nasce virtual, levantando questionamentos sobre como salvaguardar o presente, e de que forma preservar as memórias das vítimas, além de como erguer memoriais e prestar homenagens impossíveis de ocorrerem com contato físico. Percebe-se um movimento intenso e global de instituições e grupos no sentido de documentar, de criar instrumentos de registro de memórias e de materiais a respeito do período O virtual, que virou cotidiano de comunicação, mas também o algoz de nossos dias em isolamento social, atravessou nossos lares com o *home office*, *home school* etc., misturando público e privado físico e jurídico, ditando a ordem do dia. O patrimônio a relação de comunicação com os patrimônios e o acervo museológicos também foi atravessado por esta solução, possível através da intensificação de *tours* e exposições virtuais, para seduzir incentivar e estimular os internautas a conhecerem seus acervos. A virtualidade passou a integrar não apenas nossas atividades de lazer, mas também de trabalho. Dessa forma, a sociedade e as relações entre as pessoas tiveram mais presente virtualidade presente. Assim, as instituições museais também tiveram que se adaptar para promover as relações entre público os museus na virtualidade. O fato de que as vítimas da pandemia do novo Coronavírus não são só números, mas que por trás de cada uma delas há uma história, às pessoas merecem ser lembradas. Quando a ciência ainda está aprendendo e conhecendo o vírus e a sociedade se adaptando à nova realidade, como por exemplo ao *home office*, às aulas *online*, urge estudar e buscar entender como será o impacto nas questões patrimoniais durante e após a pandemia. Devido a esse contexto tem-se a urgência de estudar os instrumentos utilizados pelos espaços de memória, a fim de intensificar as ações em relação à coleta, salvaguarda e comunicação dos acervos imateriais e materiais da pandemia.

[28] Mestrado em Museologia e Patrimônio (UFRGS).
[29] Doutor em Sociologia (UFRGS) e Professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Contato: dmvsouza@ufpel.edu.br

QUANDO O MUSEU VAI AO ENCONTRO DO PÚBLICO: A EXPERIÊNCIA DOS DOMINGOS DA CRIAÇÃO (MAM-RJ) E DO PROJETO EXTRAMUROS (MARGS)

Aline Vargas[30]
Vanessa Aquino[31]

Em maio de 1968, profissionais parisienses contestaram o caráter elitista dos museus. Diante das críticas e discussões no campo, que emergiram mais fortemente na década de 1970, os museus presenciaram suas estruturas restritas a públicos privilegiados serem confrontadas quanto ao seu papel na sociedade. Demandas por democratização e inclusão de diferentes sujeitos, apresentadas pela Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), pontuaram a necessidade da inserção no cotidiano das suas comunidades, sendo os museus vetores de transformação social. À vista disso, seus profissionais voltaram-se para a promoção de ações educativo-culturais que estimulassem a participação de sujeitos que, por muito tempo, viram-se afastados simbólica e fisicamente dos espaços museais. Hoje entende-se que tais ações de caráter comunicacional visam mais do que atrair públicos: devem buscar envolver e instigar sua identificação e proximidade com o que a instituição propõe. Nessa perspectiva, identificamos um movimento dos museus em atuarem fora dos seus limites físicos, como um exercício primeiro de desconstrução de barreiras e aproximação com seu não-público, oportunizando experiências em espaços distintos daqueles considerados canônicos. Frente às experiências que propuseram, a partir das múltiplas possibilidades de experienciar a arte, o museu e o patrimônio, o presente artigo pretende tecer reflexões sobre o Domingos da Criação (1971), no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro/MAM-RJ e sobre o projeto do Museu de Arte do Rio Grande do Sul/MARGS (1978), intitulado Projeto Extramuros. Ambos serão analisados quanto ao seu potencial de democratização da arte, uma vez que, ainda que sob distintos contextos e motivações, apresentaram o museu que vai até o público, convocando-o. A proposta do MARGS intentava levar até o público obras, artistas e oferecer palestras acerca da arte, já o MAM-RJ, tinha a experiência do público com a arte como foco. Embora variadas, o cotidiano se apresentou como pano de fundo destas proposições, sendo estas ramificações de uma mesma ideia: a de ampliar o acesso à arte. Nota-se que o museu, nestes eventos, surge como instrumento voltado tanto ao estímulo sensorial, quanto ao caráter educativo, onde através do envolvimento, oportuniza ao público usufruir de um direito seu, que é o acesso ao patrimônio e à cultura. Ao descentralizar suas ações e direcioná-las para outros espaços, fomenta-se a reafirmação dos museus como fundamentais à sociedade, onde não mais o foco se dá na coleção e sim, nas relações que estas podem impulsionar, seja pela fruição ou pela educação, mas em ambos os casos, pela participação.

[30] Museóloga e Mestranda em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA-UFRGS).
[31] Doutora em Educação(PPGEDU-UFPel). Professora Adjunta do urso de Bacharelado em Museologia (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA-UFRGS). Contato: vanessa.barrozo@ufrgs.br

A PRESENÇA DA MULHER NO FUTEBOL: MUSEALIZAÇÃO DAS COLEÇÕES DO FUTEBOL FEMININO NO MUSEU DO GRÊMIO HERMÍNIO BITTENCOURT, PORTO ALEGRE/RS

Sibelle Barbosa da Silva[32]

Mudanças no início do século XX trouxeram processos de urbanização, modernização e industrialização para todo o território brasileiro, entre eles o desenvolvimento das atividades esportivas. Nesse cenário, destacamos o futebol, que se tornou um fenômeno sociocultural que se espalhou pelo mundo, mas, sobretudo no Brasil. A configuração desse esporte, como conhecemos hoje, estão relacionadas às elites burguesas inglesas do século XIX entrelaçadas com o desenvolvimento do capitalismo na Europa. Paulatinamente, o futebol se tornou um evento de massas, criando clubes de bairros, transformando espaços urbanos e formando novos grupos identitários e outras relações de pertencimento, produzindo assim, complexidades e tensionalidades. Dentro desse universo, encontram-se os museus de clubes que se tornaram extensões dessas representações da realidade, mas que carregam em si potencialidades de debates para a quebra de paradigmas instituídos, como as discussões sobre gentrificação, elitização, racismo, xenofobia, misoginia e homofobia. Com base nessas reflexões este trabalho visa destacar a importância do papel social e cultural do Museu do Grêmio – Hermínio Bittencourt, localizado na cidade de Porto Alegre/RS e pertencente ao clube Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, ao musealizar documentos de diferentes materialidades que abordam o percurso do futebol feminino no clube, principalmente neste momento do retorno desse departamento à sua estrutura administrativa. Vale enfatizar que esse processo é significativo tanto para a instituição museológica quanto importante para o empoderamento das novas e futuras atletas, visto que o futebol feminino ainda é recebido com preconceito por uma significativa parcela de torcedores uma vez que a presença de mulheres nesse esporte tensiona as relações de gênero estruturadas socialmente. Logo, consequentemente o museu se configura como local ideal para que esse debate ocorra e que seja também um espaço de construção de políticas culturais nesse sentido. Dessa maneira, apresentamos dados parciais sobre o processo de musealização dessa coleção documental e tridimensional, alguns projetos que estão sendo concebidos e como estão sendo apropriados por grupos interessados em ressignificar esses artefatos socialmente. Sendo assim, compreendemos que o processo de musealização é uma etapa fundamental nesse ciclo que garante posteriormente a comunicação dos objetos através de exposições e ações educativo- culturais e com isso, a socialização e democratização desses acervos.

[32] Graduação em Museologia (UFRGS).

ENTRE PRÁTICAS E AFETOS: O MINIMUSEU FIRMEZA E A HISTÓRIA DA ARTE NO CEARÁ

Luiza Helena Amorim Coelho Cavalcante[33]

Em 1969, um casal de artistas, Nilo de Brito Firmeza, mais conhecido como Estrigas e sua esposa, Nice iniciaram o maior projeto artístico de suas trajetórias: abriram as portas, da própria residência, para fazer nascer um museu. O conceito de Mário Chagas, imaginação museal, relaciona-se à esse gesto de transbordar a potência poética e política, uma experiência de arte/vida que marcou a historiografia da arte. O projeto coletivo contou com a participação dos amigos, que doaram obras, entre telas e esculturas, constituindo-se uma ação museológica, muito peculiar, que logo firmou-se enquanto lugar de memória. Localizado em um sítio, no bairro Mondubim, periferia de Fortaleza, com muitas árvores frutíferas, flores e um baobá, o museu entrou na privacidade do casal, ocupando quatro cômodos: Sala Arte & História, Sala Nice & Estrigas, Sala Arte & Afeto e Biblioteca que reúne obras sobre o minimuseu, muitos produzidos debaixo das mangueiras do sítio. Com o falecimento dos fundadores, o dormitório também foi aberto à visitação. Na cadeia da museologia, Nice era também arte educadora, recepcionava a todos com doces feitos com as frutas do sítio, tornando uma vivência sensorial muito expressiva. Realizava ainda rodas de bordado, unindo a cultura popular à erudita. Estrigas destacou-se em vários papéis, era um artista-etc, na concepção de Ricardo Basbaum. Dedicou-se aos trabalhos de memória, colocando-se na posição de narrar essa história das artes a partir do Ceará, tendo constituído um centro de documentação aberto ao público e editado vários livros. Partindo desses escritos, com ênfase nos artigos de jornal, nos diários e livros de memória publicados por ele, a partir de uma escrita de si que ao mesmo tempo trata de uma memória coletiva, pretendemos analisar esse espaço de experimentação museológico que articulava sensibilidades e arte educação, para todo tipo de público. Este artigo é parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado que está em andamento e que objetiva discutir a formação e importância desse gesto patrimonial para a sociedade. A investigação tem caráter interdisciplinar relacionando a história dos museus e do patrimônio à história da arte no Ceará. A pesquisa conta com apoio financeiro (bolsa) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM/UFC/CNPq).

[33] Mestranda em História Social (Universidade Federal do Ceará - UFC).

FORTALECIMENTO DOS MUSEUS POR MEIO DO ESTÁGIO UNIVERSITÁRIO E A CONTRIBUIÇÃO DESSES ESPAÇOS NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA

Mônica Jaqueline de Oliveira[34]
Nainora Maria Barbosa de Freitas[35]
Simara Sgobbi Cauchick[36]

Os museus, arquivos e as casas de memória são lugares que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo nas imagens, cores, sons e formas expostos. Esses equipamentos são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. A adequação do acervo e a capacitação dos equipamentos culturais para atender à demanda do estágio universitário, em conjunto com os projetos pedagógicos, serão fundamentais para o crescimento do respeito às instituições voltadas para o patrimônio cultural brasileiro. A aplicação de um estágio prático de disciplina de um curso de História orientará o aluno a compreender a importância da preservação da memória e o papel desempenhado por essas instituições na guarda, organização e no acesso à memória cultural. Dessa maneira, os museus funcionarão como um laboratório para as aulas de História. Essa é a discussão que se pretende trazer com este artigo, ou seja, relatar a experiência de estudantes do curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá no Museu da Imagem e do Som de Ribeirão Preto/SP. As atividades preveem a participação na rotina diária, como as de conservação preventiva do acervo; de montagem de exposições; de monitoria e atendimento ao público; e de suporte às ações de educação patrimonial. No ano de 2020, algumas dessas atividades foram desenvolvidas de forma remota e outras de maneira presencial. A atividade de conservação preventiva coloca o aluno em contato direto com o objeto de acervo, seja na identificação, no inventário, na valorização e conservação, mas não deve capacitá-lo para uma especialização aprofundada em conservação e restauro, ou em expografia. No entanto, essa ação o estimulará a se reconhecer como protagonista do processo de preservação patrimonial, o que ressoará em sua produção como indivíduo, e corroborará com a importância que deve ser dada aos valores e conhecimentos produzidos na universidade. Entrar em contato com o acervo despertará o aluno para o universo que representa esse objeto museal; a história, os símbolos e signos nele contidos; além dos hábitos e valores de cada época, fazendo com que ele se depare com curiosidades e novidades que favorecerão a busca por novos conhecimentos, que reproduzam o imaginário cultural e o indentitário.

[34] Graduação em licenciatura plena em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá (CBM).
[35] Doutora em História pela Faculdade de História Direito e Serviço Social (UNESP). Docente do Centro Universitário Barão de Mauá (CBM).
[36] Pós Graduação em Administracao e Organizacao de Eventos (SENAC-Águas Claras de São Pedro).

FORMAÇÃO DE ACERVOS EM MUSEUS UNIVERSITÁRIOS DE ARTE: O CASO DO MUSEU DE ARTE LEOPOLDO GOTUZZO

Joana Soster Lizott[37]
Diego Lemos Ribeiro[38]

Este trabalho tem como propósito refletir sobre o processo de formação de acervos artísticos em museus universitários, tendo como estudo de caso o acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), vinculado à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Trata-se de parte da pesquisa desenvolvida pela primeira autora no mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/UFPel), sob orientação dos demais autores. Discute as formas como as coleções são incorporadas à instituição, assim como revela os atores envolvidos na seleção de parte do acervo do Museu, considerando-os como mobilizadores do processo de musealização. A musealização pode ser compreendida, a partir das considerações de Bruno Soares (2018) e Mário Chagas (2009), como um processo em cadeia que se inicia com o deslocamento (físico e/ou simbólico) de algo comum para o contexto museológico, sobre o qual são atribuídas novas existências e sentidos. Processo esse que é intencional e de valoração, de preservação e construção da memória. Nesse caminho, coloca-se em tela os fatores de distinção e legitimação que atravessam os processos de aquisição/incorporação de coleções artísticas em museus universitários. Deste ponto, destaca-se a legitimação e prestígio que orbitam a formação desses acervos, assim como deixam evidente as dificuldades que envolvem os museus universitários e de alguma forma impactam na seleção dos seus acervos. Essa discussão se dá a partir dos dados levantados no arquivo do MALG, acerca das formas de aquisição e das instâncias e pessoas responsáveis por essa seleção. Foram pesquisadas atas de comissões de seleção, termos de doação e jornais que divulgam as doações, entre outros, acerca das obras musealizadas. Como resultado dessa análise, destaca-se a permanência de um mesmo grupo de pessoas que se revezou entre as comissões, a gestão e a realização e promoção de exposições no museu. As características desse grupo podem ser percebidas no acervo do MALG.

[37] Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Museóloga da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: joana.lizott@ufpel.edu.br
[38] Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor efetivo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: diego.ribeiro@ufpel.edu.br

PENSAR ANTES DE TER: UMA DISCURSÃO SOBRE POLÍTICA DE ACERVO E USOS DO PATRIMÔNIO

Augusto Duarte Garcia[39]
Daniel Mauricio Viana de Souza[40]

A Política de Acervo, expressa em um documento técnico, é elaborada no sentido de estabelecer as regras e procedimentos de aquisição, uso e descarte do acervo. Inclui diretrizes para a documentação museológica, entre outras exigências postas pelo Estatuto de Museus. Nesse sentido, esse trabalho se propõe a tratar da importância deste instrumento de gestão de acervo no âmbito das instituições museológicas, considerando que pode orientar tanto um processo de musealização que seja agregador, como também o oposto: isolar o museu de sua função social. Essa discussão faz parte da pesquisa em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, realizada pelo primeiro autor, sob a orientação do segundo autor. Destaca a compreensão de que a missão e os valores de um museu devem estar vinculados com suas obrigações com a sociedade. Por isso, ao ser formulada, a Política deve ser pensada de forma a contribuir para uma atuação participativa do museu com a população local. As experiências junto ao Museu Histórico Farroupilha (Piratini/RS) e o Centro Cultural Padre Schio (Antônio Prado/RS), servem de base para a reflexão proposta, refletindo a relação dessas instituições com seus acervos e com as comunidades com as quais se relacionam. Para isso, são trabalhadas as ideias de museu mausoléu de Andreas Huyssen (1996); de semióforo de Kryzstof Pomian (1984); as discussões de musealização e de museu a partir de Cristina Bruno (1996), Bruno Soares e Teresa Scheiner (2009) e Mário Chagas (2009); e de patrimônio com Maria Fonseca (2017) e José Reginaldo Gonçalves (2003). Por fim, percebe-se que para alcançar seu propósito, a musealização é utilizada para fomentar determinadas falas, silenciando outras, excluindo de seu discurso parte da população. Contudo, o museu não deve ser apenas um espelho de seu meio (ou de parte dele), mas sim, uma ferramenta de reflexão social. A Política de Acervo pode ser um instrumento para tal premissa.

[39] Graduado em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Museólogo da Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS.
[40] Doutor em Sociologia pelo Programa de (PPGS-UFRGS). Professor do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro (UFPel) e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP-UFPel). Contato: dmvsouza@ufpel.edu.br

MUSEALIZAÇÃO IN SITU: ESTUDO DE VIABILIDADE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO ALCOBAÇA, BUÍQUE/PE

Jaime de Lima Guimarães Junior[41]
Ana Lúcia do Nascimento Oliveira[42]

O projeto de pesquisa intitulado Musealização in situ: estudo de viabilidade do Sítio Arqueológico Alcobaça, Buíque – PE, objetiva desenvolver um estudo de viabilidade para criação de um museu arqueológico in situ no Sítio Arqueológico Alcobaça, localizado no Parque Nacional do Catimbau, como proposta de apropriação do patrimônio histórico e arqueológico pelas comunidades do entorno do Distrito Carneiros, no município de Buíque - Pernambuco, fundamental para conservar e valorizar espaços culturais e ambientais únicos, intrínsecos e distintos como forma de proteção da memória e consequente da identidade afim de contribuir nas mudanças para a qualidade de vida dessa população. Desta forma, este trabalho propõe apresentar os princípios e as estratégias de intervenção arquitetônica a luz da museuologia num lugar de valor arqueológico, utilizando como o Sítio Arqueológico Alcobaça, como caso prático, através de sua musealização, como instrumento de grande valor como espaço para preservação e salvaguarda de ambientes pretéritos guardando seus cenários característicos. Assim sendo, o Sítio Arqueológico Alcobaça servirá como campo de análise, interpretação para apresentação de estratégias de viabilidade de intervenção para a concepção de um museu in situ. No estudo, pretende-se demonstrar que o componente histórico e arqueológico de um sítio é merecedor de toda atenção afim de contribuir para o sucesso e desenvolvimento social, cultural e econômico de uma determinada região e, principalmente, para preservar e valorizar o seu caráter identitário. Acredita-se que a musealização dos objetos culturais a partir da criação do Parque possa auxiliar a comunidade na melhoria da qualidade de vida no momento em que ela utiliza o potencial turístico do museu para sua sobrevivência e com isso preservar aquele patrimônio. Portanto, existe a necessidade de avaliar a musealização deste patrimônio para contribuir neste processo de apropriação das comunidades locais e do turismo, gerando segurança e proteção dos bens culturais.

[41] Mestrando em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e membro do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ - UFRPE).
[42] Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFRPE). Atualmente é professora Associada aposentada (UFRPE). Contato: ananascimentoufrpe@gmail.com

O MITO DO “HERÓI” PIONEIRO NO MUSEU DA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES/MG

Lucinei Pereira da Silva[43]
Luiz Henrique Assis Garcia[44]

Buscaremos identificar nesta investigação presenças ou ausências de representações de determinadas identidades sociais e históricas no acervo do Museu da Cidade de Governador Valadares/MG (MCGV). Nesse sentido, faremos uma análise do circuito expositivo do MCGV com o intuito de refletir sobre sua trajetória, escolhas, conflitos, silêncios, personagens e narrativas. Fundado em 30 de janeiro de 1983 e situado numa rua que é considerada uma das primeiras da cidade, reúne coleções de arqueologia, objetos biográficos, coleções relativas a ofícios, transporte, numismática, mobiliário e fotografias antigas, entre outros.

A ocupação da cidade começou pela chegada da estrada de ferro Vitória-Minas, inaugurada em 15 de agosto de 1910, na então vila de Figueira (ESPINDOLA, 2008, p. 184). Com ela vieram migrantes de várias regiões de Minas Gerais e do Espírito Santo, e também estrangeiros. No entender de Siman (1988, p. 65), os chamados pioneiros seriam aqueles que vêm da própria região, trazendo suas famílias, suas posses, suas raízes, e se estabelecendo no comércio e nas terras locais. Já os denominados forasteiros seriam aqueles vindos de fora, peregrinando, sem sobrenome e desagregados de suas raízes e que oferecem a sua força de trabalho principalmente para a construção da ferrovia ou aos donos das terras e comércio.

Para Canclini (1997) e Meneses (1994), os museus históricos de cidade, em sua maioria, protagonizam ritos, encenam as tradições e celebram o espetáculo de origem de seus “heróis” fundadores como forma de promover a hegemonia das elites. No MCGV a figura do pioneiro integra a narrativa mítica de fundação e emancipação do município, perpetuando-se na memória local como distintos e notáveis moradores. Por outro lado, faz-se sentir a ausência dos grupos denominados forasteiros.

Compreendendo a expografia e a comunicação museológica aplicadas como instrumentos para uma encenação do poder, em detrimento da produção do conhecimento, percorreremos o circuito expositivo do museu, mostrando encenações e exclusões, atentando especialmente para a dimensão biográfica, que evidencia o protagonismo de determinados indivíduos e sua vinculação social, e a cultura material, destacando objetos que remetem ao modo de vida das elites locais. Por procedimentos afeitos à promoção de um culto nostálgico de um passado idealizado que remete à categoria do museu-memória (SANTOS, 2006), objetos e documentos são exibidos de maneira a "imortalizar" os pioneiros na memória histórica da cidade e desconsiderar a heterogeneidade de sua composição social.

Por fim sugerimos outra linha de atuação museológica, assumindo que, como recomenda Meneses (1994, p.41), um museu histórico de cidade pode tomar a memória da ocupação de seu espaço como objeto de conhecimento.

[43] Doutorando em Ciência da Informação (UFMG).
[44] Doutor em História. Professor no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFMG). Contato: lhag@ufmg.br

PROJETO CAMPO ARQUEOLÓGICO VIRTUAL: EXPERIÊNCIA VIRTUALIZADA DE MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

Miriam Cazzetta[45]

Se fizermos uma busca na internet sobre Arqueologia Virtual, o que vamos encontrar será a sua associação aos modelos tridimensionais, hipertextos e soluções multimídia utilizados para transmitir informações digitais e produzir conhecimento digital. Por mais que a palavra digital seja utilizada como consensualmente apropriada para definir o conjunto de coisas que envolve essa dimensão informacional e/ou comunicacional, é necessário expor as nuances que envolvem as diferentes práticas aplicadas à Arqueologia de forma a delinear a proposta do Campo Arqueológico Virtual como uma experiência virtualizada em construção.

O projeto Campo Arqueológico Virtual pretende ser um "laboratório de experimentações" e tem por objetivo promover a reflexão, proposição e desenvolvimento de atividades no campo da musealização da arqueologia a fim de estimular os alunos a buscarem uma reflexão crítica sobre a função social da Arqueologia.

O que apresentaremos nessa comunicação são as etapas e resultados alcançados do que definimos como Campo Arqueológico Virtual enquanto um processo museal virtual, que faz da internet espaço de interação através de ações de socialização do conhecimento acadêmico, sensibilização e mobilização para uma gestão compartilhada junto com seu público colaborador.

No escopo do projeto, soma-se o desejo de ver estabelecida uma sistematização de práticas pedagógicas no município sergipano de São Cristóvão (área piloto), a fim de estimular o conhecimento e o reconhecimento da diversidade de repertórios culturais que consideram as relações das pessoas com a paisagem historicamente apropriada e construída; e, sensibilizá-los sobre o potencial científico e educativo representado pelo patrimônio arqueológico urbano e fluvial do município em consonância com as edificações históricas, o traçado urbano, e as manifestações culturais locais.

[45] Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (PPGA-UFS). Professora Substituta da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

PARQUE ESTADUAL DOS PIRINEUS: MEMÓRIA, CULTURA E NATUREZA

Oona Yasmina de Oliveira[46]
Poliene Soares dos Santos Bicalho[47]
Sirlene Alves da Silva[48]

O município de Pirenópolis-Go, fundado em 1727, é reconhecido pelo seu patrimônio histórico material e imaterial e pela paisagem única de Cerrado, com várias unidades de conservação como Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), e pelo Parque Estadual dos Pirineus, criado em 1987, como unidade de proteção integral. Localizado a cerca de 20 km da cidade, o Parque abriga uma rica biodiversidade do Cerrado e uma abundância de recursos hídricos e geológicos, fatores que o coloca como referência para o município e para o estado de Goiás. O local é palco de um importante acontecimento festivo, a Romaria da Santíssima Trindade, festa religiosa do Catolicismo que ocorre anualmente no mês de julho, há quase 100 anos. Após a criação do Parque, a festa sofreu um esvaziamento, por imposição de normas restritivas, sem diálogo da administração com a população local. Os Romeiros se esforçam para a continuidade do evento. Como se trata de um território visado, o Parque encontra-se vulnerável, por falta de uma política de gestão centralizada e da elaboração de um plano de manejo permanente. Desse modo, vivencia um processo de degradação do seu patrimônio natural e cultural, com visitação intensa e com evidências de conflitos entre os diferentes grupos que utilizam dos espaços. Propomos estabelecer as diretrizes para a criação de um Centro de Memória no Parque Estadual dos Pirineus, para produção e resgate de sua identidade e história. Para tanto, evidencia-se a história da Romaria, o patrimônio natural, os conceitos sobre memória, acervo e identidade para conseguir demarcar as linhas gerais deste centro, bem como as pesquisas científicas existentes. A proposta da criação do Centro de Memória contribui para a educação ambiental e patrimonial; para as pesquisas e as práticas educativas; para as visitações turísticas, com valorização do espaço, resgate e fortalecimento da história e da biodiversidade local. O Conselho Consultivo do Parque, reativado em outubro de 2020, discute a implantação do plano de manejo, as diretrizes propostas colaboram para este plano e para o enriquecimento da relação da sociedade com os seus bens culturais e naturais, não permitindo que sejam perdidos.

[46] Mestranda no Programa de Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER/UEG). Contato: oonayasmina@yahoo.com.br.
[47] Professora no Programa Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Contato: poliene.bicalho@ueg.br.
[48] Mestre no Programa de Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (Teccer/UEG). Contato: sirlepiri@hotmail.com.

MUSEUS EM *[IM]PREVISÍVEL* TRANSFORMAÇÃO: AS PROPOSIÇÕES DOS MUSEUS GAÚCHOS NO CIBERESPAÇO DURANTE A 14ª PRIMAVERA DOS MUSEUS

Vanessa Aquino[49]
Gabriela Mattia[50]
Aline Vargas[51]

Com a missão de promoção, divulgação e valoração das instituições museológicas brasileiras, a Primavera dos Museus, evento que ocorre desde 2007, sendo atualmente de iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), propõe a cada ano uma temática para nortear as discussões e atividades ofertadas pelos espaços museais em nível nacional. Em 2020, no contexto pandêmico que se alastrou pelo mundo devido a Covid-19, ocorreu sua 14ª edição com o tema "Mundo Digital: Museus em Transformação". Assim, de 21 a 27 de setembro do mesmo ano, o evento propôs discutir a realidade atual onde muitos museus que, ao encontrarem-se fechados ao público, voltaram-se ao ambiente *online* com intuito de manter a comunicação com a sociedade. À vista disso, o que era considerado até então uma opção ou até mesmo uma ação complementar oferecida pelas instituições, a inserção no ciberespaço passou a ser uma das principais alternativas para manter sua função social junto aos públicos. Nesse cenário, o presente artigo contempla um estudo de caso que possui como objetivo analisar quantitativamente a mobilização dos museus do Rio Grande do Sul frente à proposta apresentada pela Primavera dos Museus, quanto a sua adesão e atividades propostas. A partir dos dados e análises gerados por meio do entrecruzamento com levantamentos realizados pelo Projeto de Pesquisa "Forma & Conteúdo: reflexões sobre as exposições museológicas" no primeiro semestre de 2020, propõe-se analisar a influência e relevância do debate proposto pela 14ª edição do evento e contribuir com o fomento de estudos de avaliação no campo dos museus e da Museologia, visto que o cenário atual demanda pesquisas que contemplem a postura das instituições frente às demandas que emergiram com o isolamento. Por fim, destacamos que houve um aumento considerável de estratégias comunicacionais e educacionais no âmbito do ciberespaço durante a 14ª Primavera de Museus, com destaque para a criação de exposições digitais em diferentes formatos, além da ampliação da oferta de atividades *online* em cidades do interior do estado.

[49] Doutora em Educação(PPGEDU-UFPel). Professora Adjunta do urso de Bacharelado em Museologia (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA-UFRGS). Contato: vanessa.barrozo@ufrgs.br
[50] Mestre em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGH-UNIOESTE)
[51] Museóloga e Mestranda em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA-UFRGS).

“FORMIGA ENXERGA TUDO GIGANTE”: O ESPAÇO CEMITERIAL E AS TRILHAS TEMPORAIS DA COMUNICAÇÃO ENTRE PRESENTES

Pedro Luiz Vianna Osorio[52]
Maria Cristina Oliveira Bruno[53]

Estamos para o tempo assim como as formigas estão para o espaço: ambos os seres não têm a noção da grandeza do universo observável que habitam em relação ao seu corpo tangível, mas, ainda assim, seguem em frente nas suas aspirações de manter a si e as próximas gerações seguras e bem alimentadas, seja de comida, seja de referências. Este trabalho é fruto de primeiras inquietações e reflexões sobre o espaço cemiterial enquanto objeto de estudo dentro da Museologia, entendida como disciplina produtora de conhecimento sobre o mundo através da relação entre a sociedade e seu patrimônio. A pesquisa, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, busca observar as possibilidades de um dado cemitério ser apropriado enquanto museu, não de maneira institucional ou normativa, mas conceitualmente, enquanto cenário onde ocorrem diferentes relações entre o ser humano e objeto criado e culturalmente localizado, ou seja, onde se pode identificar o “Fato Museal” (RÚSSIO, 1987). Na busca de alimentos, o processo forrageamento, um dos fatores que garante a sobrevivência da espécie, as formigas criam trilhas no solo conectando a fonte de comida ao formigueiro, buscando garantir um fluxo ideal de recursos (SILVA, 2011). As trilhas se expandem conforme a necessidade, mas sem nunca saber o tamanho do mundo que as envolve. O ser humano busca perpetuar sua existência através de diferentes registros, materiais ou não, que comuniquem determinadas informações em detrimentos de outras, num exercício de construção de memória (GIL, 2019). A função de comunicar algo ao futuro, que varia entre a geração seguinte e o infinito (MANOEL-CARDOSO, 2014), dentro do cemitério, materialmente fica a cargo dos túmulos e gavetas – microcosmos de decisões narrativas particulares – e do próprio conjunto espacial – onde essas narrativas disputam espaços e dialogam sincrônica e diacronicamente. É através dessas manifestações físicas da vontade de perpetuação de referências, que o ser humano cria trilhas de forrageamento entre o seu presente e os presentes do futuro. Do mesmo modo que as formigas não sabem até onde precisam ou podem ir na busca de alimento, nós humanos não sabemos até que ponto do tempo podemos ou conseguimos manter vivas nossas memórias. Sendo o cemitério um espaço de acesso a todas as parcelas da sociedade, ainda que não de forma igual, é importante questionar e analisar quais narrativas estão presentes e quais trilhas são construídas pelas pessoas e que exercem as representações materiais e imateriais nesse espaço.

[52] Mestrando em Museologia pela Universidade de São Paulo (USP).
[53] Professora Titular em Museologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - MAE/USP. Doutora em Arqueologia (USP). Mestre em História Social (USP).

APARECIDA E CHORA: A NECESSIDADE DA CONSERVAÇÃO DO MONUMENTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E MATERIAL DA HUMANIDADE

Egidio S. Toda[54]
Fernanda Maria de Oliveira Araújo[55]
Maria Carla Vieira Pinho[56]

Este artigo tem como objetivo o estudo da relação entre os patrimônios culturais do oriente e do ocidente, representados pela Igreja de São Salvador de Chora e a Basílica de Nossa Senhora de Aparecida. Mostra a necessidade da preservação e do tombamento em Patrimônio Cultural e Material da Humanidade. Do lado oriental, uma igreja do século IV, fincada na antiga região de Constantinopla, atual Istambul, Turquia. Do lado ocidental, uma basílica do século XX, na região de São Paulo, Brasil. A analogia criada a partir da história da cultura que envolve a sociedade, seus costumes e arte, em seus respectivos tempos e espaços, mostra através da leitura do patrimônio, o entendimento e sua importância para a difusão do conhecimento, historiografia, memória, cultura e da identidade de um povo.

[54] Doutor em Educação, Arte e História da Cultura – EAHC pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM Mackenzie/SP.
[55] Doutora em Educação, Arte e História da Cultura – EAHC pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM Mackenzie/SP.
[56] Doutora em Educação, Arte e História da Cultura – EAHC pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM Mackenzie/SP.

PATRIMÔNIO CULTURAL E MUSEU NA TRAJETÓRIA DO CENTRO DE ESTUDOS DA CULTURA POPULAR

Maria Siqueira Santos[57]
Fábio Martins Bueno[58]

Em 2020 foi publicado o livro "Museu do Folclore de São José dos Campos: uma breve história" onde é narrada, não apenas a história desse museu estabelecido na cidade de São José dos Campos desde a década de 1990, mas a trajetória do Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP), uma Organização da Sociedade Civil criada em 1998 para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Municipal de Folclore da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, instituição municipal de cultura criada em 1986. Tendo, porém, o tempo presente como ponto de partida, cabe discutir como a atuação do CECP nessas duas décadas tem contribuído para o debate acerca da função social dos museus, bem como evidenciar a interface entre patrimônio cultural e museu promovida por uma série de projetos realizados pela instituição.

Enquanto uma organização social sem fins lucrativos, o CECP tem como finalidade o estudo, a pesquisa, a difusão, a valorização e o estímulo de todos os patrimônios, material e imaterial. Suas finalidades são alcançadas por meio de ações, instrumentos e políticas adotadas de forma individual pelo CECP, ou em conjunto com órgãos e entes da administração pública, além de suas autarquias e, ainda, em conjunto com empresas privadas de toda ordem, que visem o mesmo fim. Sua missão é criar ferramentas que promovam o processo de fortalecimento da identidade cultural, valorizando a memória social e o conhecimento das tradições populares. Portanto, cumprindo sua finalidade e missão, o CECP, além de criar e gestar o Museu do Folclore e o Ecomuseu dos Campos de São José, também realiza pesquisas e inventários culturais e administra a Biblioteca Maria Amália Corrêa Giffoni, especializada em folclore e cultura popular. No intuito de demonstrar a importância da ação do CECP no âmbito do patrimônio cultural e sua interface com os museus, faremos uma breve descrição dos projetos em execução atualmente:

Edição e publicação do e-book "Congadas e Moçambiques do Vale do Paraíba Paulista: Entre 2015 e 2017, em convênio firmado com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, o CECP realizou o INRC do Congado Paulista, percorrendo o território a fim de documentar e inventariar os grupos de Congada e Moçambique em atividade no estado. Atualmente, em decorrência da aprovação em edital de chamamento público da Secretaria Estadual de Cultural através do Programa de Ação Cultural (PROAC), o CECP está editando o material então coletado na região vale-paraibana paulista e, ainda este ano, publicará um e-book intitulado "Congadas e Moçambiques no Vale do Paraíba Paulista. Pesquisa e elaboração do Dossiê de Registro do Samba Rural Paulista, também denominado Samba de Bumbo: em novo convênio com o IPHAN, o CECP tem realizado a pesquisa de campo com sambadores de São Paulo para elaboração do Dossiê de Registro do Samba Rural Paulista como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Essa pesquisa foi gravemente impactada pela pandemia de COVID-19, contudo, lançou-se mão de alternativas e pode-se dar continuidade ao trabalho dos Campos de São José: com patrocínio da Petrobras, o CECP realiza, desde 2015, o Projeto

[57] Mestre em História Social (UEL) e gestora do Ecomuseu dos Campos de São José.
[58] Mestre em História Social (UEL).

Ecomuseu dos Campos de São José, cuja proposta se apoia na ideia de que o homem se empodera de sua cidadania quando entende o valor do seu patrimônio cultural e natural e aprende a usar este patrimônio em ações de desenvolvimento local. Diversas ações de caráter cultural e ambiental já foram realizadas em bairros da Zona Leste de São José dos Campos sob a ótica da museologia comunitária, partindo da formação e envolvimento dos moradores para a promoção e fortalecimento do patrimônio local. Museu do Folclore de São José dos Campos: atividade mais antiga realizada pelo CECP, sua gestação foi longa, tendo durado cerca de 10 anos. Desde 1997 está localizado no Parque da Cidade Roberto Burle Marx, em São José dos Campos, com o objetivo de ser um centro de estudos e pesquisas em folclore, para além das exposições de objetos folclóricos, sendo agente irradiador da cultura, polo de difusão cultural e agente de formação e informação de cultura.

MUSEU DE GEMAS DO PARÁ: APONTAMENTOS SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE ADORNOS

Clarisse Fonseca Chagas[59]

O presente resumo é resultado de uma sessão da pesquisa realizada entre os anos de 2014 até 2019, sobre o Programa Polo Joalheiro do Pará, desenvolvido dentro do curso de Doutorado em Design ESDI/UERJ, por meio da linha de pesquisa teoria e critica. Objetiva-se com este trabalho apresentar a importância da preservação e conservação de acervos museológicos quando se trata de um museu que tem em seu acervo mais de 4 mil peças entre cerâmicas arqueológicas, metais que apresentam alto grau de oxidação (deterioração) como prata e ouro, adicionando ainda as peças com materiais orgânicos como sementes e demais artefatos indígenas com plumas. Por serem objetos componentes da história da cultura material do Estado do Pará que contém em seu acervo itens da idade da pedra lascada, passando pela extração de minério até a coleção de joias desenvolvidas com inspiração no repertório cultural do estado do Pará, o qual parte do acervo passou apenas por um processo de restauro, é que se faz relevante o processo de investigação sobre a importância da presença do setor de conservação e restauro, considerando a imponência do museu de gemas o qual é administrado pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará. Para este artigo foram utilizadas as ferramentas de pesquisa explicativa e posteriormente as ferramentas da pesquisa explicativa com o objetivo de explicar as causas dos constantes problemas identificados durante as visitas técnicas no tocante da deterioração do acervo de adornos do Museu de Gemas do Pará e ao final, ao final, o artigo apresenta conceitos e técnicas de conservação de restauros para a primeira coleção de joias do Pará, a qual faz parte da exposição permanente do museu, abrigada na sua última e mais relevante sala do acervo.

[59] Doutora em Design pela ESDI/UERJ e Professora do curso de Design Gráfico da ESTÁCIO/FAP PARÁ.

TARCÍSIO TABORDA E AS INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO MUSEOLÓGICO SUL RIOGRANDENSE

Joel Santana da Gama[60]

A Museologia enquanto ciência e área de conhecimento é, ainda, objeto de diversas discussões e análises a respeito da sua historicidade, dos caminhos que percorreu a forjar-se como campo, integrando trabalhadores e espaços de memória num compromisso de salvaguardar o patrimônio cultural como um legado para a sociedade. Assim, a partir desta busca por discursos polifônicos na Museologia, pretende-se delimitar e absorver os conceitos de cultura, memória, museologia, museus, gestão e políticas públicas, oriundos destas reflexões oportunizando um conhecimento sobre os contextos sócio-históricos regionais, para que haja uma perspectiva sobre uma cronologia dos fatos, mas também uma interpretação de como estas ideias incidiram sobre as práticas das gestões nas instituições e, por conseguinte, na formulação do próprio campo. Com base nestes entendimentos da pesquisa cabe ressaltar que a temática são as Influências do Pensamento Museológico no Rio Grande do Sul, buscando-se contribuir para com a leitura da história da Museologia no Estado. A partir da narrativa do gaúcho Tarcísio Taborda (museólogo provisionado, historiador e jurista) que perpassa o seu papel nos museus, na relação com a educação, na gestão destes espaços culturais e na formulação de políticas públicas, indicamos uma ação caracterizada numa tridimensionalidade da sua atuação entre educação, gestão e políticas públicas que gera influências para constituição deste campo museal. Parafraseando o trabalho de Mário Chagas ao versar sobre "*A Imaginação Museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*" propõe-se uma versão regional sobre as influências do pensamento museológico sul rio-grandense a partir de um homo-narrans (o homem que narra), o historiador Tarcísio Antônio Costa Taborda, e uma análise da constituição do campo museológico no Estado do Rio Grande do Sul. Outro aspecto que perpassa esta pesquisa é a relação na formação sobre a área e a compreensão do entendimento de museu naquele momento da história, e que vai se forjando ao aproximar e/ou confrontar as ideias do historiador Tarcísio Taborda com as de museólogos brasileiros, em especial com Gustavo Barroso e Waldísa Rússio Guarnieri. Optamos em fazer um paralelo de atuação, apresentando uma leitura e interpretação sobre os seus objetos de pesquisas, seus entendimentos, seus métodos, terminologias e os sistemas aos quais aplica para a compreensão do campo museológico. É intenção desta pesquisa, apresentar a contribuição que Taborda dá para a Museologia ao forjar a História Regional do Sul do Brasil, a partir de sua terra natal, Bagé e da trama de lugares e espaços por onde ele se ocupou, trabalhou e viveu.

[60] Mestre pelo Mestrado Profissional em História (PPGH-FURG). Coordenador de Patrimônio Cultural do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

SIMPÓSIO TEMÁTICO – PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: DESAFIOS E PROPOSIÇÕES CONTEMPORÂNEAS

COORDENAÇÃO: PROFA. DRA. HILDA JAQUELINE DE FRAGA (UNIPAMPA), PROFA. DRA. CARLA RODRIGUES GASTAUD (UFPEL) E PROF. DR. JOSÉ ROBERTO SEVERINO (UFBA)

HISTÓRIAS QUE TRAMAM O GÊNERO, A ARTE, A VIDA [E OUTRAS MEMÓRIAS]: NARRATIVAS DE MULHERES FAZEDORAS DE QUADRILHA JUNINA NO CEARÁ

Marcos Evangelista de Souza Oliveira[61]

O presente texto tem por intento investigar, cartografar e documentar narrativas estético biográficas de mulheres fazedoras de quadrilhas juninas no estado do Ceará e, tem como escopo molar revelar histórias de vida, formações identitárias, relações comunitárias/territoriais e os papeis sociais destas mulheres. A escrita do texto parte de experiências pessoais com pesquisa e investigação em arte e as tradições populares e suas conexões com o campo do sensível, com as histórias de vida e territoriais de seus fazedores, sejam estas experiências com produção cultural, e de realização de diversos processos artísticos que partem dessas conexões e, que nessas experiências foi possível perceber diversas instâncias, atravessamentos e sentidos das potencialidades dos processos que revelam lugares que perpassam entre o fazer artístico e as histórias sociais de seus fazedores. E com a experiência no campo da produção de cultura popular e especificamente no campo da cultura junina pude perceber ainda que esses processos acontecem entre lugares envoltos de fragilidades, sensibilidades e de produção de conhecimento, e que estes são potentes territórios do experenciar e de se conhecer o mundo e a si. Diante do que foi apresentado, essa experiência se propôs a ouvir e escrever sobre histórias de mulheres fazedoras de quadrilha junina no Ceará é revelar memórias de produção, e os entremeios que desvendam suas afirmações de gênero, suas histórias sociais e o fazer quadrilha junina enquanto experiência artística. O texto se propõe e desvendar e compartilhar histórias de mulheres e suas relações com o cotidiano e perceber possíveis conexões sensíveis entre relações de gênero e sociabilidade feminina. É um exercício que recriar e ressignificar formas de convivência. O texto se fundamenta no conceito de experiência cunhado por Larrosa Bondía (2002) em seu texto Notas sobre experiência e o saber da experiência, que remete ao lugar de encontro, de travessia, e acontecimento, ao lugar que nos forma e nos transforma, e que somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria travessia, formação e transformação e o fazer quadrilha junina com experiência do fazer artístico e com a cultura popular. É uma proposta que mapeia histórias através da tradição oral e a partir destas experiências que tramam entre o gênero, o fazer quadrilha junina e a vida.

[61] Mestrado Profissional em Artes pela Universidade Federal do Ceará (PPGARTES-UFC). Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Contato: marcos.evangelista@uece.br.

VIVA O DIVINO! ESTUDO DAS PRÁTICAS DEVOCIONAIS DA CASA DO DIVINO COMO ELEMENTO DE INSTITUIÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL EM PONTA GROSSA (PR)

Elizabeth Johansen[62]

A Casa do Divino existente em Ponta Grossa (PR) desde 1882 é um imóvel tombado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC), vinculado a Fundação Municipal de Cultura de Ponta Grossa, desde 2004. No entanto, o que configura esse bem material como patrimônio cultural local não é apenas a materialidade da construção, mas a devoção ao Divino que é vivenciada naquele lugar. No transcurso de 138 anos de devoção diferentes práticas devocionais foram se estabelecendo. Muitas dessas atividades surgiram no século XIX, pouco tempo depois da abertura da sala de orações. Eram e continuam sendo ações compartilhadas e transmitidas entre parentes e conhecidos, ou seja, práticas legadas como herança cultural, como memória herdada ao ponto de tomarem forma de memória coletiva do grupo porque são a sedimentação de sentidos e emoções compartilhadas. No entanto, deve-se considerar que tais práticas só podem ser reconhecidas como fundamentais para a manutenção da devoção na Casa do Divino porque possuem sentido e significado para aqueles que a frequentam e participam desses momentos. “Transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo” (CANDAU, 2016, p. 118), que se vincula efetivamente ao lugar em que as práticas devocionais são realizadas. Essa perspectiva aproxima-se do que a Declaração de Québec defende ao afirmar que “o espírito do lugar oferece uma compreensão mais abrangente do caráter vivo e, ao mesmo tempo, permanente do monumento” (ICOMOS, 2008, p. 2), de modo que a imbricação da materialidade com a imaterialidade significa a relevância do entendimento do patrimônio como um todo indivisível. Para a definição de quais práticas de devoção são significativas e fundamentais para se pensar a Casa do Divino como um patrimônio cultural, foi necessário acompanhar a realização de todas as atividades, tanto no espaço da Casa, como fora dele. A partir da observação participante e da elaboração do diário de campo é que tais ações começaram a aparecer. Segundo tudo o que foi observado e dialogando com o posicionamento teórico de Geertz (2008), que defende ser necessário ao pesquisador identificar as estruturas significantes produzidas, percebidas e interpretadas por aqueles que as criaram e as vivenciam como fundamental para uma análise cultural, essa comunicação irá apresentar e analisar diferentes atividades que são realizadas pelos devotos da Casa do Divino e que a configuram como patrimônio cultural, com materialidade e imaterialidade imbricadas e indivisíveis.

[62] Professora Doutora na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Contato: eliza.j@uepg.br

“MANDA RESPONSAR”: O “RESPONSO” ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MOSTARDAS/RS

Sabrina Machado Araujo[63]

Este trabalho apresentará os resultados parciais da pesquisa de mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel), ainda em fase inicial. Tem como objeto de estudo o “Responso”, prática cultural antiga em Mostardas/RS. É importante distinguir a *oração* do responso e a *prática* de “responsar”, duas coisas diferentes. A prática demanda a existência da figura do “responsador”, que possui um “dom divinatório” ou “visão”. Assim, é costume entre os moradores, quando perdem alguma coisa ou animal, “mandar responsar”. Ou seja, uma pessoa que possui esse saber ou dom, através da fé, intercede para que outra pessoa encontre um objeto perdido ou esquecido. Na maior parte das vezes o(a) responsador(a) consegue descrever o local onde está tal objeto, e identificar se for um caso de roubo. Esta prática é extremamente comum e faz parte da cultura de Mostardas, entretanto, ainda não foi alvo de investigações científicas. Assim, essa pesquisa busca preencher a grande lacuna científica a respeito dessa temática.

No ano de 2010, entrou em vigor a Lei nº 27443 que institui como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Mostardas as Cantorias de Ternos de Reis, o Ensaio de Pagamento de Promessa, as Cavalhadas, a Festa do Divino Espírito Santo, a Festa em louvor a São Luiz Rei de França, o Artesanato e o Culto às Tradições Gaúchas. Dessa forma, não estando o Responso listado entre estes, o problema de pesquisa se manifesta na seguinte pergunta: O Responso constitui uma prática cultural a ser reconhecida enquanto Patrimônio Cultural Imaterial do município de Mostardas, sendo institucionalizado através da Lei nº 2744?

O objetivo geral da pesquisa consiste em investigar a prática do Responso nos limites do município de Mostardas, a fim de verificar se este é visto pela comunidade enquanto um patrimônio cultural imaterial para que possamos propor junto à câmara de vereadores do município a sua formalização através da Lei nº 2744. Além disso, essa pesquisa também buscará compreender as questões simbólicas, imateriais, culturais e de crença que envolvem a prática. A pesquisa é interdisciplinar, abordando os campos da cultura, memória, identidade e patrimônio a partir das ciências humanas e sociais. A estratégia metodológica empregada é a pesquisa de campo com abordagem qualitativa, será utilizada a pesquisa-ação e o método etnográfico, tendo como principal técnica para coleta de dados a História Oral. É necessário ouvir os “responsadores” para compreender as especificidades da prática local, bem como a população para que percebamos suas impressões sobre o responso e compartilhem seus relatos.

[63] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA: UMA LEITURA SOBRE AS ESCOLAS DO CONJUNTO HABITACIONAL ENCOSTA NORTE NA CIDADE DE SÃO PAULO

Franklin Roberto Ferreira de Paula[64]
Maria Isabel Imbrunito[65]

O Encosta Norte, tecnicamente denominado São Miguel Paulista E, é um dos inúmeros conjuntos habitacionais implantados pela CDHU na região do Itaim Paulista, à Zona Leste do município de São Paulo. Com um perímetro de aproximadamente 53 hectares, as mais de mil unidades habitacionais executadas de acordo com o projeto original são complementadas, quase que exclusivamente, por equipamentos educacionais, além de alguns vazios urbanos. Portanto, as escolas assumem, dentre outros papéis, uma importância notória na composição dessa paisagem, a princípio homogênea. Isto posto, este artigo se propõe a compreender as escolas enquanto patrimônio em distintas camadas, ainda que interconectadas: os edifícios escolares na qualidade de marcos constitutivos da paisagem num território predominantemente residencial; a possibilidade que essas edificações oferecem para a produção de um acervo diversificado e fundamental na consolidação individual de identidades; e, por fim, a compreensão de como o cotidiano escolar e sua distensão na cidade contribui para escritura de memórias coletivas. Para tal, o texto estará amparado por autores como Maurice Halbwachs, ao discorrer sobre como as lembranças individuais podem conformar memórias coletivas; Sébastien Marot que, além de endossar Halbwachs, apoia-se em Frances Yates para desenvolver seu argumento que articula a paisagem e a arte da memória; e a pesquisadora Rosa Fátima de Souza, que ilumina a discussão através do valor atribuído e da importância da conservação do patrimônio escolar enquanto registro documental de indivíduos e práticas pedagógicas. Ainda enquanto metodologia, visitas in loco e registros a partir de fotografias também contribuem para a construção da narrativa deste artigo. A investigação integra a tese de doutoramento em arquitetura e urbanismo, em andamento, e tem como argumento parcial o papel que a escola pública pode desempenhar quanto à construção da identidade coletiva em um determinado território, sobretudo quando neste, verifica-se a possibilidade desses equipamentos assumirem outras funções e tornarem-se condensadores sociais, sejam para celebrações em eventos abertos à comunidade escolar como festas juninas, ou campeonatos esportivos, por exemplo. Assim, assume-se que a ideia de patrimônio está implícita na escola pública enquanto lugar de memórias decorrentes de processos ora individuais, ora coletivos, e que resulta na constituição de um acervo riquíssimo de bens materiais e de memórias coletivas.

[64] Doutorando pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Contato: franklinpaula.6871@aluno.saojudas.br
[65] Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade São Judas Tadeu (USJT). Contato: imbronito@gmail.com.

PATRIMÔNIO, ESPAÇO PÚBLICO E MORFOLOGIA URBANA: A APROPRIAÇÃO CULTURAL DA RUA COMO PALCO E PERMANÊNCIA

Artur Hugo da Rosa[66]

Através da dialética prática-espaço, o artigo foca na apropriação dos espaços públicos através da festa. A festa, como prática cultural, é um corpo coletivo que congrega em si não somente o praticante como também o espectador, aquele que vê, escuta, canta, dança e acompanha nas ruas. O estudo de caso é uma festa tradicional, com mais de 100 anos de existência e de grande presença na paisagem cultural do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis-SC, o carnaval do Zé Pereira. Essa festa utiliza o espaço público como suporte de sua expressão. Estes corpos coletivos produzem um território próprio durante sua prática, ocupando os espaços da Freguesia e se limitando às formas urbanas existentes. O artigo busca analisar o patrimônio imaterial através da arquitetura e urbanismo, tentando responder às questões: como se dá a relação entre a morfologia e a prática social? Até que ponto uma influência na outra? A forma urbana define a forma de expressão deste bem cultural pelas ruas?

Ao longo do texto, é apresentada a ideia de espaço público e a questão da vida pública através da visão culturalista do arquiteto Camillo Sitte (1992). A vida pública é comparada à ideia de festa, do filósofo francês Henri Lefebvre (2010). Da morfologia urbana, o conceito de arquitetura sociológica de Frederico de Hollanda (2006) define também os espaços públicos como arquitetura, estabelecendo o que Peponis vai chamar de função cultural da arquitetura em uma relação dialética entre forma urbana e prática social. Essa mesma relação dialética é explorada por Vogel e Mello (1981), bastante influenciado por De Certeau, que vai dizer que "quem pratica o espaço, também o produz" (VOGEL; MELLO, 1981, p. 4). O fechamento do referencial teórico se dá no âmbito da rua e suas práticas, onde a diversidade defendida por Jane Jacobs se cruza com as ideias de sociabilidades brasileiras do historiador Simas, para falar de festa, carnaval e espaço público.

A análise é feita a partir de registros fotográficos e esquemas gráficos, onde traz uma visão integrada do patrimônio cultural ao buscar a materialidade deste bem imaterial. Cruzando suas formas com as formas urbanas, em busca de uma explicação arquitetônica e urbanística para o fim da celebração deste evento, aponto que o espaço público, ao mesmo tempo que conformava a festa é também agente de seu fim, perdendo sua ressonância (GONCALVES, 2005) cultural e histórica, no qual era um traço identitário da localidade do Ribeirão da Ilha, que agora permanece somente na memória coletiva da comunidade.

[66] Mestrando em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: arturhugodarosa@gmail.com.

SIMPÓSIO TEMÁTICO – ACERVOS E PATRIMÔNIO: DO TRATAMENTO À PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL

COORDENADORES: PROFA. DRA. RENATA BRAZ GONÇALVES (FURG); PROFA. ME. RITA DE CÁSSIA PORTELA DA SILVA (UFRGS); PROF. DR. FRANCISCO ALCIDES COUGO JUNIOR (UFSM)

O ACERVO DO SPI E AS HISTÓRIAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA E ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL DO FUNDO "2ª INSPETORIA REGIONAL" (1930-1967)

Benedito Emílio da Silva Ribeiro[67]

Tomando experiências de pesquisa, ensino e extensão com o acervo microfilmado do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), relativo ao fundo arquivístico da 2ª Inspetoria Regional (2ª IR), este trabalho busca refletir sobre a natureza dos arquivos e coleções culturais de ordem documental, e suas políticas de memória, de modo a visibilizar outros aspectos do passado ocultados ou inscritos de forma subterrânea nessa documentação. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (2017), as histórias críticas sobre o SPI e a FUNAI, grandes órgãos indigenistas do Estado brasileiro no século XX, ainda estão por ser escritas. Porém, não de forma unilateral, apenas através da análise documental em si; mas em colaboração aos povos indígenas, que auxiliam a desmistificar a ação indigenista e as práticas de proteção oficial, envoltas em assimilação e violências. E, nessas análises conjuntas, dão maior e mais profundo sentido às suas resistências, reexistências e exercícios sociopolíticos de mediação e apropriação dos discursos e práticas tutelares. Logo, o artigo objetiva apresentar os esforços atuais em dar visibilidade para este conjunto documental, através de projetos e atividades desenvolvidas por uma equipe de trabalho vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM/UFPA). Busca-se também refletir sobre a importância deste arquivo na tessitura do campo (inter)disciplinar da História Indígena no Brasil, e especialmente na Amazônia, aliado aos saberes, narrativas e regimes de historicidade indígena que evidenciam suas agências e reexistências ao longo do século XX, sobretudo a partir do diálogo com os Tenetehar-Tembé, povo indígena do nordeste paraense. Nesse horizonte, as documentações arquivísticas (e aqui detidamente o acervo do SPI) se alocam em um novo escopo analítico, mais focado e engajado na garantia dos direitos indígenas e no entendimento crítico dos negacionismos e violências movimentados pelo Estado, ontem e hoje, em suas claras políticas anti-indígenas. Para tanto, é imperativo que se estabeleçam diálogos com os povos indígenas para melhor dimensionar essas experiências e (re)conhecer suas reivindicações e demandas históricas, estreitando as relações com os arquivos e o emprego das informações de modo prático. Assim, nessas leituras coletivas (e interculturais) do passado, evidenciado pelos documentos e memórias/narrativas, mensura-se a longevidade das lutas indígenas, suas estratégias e formas de resistência (e reexistência) que agenciam e dinamizam seus territórios, culturas e histórias

[67] Graduação em História pela Universidade Federal do Pará (UFPR). Mestrando do Museu Paraense Emílio Goeldi-Belem/PA. Contato: emiliosilvaribeiro20@gmail.com.

CONTEXTO HISTÓRICO E DE FORMAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO RIO GRANDE (1955-1972)

Greta Dotto Simões[68]
Glaucia Vieira Ramos Konrad[69]

O estudo apresentado faz parte da dissertação em andamento sobre o patrimônio fotográfico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas –FCPE, segunda unidade de ensino superior criada no Município de Rio Grande. O presente trabalho tem como objetivo investigar o contexto histórico e de formação do acervo fotográfico da FCPE, garantindo subsídios para uma interpretação e descrição consiste aos pesquisadores. A FCPE foi criada pelo poder público municipal com o objetivo de ministrar o ensino superior das Ciências Políticas e Econômicas e abrigou o Curso de Ciências Econômicas e o Colégio Técnico Comercial "Fernando Freire" – CTCFF. A Faculdade funcionou efetivamente entre os anos de 1959 até 1972, sendo que em 1969 foi incorporada a Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Neste trabalho, são apresentados os aspectos históricos relacionados a criação e constituição da FCPE e do seu Fundo documental, o "Fundo Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas", custodiado pela Coordenação de Arquivo Geral da FURG. De forma mais específica, são abordadas as características das fotografias da Faculdade, utilizadas como fontes de pesquisa e que constituem parte do patrimônio documental arquivístico da instituição. Para a realização do trabalho, foram realizadas consultas em referenciais teóricos pertinentes ao assunto e visitas no local de guarda do acervo documental e das fotografias para levantamento informacional e fotográfico. Após a identificação das fotografias, bem como da história e do funcionamento da Instituição produtora dos documentos e do contexto no qual estava inserida, os dados foram registrados e analisados afim de atingir os objetivos do trabalho. Conclui-se que as fotografias da FCPE registram as mais variadas categorias de assuntos e servem como fonte de informação e preservação da identidade e da memória institucional. Os registros representam também uma parte significativa da história desta cidade, pois a fundação e legitimação da FCPE contribuiu para o desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade de Rio Grande. O estudo permite auxiliar no processo de leitura do conteúdo das imagens fotográficas, reconstrução esta que irá permitir maior consistência no processo de descrição das fotografias, além de divulgar o acervo fotográfico da FCPE e sua relevância para a comunidade.

[68] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS. Arquivista da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande/RS. Contato: gretadotto19@gmail.com

[69] Orientadora. Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Contato: glaucia-k@uol.com.br

A COLEÇÃO ALAIR GOMES NA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: UM RELATO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Lorrane Cristina Passos Sezinando[70]

Este artigo tem por objetivo narrar e apresentar a institucionalização, o processo de ingresso, de aquisição, da Coleção Alair Gomes pela Fundação Biblioteca Nacional. A questão do artigo centra-se a partir da temática da coleção e do processo de doação de um conjunto documental volumoso e inédito, para uma instituição de memória nos anos de 1990 – 2000. A metodologia utilizada para narrar a institucionalização da coleção foi a revisão de literatura, a pesquisa sobre a criação das seções institucionais que usualmente recebem arquivos pessoais, Manuscritos e Iconografia. E por fim, a pesquisa documental em processos administrativos da Biblioteca Nacional sobre a doação da coleção. O personagem principal da pesquisa é Alair de Oliveira Gomes que nasceu em 1921 e faleceu em 1992, foi engenheiro, crítico de arte, professor e, sobretudo, fotógrafo. Ao longo da vida Alair desenvolveu o hábito de registrar em cadernos, diários e nas fotografias aspectos pessoais e profissionais de sua trajetória, registros de si. A coleção Alair Gomes configura-se como um arquivo pessoal com temáticas que versam sobre a arte, ciência, sexualidade, homossexualidade, erotismo, viagens, teatro, esporte. O conjunto documental é composto por um extenso volume de documentos textuais, fotográficos, de recortes de jornais e itens efêmeros, atualmente, é o maior acervo fotográfico contemporâneo da instituição. A Biblioteca Nacional é órgão público responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do Brasil. O encontro entre a coleção Alair Gomes e a instituição ocorreu a partir de dois processos de doação em 1994 e em 2004. As obras depositadas na Biblioteca Nacional são patrimônio institucional e nacional. Desta forma, a institucionalização de um arquivo privado por uma instituição pública, confere-lhe o status de patrimônio, de bem público. Além do caráter permanente, os documentos não poderão ser destruídos ou eliminados, possuem valor de prova e principalmente, testemunhal. O presente estudo destaca que a relevância dos arquivos pessoais em instituições públicas está na possibilidade de fomentar novas possibilidades de pesquisa, de um olhar historiográfico a partir das experiências dos indivíduos na sociedade, a multiplicidade de narrativas e, sobretudo, os registros íntimos de uma época. E, no caso de Alair Gomes traz o ineditismo de registros e olhares sobre um homem brasileiro homossexual no século XX. A institucionalização do acervo pela Biblioteca Nacional representa a diversidade no patrimônio nacional e o reconhecimento de um artista contemporâneo.

[70] Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Técnico em documentação I - Arquivista da Fundação Biblioteca Nacional.

ASPECTOS DA MEMÓRIA CIENTÍFICA DO INSTITUTO GEOBIOLÓGICO LA SALLE CANOAS/RS, ATRAVÉS DO SEU ACERVO LOCALIZADO NA COLEÇÃO ESPECIAL DA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE LA SALLE

Lizandra Veleda Arabidian[71]
Anelise Beneduzi[72]
Cristina Vargas Cademartori[73]

O estudo trata do Instituto Geobiológico La Salle Canoas (IGB) e de sua contribuição para a construção da memória científica da instituição, a qual representa um dos pilares fundamentais de uma universidade no contexto da geração de conhecimento. Sob o ponto de vista conceitual, toma-se como referência autores que trabalham com os conceitos de cultura, memória social e patrimônio cultural. Com o propósito de contribuir para a salvaguarda e ressignificação da memória científica, assim como para o processo de gestão documental, realizou-se o diagnóstico das condições físicas e microbiológicas capazes de provocar deterioração do acervo bibliográfico do IGB, localizado na Seção de Coleções Especiais da Biblioteca da Universidade La Salle (Canoas/RS). Essa avaliação foi realizada buscando fundamentar a discussão sobre a importância da preservação documental, considerada essencial à conservação dos acervos físicos de bibliotecas e centros de documentação. Observações e coleta de amostras *in loco*, por meio da utilização de instrumentos profissionais de medição, foram realizadas entre agosto de 2017 e agosto de 2019. Com relação às condições físicas do acervo, os resultados das análises ambientais demonstraram que, à exceção do mês de janeiro de 2018 e 2019, as demais estão de acordo com a legislação vigente no que se refere à qualidade do ar interior em ambientes climatizados artificialmente, de uso público e coletivo. Embora a concentração de bioaerossol cultivável não fosse alta, alguns fungos, conhecidos como potenciais alergênicos, agentes tóxicos e oportunistas foram encontrados, constatando-se, através de parecer técnico, o nível baixo de biodeterioração nas amostras analisadas. Como conclusão, destaca-se a importância do IGB como marco histórico para a cultura científica surgida na longínqua década de 1940, em Canoas, RS. Seu valor como patrimônio científico não se restringe aos aspectos materiais de sua coleção, compreendendo também, seu valor simbólico como lugar de pesquisa, de colaboração científica e de memória. Nessa perspectiva, é possível afirmar que o IGB foi um lugar antropológico constituído por uma comunidade científica que se consolidou pela transmissão dos conhecimentos produzidos e seus modos de fazer ciência. Com relação ao acervo especial, considera-se que condições climáticas internas, como temperatura e umidade relativa, também necessitam ser monitoradas periodicamente de forma a controlar os níveis de bioaerossol e evitar a contaminação microbiológica dos materiais. Por conta disso, o monitoramento microbiológico de ambientes contendo acervos é de

[71] Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle/Canoas. Bibliotecária da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: lize1092@gmail.com
[72]Doutora em Genética e Biologia Molecular/UFRGS (2008) e Pós-doutorado em Microbiologia Agrícola/Depto. de Genética/UFRGS. Professora de graduação e do PPG Avaliação de Impactos Ambientais da Universidade La Salle. Contato: anebeneduzi@gmail.com
[73] Doutora em Ecologia e Evolução da Biodiversidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente do PPG em Memória Social e Bens Culturais, e do Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais da Universidade La Salle - Unilasalle. Contato: cristina.cademartori@unilasalle.edu.br

importância não apenas para a conservação do patrimônio cultural, mas também para a saúde humana.

INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS COMO INSTRUMENTO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE ACERVOS DOS SÍTIOS HISTÓRICOS NO ESPÍRITO SANTO

André Malverdes[74]

O inventário participativo é um instrumento que visa identificar e documentar os bens culturais que representam as diversidades e pluralidades culturais existentes na sociedade. O presente artigo analisa a elaboração desses inventários, com base no conhecimento arquivístico, como instrumento de preservação e difusão do Patrimônio Cultural Brasileiro, com escopo nos projetos culturais desenvolvido em sítio histórico no Estado do Espírito Santo. O objetivo do trabalho é avaliar a utilização dos conceitos da Arquivologia para a organização de acervos dos sítios históricos no Espírito Santo aplicados ao inventário participativo, proporcionando o acesso via internet ao acervo, apresentando ao usuário as informações sobre o patrimônio cultural da comunidade e sua contribuição a salvaguarda do patrimônio cultural dos sítios históricos. A abordagem do problema será por meio de pesquisa quantitativa (instrumentos estatísticos) e qualitativa, utilizando-se a dedução como método de investigação para avaliar a efetividade das ações para a sociedade com a análise dos projetos culturais "Clic@r Itapina" e "A Escola Maria Ortiz como lugar de Memória". Apurou-se que os projetos apresentaram conteúdos relevantes e que seus produtos causaram impactos socioculturais positivos para a sociedade. Concluiu-se que o conhecimento arquivístico aplicado a metodologia de inventário participativo desenvolvido pela equipe do projeto foi eficiente para o propósito de despertar o sentimento de pertencimento e uma forma de valorizar a cultura local. A hipótese também foi confirmada, pois quanto mais se disponibilizou o acesso a documentação, mais sentimentos afetivos foram despertados, trazendo boas lembranças e envolvimento da comunidade. Em análise final, verificou-se que o conteúdo informacional dos documentos remete ao sentimento de pertencimento e à valorização do patrimônio cultural.

[74] Professor e pesquisador do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), bacharel em Arquivologia e História, mestre em História Social (UFES), doutor em Ciência da Informação (UnB). Pós-doutorado em andamento na Casa Oswaldo Cruz. Contato: E-mail: malverdes@gmail.com

GUARDADOS E ACHADOS DAS MARGENS: INUSITADAS MATERIALIDADES DO ACERVO DOCUMENTAL DA SOCIEDADE POLÔNIA (SÉCULOS XIX E XX)

Maria Stephanou[75]
Cláudia Severo[76]
Amanda Backes Kauer[77]

Apresentamos narrativas e reflexões das ações de salvaguarda e pesquisa histórica e museológica do grupo Sépia Ufrgs: preservação, memórias e acervos, junto à Sociedade Polônia, instituição centenária da cidade de Porto Alegre, RS. Desde 2018, parceria para cooperação científica entre ambas as instituições objetiva preservar o patrimônio histórico sob guarda da Sociedade. O acervo de guardados reúne documentação sob certos aspectos inédita, das margens, expressiva da presença polônica no Brasil, que inclui documentos em suporte papel e objetos tridimensionais dos séculos XIX a XXI, sob temas e materialidades diversas: arquivísticos, bibliográficos (literatura polonesa e universal, história geral, história da Polônia, história da imigração polonesa, impressos de Educação, imprensa periódica, etc, em sua maioria em língua polonesa), fotografias, objetos variados - troféus, medalhas, diplomas, indumentária, flâmulas, dentre outros. As diferentes etapas de tratamento técnico, a saber, inventário, classificação, digitalização e conservação preventiva, desenvolvem-se simultaneamente às pesquisas, processo que aponta constantes desafios e potencialidades, seja quanto às intervenções de preservação e patrimonialização do acervo, seja quanto ao desenvolvimento de estudos. Investimentos coletivos foram tornando possíveis o reconhecimento de preciosidades instigantes a pesquisas em diferentes campos do saber. Diante do volume documental, a equipe definiu critérios de urgência e prioridades de salvaguarda e estudo, como o conjunto aproximado de 410 obras bibliográficas do século XIX em língua polonesa, publicadas em sua maioria fora do Brasil, cujos percursos de integração ao acervo ainda são desconhecidos, assim como documentos que se caracterizam como imprensa periódica em língua polonesa e impressos de educação, de interesse prioritário dentre os mais de 8000 documentos em papel. O mergulho progressivo no acervo vem demonstrando seu quase desconhecimento, como também a necessidade imperiosa de salvaguarda, com obras desde os anos 1800, sobreviventes que insistem em resistir. Apesar de todas as conspirações do tempo, não contem com seu desaparecimento. O Sépia vem insistindo em preservá-las e torná-las acessíveis aos interessados. A partir do enfrentamento da condição de um certo estrangeirismo, pois o grupo não possui domínio do idioma polonês, além das especificidades próprias de diferentes campos de formação (História, Museologia, Pedagogia), o coletivo reuniu lições significativas que representam um avanço no comprometimento da Sociedade Polônia com a preservação de seu patrimônio, mas

[75] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente Convidado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
[76] Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS).
[77] Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia(UFRGS).

também possibilitaram o delineamento da identidade do Sépia como grupo de pesquisa, extensão e formação.

HIGIENIZAR, CATALOGAR, ACONDICIONAR: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE SALVAGUARDA APLICADOS A UM CONJUNTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Joseane Cruz Monks[78]
Vania Grim Thies[79]

O presente texto tem como objetivo descrever as ações de tratamento planejadas e aplicadas a um conjunto específico de materiais doados ao centro de memória e pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (Hisales/FaE/UFPEL) por uma professora primária no ano de 2019. As ações que serão descritas correspondem aos processos de higienização, catalogação, acondicionamento e salvaguarda dos materiais. Neste sentido pretende-se detalhar as escolhas metodológicas aplicadas ao conjunto e indicar as possibilidades de utilização deste patrimônio na constituição de pesquisas científicas. Destaca-se que a constituição da materialidade deste conjunto é múltipla e diversa, engloba entre outros materiais, os jogos pedagógicos, os materiais didáticos e alguns cadernos de planejamento da professora. Estes configuram em especial a produção material e artesanal desta professora, que atuou por um período de mais de quatro décadas na educação primária. Compreende-se que a produção, que compunha o acervo profissional da professora, foi planejada e estruturada ao longo de sua trajetória para subsidiar a prática docente. Por este motivo, refletem aspectos reativos ao campo empírico prático da ação docente, descrito por Escolano Benito (2017), como cultura empírica da escola, revelam escolhas pedagógicas, (in)disponibilidade material e a criatividade no planejar e no fazer pedagógico. Apoiam, teoricamente as reflexões propostas, autores como Peres (2019) que expõem aspectos relativos ao trabalho de constituição de arquivos e a relação com a escrita de história da educação; Peres e Ramil (2015) que descrevem os aspectos relativos à constituição do Hisales e das possibilidades de investigar os acervos. Reforça-se a importância da organização de acervos que podem contribuir sobremaneira na divulgação do patrimônio histórico educativo, principalmente pelas especificidades materiais, que auxiliam a identificar práticas e modelos criados pelas professoras, ajudam a contar a história material da escola e da educação.

[78] Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professor I da Prefeitura Municipal de Pelotas. Contato: joseanemonks@gmail
[79] Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

REFLEXÕES SOBRE ACERVOS PESSOAIS PARA ALÉM DA DISPERSÃO: BIOGRAFIAS, SENTIDOS E POTENCIALIDADES

Ana Inés Arce[80]
Djiovan Vinícius Carvalho[81]
Vanessa Gomes de Campos[82]

Um pedaço de papel que foi rasgado do canto de uma folha qualquer, com algumas anotações escritas. Ele não possui o formato físico de um "documento", muito menos apresenta a estrutura formal de uma prova jurídica. Qual o significado (se é que existe) daquele fragmento? Como isso poderia ser classificado? Deve ser mantido? Descartado? Esse tipo de *documento*, comumente, faz parte de acervos pessoais. Durante décadas, os conjuntos documentais de cunho pessoal, que não fossem de políticos eminentes ou de "heróis" reconhecidos, eram tratados como coleções, como afirmam Britto e Corradi (2017, p. 150-151), não recebendo *status* de arquivo. Essa é apenas uma das questões que fazem com que o processamento técnico arquivístico dos acervos pessoais represente diferentes desafios e conduza a importantes reflexões. As mudanças historiográficas ocorridas a partir da Escola dos *Annales* e da chamada *"Nova História"* proporcionaram a ampliação do conceito de documento, assim como o reconhecimento da necessidade das relações interdisciplinares para abordá-lo. Tendo em vista a crescente necessidade de estudos que busquem compreender a "trajetória dos acervos", nossa proposta é analisar alguns aspectos que entendemos serem essenciais, quando pensamos em arquivos pessoais. A partir do cruzamento de experiências em três acervos institucionalizados – Gabriel Borges Fortes, João Maria Balem e Walter Spalding – colocamos as seguintes questões: como compreender a relação entre a *motivação* de se manter o arquivo e a *intenção* em se produzir o arquivo por parte de seu titular? De que forma serão conhecidos os sentidos dos itens que formam o acervo? Como lidar com a fragmentação e a dispersão de um acervo, ocorrência tão frequente em arquivos pessoais? Entendendo que o processo de organização dos arquivos, não só por parte de seus titulares e herdeiros, mas também por profissionais após a institucionalização, podem ocultar ou revelar o dinamismo e as possibilidades que neles se encerra, consideramos que a análise da biografia do indivíduo, ou seja, compreendê-lo além de uma cronologia, buscando informações que possam oferecer "uma visão sincrônica de suas funções, atividades e interesses ao longo do tempo", como define Goulart (2017, p. 4), seja um mecanismo capaz de potencializar o acervo.

[80] Mestre em História.
[81] Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF).
[82] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF).

ARQUIVAR A PRÓPRIA VIDA: UM ESTUDO DA HEMEROTECA DO ACERVO PARTICULAR DA PROFA. ANNUNCIADA CHAVES

Elisangela Silva da Costa[83]

O foco deste artigo incide sobre os percursos reflexivos produzidos numa pesquisa (auto)biográfica realizada sobre a intelectual paraense Maria Annunciada Ramos Chaves (1915-2006). A pesquisa tem o objetivo de analisar os artigos e notas de jornais colecionados por Annunciada Chaves e à luz da pesquisa autobiográfica. A pesquisa é do tipo descritiva e exploratória, documental e bibliográfica. A construção dos dados valeu-se do recurso da análise de recortes de jornal como suporte para as escritas de si, por meio da qual o sujeito da pesquisa produziu narrativas sobre o seu cotidiano laboral. Buscou-se sustentação nas bases teóricas, epistemológicas, e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica, considerando as contribuições de Josso (2010) e Passeggi (2010), em combinação com autores que associam (auto)biografia aos Arquivo pessoais, a exemplo de: Artières (1998), Heymann (2013) e Richard Cox (2017). Concordamos que esta linha metodológica revela seus sentidos à medida que possibilita a construção de narrativas sobre si, permitindo interpretações tanto dos aspectos individuais como das dimensões sociais envolvidas no contexto de sua produção. Baseados nos recortes de jornal colecionados por Anunciada Chaves tentamos decifrar os seus percursos e os seus projetos de vida. O corpus da pesquisa reúne 136 artigos que foram armazenados em dois cadernos com folhas sem pauta. O primeiro caderno comporta 106 artigos e compreende os anos de 1946 a 1976. Já o segundo caderno contém 30 artigos, arrolando os anos de 1962 a 1969. Identificou-se que dentre os artigos analisados: 35,50% compreende as conferências que proferiu; 20,20% é sobre o Colégio Estadual Paes de Carvalho, 10,50% aborda o Ensino particular; 5,60% trata dos jantares que foram oferecidos em sua homenagem; 4,00% diz respeito ao Ensino superior e entrevistas que concedeu respectivamente, 3,20% aborda sobre sua demissão do CEPC e sobre política; 2,40% diz respeito à Educação, ao IHGP e as notas sociais; ao passo que 1,60% referem-se a OAB, Artigos e CEC-PA. Com base na análise dos dados da pesquisa é possível depreender que Annunciada Chaves tinha consciência do status que ocupava na cena intelectual paraense e por isso se dedicava a colecionar fatos sobre sua vida profissional como uma maneira de eternizar sua participação no debate historiográfico. A documentação reunida pelo sujeito constitui material importante por revelar nuances do ensino de história no Norte do Brasil, que corroboram para a construção do patrimônio bibliográfico da educação nacional.

[83] Doutoranda em História Social da Amazônia pelo (PPGHIST/UFPA). Atualmente é Bibliotecária da Seção de Obras Raras da Biblioteca Central da UFPA.

ACESSO DEMOCRÁTICO E PROTEÇÃO DE DADOS: DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DA COMARCA DE BRAGANÇA-PA NO PERÍODO DE 1964-1985

Filipe de Sousa Miranda[84]

Em 26 de outubro de 2018, mediante assinatura do 1º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica nº 021/2017, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, cedeu a Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Bragança, a custódia de todo o acervo arquivístico produzido e reunido pela Comarca de Bragança – PA durante o regime ditatorial civil militar (1964-1985).

Destarte, pela diversidade e singularidade das informações registradas nesse conjunto documental, sua difusão é de extrema relevância para a história e a memória da Ditadura na Amazônia. Porém, demanda cautela e responsabilidade, pois, devido sua tipologia e temporalidade, abundam nestas páginas inúmeros dados ou informações pessoais, cuja divulgação indiscriminada e incauta, pode ferir o princípio da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem de muitos indivíduos.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei 12.527/2011) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais- LGPD (Lei 13.709/2018), informações pessoais ou dados pessoais são: “informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável;” (BRASIL, 2011; 2018).

Longe de ser uma particularidade deste acervo, a elaboração de protocolos de acesso que sejam capazes de conciliar, de maneira satisfatória, o direito à informação e o direito à privacidade, é uma problemática comum às instituições que custodiam, em caráter permanente, documentos produzidos pelo Estado, que registrem dados ou informações pessoais. Isto se dá porque em diversas ocasiões, especialmente, no que tange a publicização dos arquivos da Ditadura civil-militar, estes direitos se confrontam originando um debate cheio de reveses, que recentemente adquiriu novos contornos com a promulgação da LGPD.

À vista disso, a pesquisa que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Patrimônio Cultural da UFPA, se propõe a discutir e sistematizar protocolos de acesso que oportunizem a difusão do acervo arquivístico produzido pela Comarca de Bragança-PA entre os anos de 1964 e 1985 sem, contudo, transgredir o direito à privacidade, à intimidade, à honra e à imagem daqueles que possuem relação com os dados ou informações pessoais registrados nestes documentos. Esta se caracteriza como uma pesquisa-ação, cuja metodologia está pautada em: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, realização de entrevistas estruturadas e desenvolvimento do protocolo de acesso.

Diante disso, a comunicação que está sendo inscrita no 4º Seminário História & Patrimônio: diálogos e perspectivas, objetiva socializar os resultados obtidos na primeira etapa da referida investigação. Os quais se referem ao processo de mapeamento e identificação de todo o acervo arquivístico que é objeto da pesquisa.

[84] Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural - UFPA.

SIMPÓSIO TEMÁTICO – MODA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

COORDENADORES: PROFA. DRA. FRANTIESKA HUSZAR SCHNEID (IFSUL), PROF. DR. RAPHAEL SCHOLL (IFSUL) E PROFA. ME. SUSANNE PINHEIRO DIAS (FACULDADE ESTÁCIO-PARÁ)

UM ESTUDO DA CULTURA MATERIAL: AS VESTES JAPONESAS ACERVADAS NO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

Daniele Caroline Antunes[85]

Este artigo visa refletir sobre os acervos de indumentária em museus, tendo como estudo de caso, as vestes encontradas no Museu Histórico de Londrina, especificamente, os kimonos japoneses, com o objetivo de desenvolver uma reflexão técnica, história, simbólica da peça e da sua importância, assim, propõe contar a história dessas roupas, bem como, suas formas de usos, datas e ligações pessoais. O estudo parte de uma pesquisa teórica qualitativa, ao coletar informações bibliográficas em livros para embasamento teórico com autores historiadores, antropólogos, estudiosos da moda, voltados para o estudo da cultura material, como: Daine Crane, Daniel Roche, Barthes, Jules Prown, entre outros, e também, pesquisas em jornais e das fichas com informações presentes no Museu.

Em uma breve contextualização, no museu existem cerca de aproximadamente dez kimonos, que pertenceram a uma das famílias pioneiras, doado por Mario Kobayashi, utilizada no século XX, confeccionada em material sintético e seda, possuem diversas cores e estampas, tanto modelos masculinos, quanto, femininos. Esse acervo da cultura japonesa é considerado de grande importante para a história cidade, que, ainda hoje é marcada por diversos eventos e memoriais, em homenagem à migração japonesa.

Assim, o estudo torna-se um auxiliador para pesquisas e consultas de informações, que contribuem para a historicização e documentação da fonte museal, já que este, possui carência de dados e informações, para o público, pesquisadores, alunos, professores e para o próprio museu. A autora, atualmente, se dedica ao estudo das diferentes vestes acervadas no Museu Histórico de Londrina, incluindo a pesquisa de dissertação em desenvolvimento. Considera-se um trabalho de grande relevância para os estudos teóricos da cultura material, já que é uma fonte que está conquistando seu espaço dentro dos trabalhos acadêmicos, além disso, propõe reflexões históricas e culturais que contribuem para o conhecimento. Assim, vê-se como uma forma de contribuição para as pesquisas voltadas para a história do vestuário como acervos.

[85] Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social pela Universidade Estadual de Londrina, bacharela em Design de Moda, especialista e Moda: produto e comunicação e em Antropologia, pela mesma universidade. Contato: daniele.caroline.antunes@gmail.com

VESTIMENTAS GOIANAS NO SÉCULO XIX: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA MODA EM GOIÁS

João Guilherme da Trindade Curado[86]
Tereza Caroline Lôbo[87]

Poucas e dispersas são as informações sobre as vestimentas em Goiás, por isso a proposição vem no intuito de colaborar com a ampliação de tal estudo. A intenção é estudar o que se vestia em Goiás em 1819, por ocasião da passagem dos viajantes europeus que percorreram grande parte do Brasil, apontando, por meio de relatos, o que viam, muitas das vezes tais observações estavam carregadas de preconceito para com os lugares, as gentes e não seria diferente com as vestimentas, mas as observações por eles realizadas caracterizam uma das primeiras abordagens, mesmo que não sistemáticos sobre o que se vestia no território goiano no oitocentos. A pesquisa é bibliográfica e tem por referências básicas: "Viagem à Província de Goiás" de Auguste de Saint-Hilaire (1975) e "Viagem no interior do Brasil" de Johann Emanuel Pohl (1976), obras que analisadas a partir de investigações recentes sobre os prismas da "geografia da moda" possibilitam perspectivas mais amplas referentes ao vestir, para tanto, propomos diálogo com Maia (2015) e Maia, Moreira e Tuma (2021). A discussão parte de registros bibliográficos, uma vez que a cultura material das vestes produzidas no XIX não foi preservada, mas pela escrita, nos indica como se vestiam os goianos de então. A delimitação espaço-temporal voltada ao passado visa propiciar reflexões históricas e patrimoniais da moda em Goiás, que na época era rural e possuía produção basicamente para a subsistência, as pessoas moravam em fazendas, em isolamento involuntário, o que refletia diretamente nas vestimentas. O algodão se mostra, pelos relatos, como a matéria-prima dos tecidos e era produzido em várias localidades e depois beneficiado em rodas e teares, muito comuns nas fazendas. Já para ocasiões especiais as aquisições eram realizadas no incipiente comércio existente em alguns poucos arraiais, o que dificultava o acesso da maioria da população, devido aos altos valores cobrados, o que colaborou sobremaneira para o costume de se ter uma "roupa de ver Deus".

[86] Mestrado (2006) e Doutorado (2011) em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG).
[87] Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2011), possui mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2006).

A HISTORICIDADE NAS PRÁTICAS VESTIMENTARES ATRAVÉS DO JORNAL DIÁRIO POPULAR (PELOTAS/RS, 1980)

Laiana Pereira da Silveira[88]

A investigação busca abordar a historicidade da moda feminina pelotense através das páginas do jornal local Diário Popular, e identificar quais fatores constituíram a história da moda do período analisado. No início dos anos de 1980, o mais antigo jornal em funcionamento da cidade de Pelotas, o Diário Popular, compartilhava, junto a outros meios da imprensa, um papel importante na veiculação de gostos e modos de vida. Esperava-se encontrar nas páginas deste jornal, os ecos de um movimento de expressão nas práticas vestimentares das mulheres, devido a este veículo de comunicação permitir identificar o imaginário social, assim como, a organização dessa sociedade. Esperava-se, sobretudo, porque nos anos iniciais da década de 1980, o país vivia o momento de mudança entre o governo civil-militar e a promessa de uma democracia que ofereceria a todos o direito de escolher seus governantes. Ressalta-se que a busca se deu em um estudo maior, inserido na proposta de pesquisa[89] de mestrado que vem sendo desenvolvida desde junho de 2020. Os resultados dizem respeito ao recorte temporal em janeiro, abril, setembro e dezembro do ano de 1980, meses que marcam as diferentes estações em um local onde elas são evidentemente diferentes entre si. Atentar-se para as estações foi uma estratégia para identificar dados distintos sobre a moda da época. Decidiu-se optar por um método investigativo através de jornais, devido a fonte trazer uma perspectiva peculiar quanto aos acontecimentos, mas vale ressaltar que a imprensa pode ser considerada uma fonte com interesses, portanto, parcial nas informações veiculadas. Através do estudo nos exemplares do jornal referente aos modos de vestir da sociedade pelotense no ano de 1980 descobriu-se, por exemplo, que o *topless* estava chegando com tudo nas praias ao centro do país enquanto que na praia da cidade sulista ainda não era uma prática vestimentar e comportamental adotada pelas banhistas (Jornal Diário Popular, 1980). Identificou-se duas colunas dedicadas a moda da época: Feminina e Atualidades, evidenciando o jornal como fonte disseminadora da hegemonia dos modos de vestir. Portanto, conclui-se que o Jornal Diário Popular era um veículo de comunicação que propagandeava o que era moda no mundo todo para a sociedade pelotense, e também, pôde-se notar que o jornal apresentava a relação existente entre a moda e a sociedade, até mesmo na construção ou remodelação das práticas culturais.

[88] Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel (Bolsista CAPES).
[89] Sob orientação da professora Francisca Ferreira Michelon.

CAIXAS DE PANDORA: NOTAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA SEÇÃO MODA DA COLEÇÃO AMAZONIANA DE ARTE DA UFPA

Susanne Pinheiro Dias[90]

O presente trabalho apresenta um relato de experiência do processo de formação e documentação inicial da Seção Moda da Coleção Amazoniana de Arte da Universidade Federal do Pará. Buscamos narrar, aqui, como se deu o processo de seleção e aquisição dos objetos doados pelo estilista paraense André Lima (1970-) – impulso primordial para a abertura de uma seção dedicada à objetos de moda na referida coleção universitária. Destacamos, também, os desafios e estratégias desenvolvidas para identificar e categorizar as diferentes tipologias de objetos adquiridas, considerando a complexidade e diversidade de materiais e técnicas envolvidas. Nosso aporte teórico-metodológico para o desenvolvimento das ações foi atravessado por referências como Andrade (2006, 2016), Coffey-Webb (2016), Mida e Kim (2015), Ferrez (1994), DESVALLÉES & MAIRESSE (2013), Padilha (2014), além de documentos e diretrizes elaborados pelo Comitê Internacional do ICOM para Museus e Coleções de Indumentária, Moda e Têxtil.

[90] Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura (Universidade da Amazônia). Faculdade Estácio Pará (Estácio Fap). Contato: susannepinheiro@gmail.com

SIMPÓSIO TEMÁTICO PATRIMÔNIO E SENSIBILIDADES COSTEIRAS

COORDENADORES: PROFA. DRA. JOANA SCHOSSLER (UNICAMP), PROFA. DRA. MELISE DE LIMA PEREIRA (UFPR) E FELIPE NÓBREGA (FURG)

DEVANEIO AO SOM DAS ONDAS[91]

Aline Lúcia Nogueira Medeiros[92]

À beira do continente-brasil, a sociedade materializada na ocupação e transformação do espaço se faz (na) fronteira com o mar. O mar é, antes de qualquer elaboração, impossibilidade de existência humana, profundidade líquida inabitada. A sociedade que cresce nesse contato tem a pele curtida de sol e sal, tem o mar substanciado em deuses, teve encontros de susto e sangue. O que habita a praia fala de vivências presentes, ainda que estas ecoem algum passado – vivo. A praia comporta inúmeras vivências de desfrute e prazer, em um primeiro momento de análise. Porém, não é habitada apenas por corpos em desfrute. Outras vivências se misturam nas suas areias e criam a própria paisagem de praia, fronteira de continente e mar, em intersubjetividade.

Esse trabalho, fruto de um mestrado, se fez artigo que quer: estender o olhar formidável da paisagem, seus sons próprios, para a beira-mar. Surge de um exercício de imaginação geográfica que tem início na leitura da frase de Michel Serres (2001) que aponta como a paisagem, cem vezes modelada por forças inertes, igualmente cultivada pelos paisanos, pagã, olha a nós que a vemos num silêncio formidável. Devaneio da imagem da beira-mar: pé que sente a onda bater na areia, nariz que cheira o sal, areia pontiaguda que atrita e fura o pé, sal que curte a pele. Esse artigo é devaneio sensível, exercício imaginativo, fruto do encanto do mar.

[91] Esse texto é fruto da minha dissertação de mestrado, intitulada “A lenta dança do mar na costa ou uma leitura sensível da grafia das ondas” (MEDEIROS, 2017).

[92] Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG). Técnica Nível Superior Pleno da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social. Membro do Núcleo de Pesquisa em Geografia Humanista. Acesso em: http://npgeoh.blogspot.com.br/

A INVENÇÃO DA PRAIA E O LAZER À BEIRA MAR: ARQUITETURA NA ORLA SANTISTA

Jaqueline Fernández Alves[93]
Cristina de Campos[94]

A cidade de Santos era conhecida no início do século XX como um balneário turístico importante. Os cassinos aos poucos proliferavam e também muitos hotéis e pensões a beira mar que compartilhavam o ambiente bucólico com alguns casarões e chácaras de gente abastada. As lembranças dessa época são muitas embora a preservação dos edifícios que poderiam compor essa memória urbana tenha sido demolidos em sua totalidade. A arquitetura que os substituiu é a moderna e assim como no início da sua ocupação a orla acabou por se transformar em uma vitrine de edifícios novos, com programa arquitetônico renovado para quem quisesse aproveitar o fim de semana na praia. Este artigo trata dessas duas manifestações que consolidaram a orla de Santos como uma das praias mais procuradas do Estado de São Paulo.

[93] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (USJS). Contato: j.fernandes.alves@gmail.com
[94] Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (USJS). Contato: prof.cristinacampos@usjt.br

IMAGENS DA CIDADE E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO BALNEÁRIO DO RIO DE JANEIRO NA REVISTA CRUZEIRO

Lohanne Ferreira[95]

No século XVIII, a prática do banho de mar surgiu a partir de uma demanda social e cultural pautada, sobretudo, nas premissas medicinais e higienistas daquela época. O litoral, outrora espaço que evocava ideias hostis, tornou-se um objeto romântico e central na vida moderna da aristocracia e da burguesia. A vilegiatura balneária, que surgiu por volta de 1730, na Inglaterra, acendeu a necessidade de um novo modelo urbano, arquitetônico e também cultural a partir de então e transformou consideravelmente esses espaços e sua paisagem. Séculos mais tarde, esse lugar balneário viria a ser destino privilegiado do turismo de massa no cenário global.

A partir desse quadro, destacamos de antemão que o processo que construiu e consolidou os lugares balneários tal qual conhecemos atualmente não foi um movimento espontâneo dado unicamente pela morfologia desses lugares. Ele requisitava, para além de uma série de aparatos urbanos, comportamentos e códigos sociais compartilhados que ditavam os modos de vida no balneário. Essa construção comportamental que regia aqueles espaços tampouco foi espontânea.

De acordo com Barickman (2016), desde o século XIX, o ato de banhar-se estava profundamente relacionado com a prática de lazer, embora os banhos de mar desse período fossem uma atividade que se realizava sobretudo na água. As praias já eram assim denominadas enquanto forma física, mas não existia na época a expressão “ir à praia”. Dizia-se “tomar banho de bar”, “banhar-se” ou “ir ao banho”, por exemplo. Ao final do século XIX e, sobretudo, no começo do século XX, o locus do lazer nas praias deslocam-se do mar para as areias, e novas práticas aparecem e se difundem. O banho de mar deixa de ser o ponto alto da jornada. Consequentemente, a praia passa a ser símbolo de novos comportamentos vinculadas à disputas materiais e simbólicas. Esse é o contexto o qual a presente pesquisa tem interesse em compreender, partindo de um estudo que tem como objeto a construção do imaginário balneário do Rio de Janeiro.

Para operacionalização do trabalho, a revista O Cruzeiro serve como a fonte para a base de dados das imagens que ajudam na construção do nosso objeto: o imaginário balneário. Pretendemos indicar como os quadros de representação social de uma determinada cultura foram sendo historicamente elaborados pelas imagens ao longo da história de O Cruzeiro. Gomes (2017, p.140) afirma que “a imaginação geográfica parece ser provocada pelo uso inteligente das imagens”. Nessa interação entre inscrições gráficas há um forte potencial das imagens visuais e textuais produzirem novas imagens e imaginários. Nosso debate se direciona para esse sentido.

[95] Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Campus Florestal. Contato: lohannefernanda@gmail.com

A VILEGIATURA MARÍTIMA NO BALNEÁRIO CASSINO NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX: FOTOGRAFIAS DO VERÃO JUNTO AO MAR

Andrea Maio Ortigara[96]

Neste artigo analisamos as fotografias do imigrante francês Sr. Jorge Ruffier para compreender como os sujeitos vivenciaram os modos modernos de sociabilidade, entre os anos 1900 e 1930, no Balneário Cassino – primeira estância de banhos construída junto ao Oceano Atlântico no extremo sul do Rio Grande do Sul. Abordamos a fotografia como realidade da representação e memória, e defendemos que ao analisar uma fotografia estamos diante de uma segunda realidade, o documento. Adotamos a metodologia de análise iconológica e a interpretação iconográfica com base em Boris Kossoy (2014). O cotidiano no município do Rio Grande nos primeiros anos do 1900 passou por transformações oriundas da industrialização. A burguesia vivia a modernidade motivada pelo progresso industrial gerando outros hábitos, dentre estes frequentar o balneário na busca por novos ares. O cotidiano estava vinculado com o desenvolvimento urbano-industrial e em articulação com as formas de uso do tempo livre. Os finais de semana, feriados e férias de verão incentivaram a incorporação dos banhos de mar como formas de lazer. A possibilidade de mobilidade entre a cidade e o balneário permitiu o desfrute das férias junto ao mar, e criou o desejo de possuir uma casa de veraneio. Em seu caderno de memórias, o Sr. Ruffier registrou que durante o verão de 1920 “na praia era possível alugar barracas individuais, nas quais deixávamos os apetrechos das crianças”. Estas barracas eram utilizadas para a troca da roupa de banho e guardar os equipamentos para o lazer, como cadeiras, guarda-sóis, lonas e estacas que eram armadas para proporcionar sombra. Para Enke, “a vilegiatura marítima trouxe mudanças no cotidiano dos habitantes da cidade do Rio Grande, uma vez que desencadeou novas formas de lazer em um local antes desconhecido para a população” (2013, p. 90). As ideias higienistas e o discurso médico fizeram com que a burguesia recorresse aos balneários em busca de saúde física. Nas fotografias do Sr. Ruffier realizadas no Balneário Cassino, observamos os espaços e as formas de sociabilidade que este local propiciava, percebemos que os veranistas frequentavam a beira-mar para a prática dos banhos e usufruíam de atividades de lazer ao ar livre, tais como passeios a cavalo e de charrete, jogos de críquete, caminhadas e pescarias.

[96] Doutora em Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC). Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: andreaortigara@gmail.com

SIMPÓSIO TEMÁTICO PATRIMÔNIO E ARQUITETURA

COORDENADORES: PROFA. DRA. VIVIAN DA SILVA PAULITSCH (FURG), PROF. DR. RENATO PALUMBO DÓRIA (UFU) E DNDO. JORGE LUÍS STOCKER JÚNIOR (UFRGS)

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E RELIGIOSO DE PORTO NACIONAL: O LEGADO DOMINICANO FRANCÊS NO NORTE DO BRASIL

César Evangelista Fernandes Bressanin[97]

Ancorado nos pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural que possibilitou a ampliação dos objetos e das fontes históricas em campos temáticos de pesquisa diversos, como a cidade, as identidades, as imagens, a memória, o patrimônio (PESAVENTO, 2008; BURKE, 2005; CARDOSO, 2011), este trabalho objetiva apresentar e discutir algumas questões pertinentes ao patrimônio histórico, cultural e religioso de Porto Nacional, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2008 (NASCIMENTO; BALSAN, 2017). De cunho bibliográfico, esta pesquisa qualitativa propõe uma análise de referenciais e de um *corpus* documental sobre o legado da Ordem Dominicana à cidade. Os frades dominicanos franceses estiveram presentes em Porto Nacional entre os anos de 1886 e 1944 com objetivo de contribuir com a evangelização da região norte da diocese de Goiás (SANTOS, 2006; OLIVEIRA, 2010). A atuação destes missionários ultrapassou os limites da catequese, das desobrigas e das missões populares e estendeu-se à remodelação do centro da cidade com a edificação da majestosa igreja de Nossa Senhora das Mercês inaugurada em 1903, em estilo românico, com inspirações em templos franceses. À sombra do suntuoso templo, os exímios construtores dominicanos projetaram e edificaram o Convento Santa Rosa de Lima (1912), atual Seminário São José e colaboraram com a construção do primeiro prédio oficial do Colégio Sagrado Coração de Jesus, inaugurado em 1906 (REIS, s/d; BRESSANIN, 2017). Este conjunto arquitetônico compõe o polígono de tombamento histórico de Porto Nacional (IPHAN 2008; 2015) que insere espaços sagrados e educativos que são verdadeiros testemunhos da história, confundem-se com a trajetória e a evolução da cidade, compõem o patrimônio histórico, cultural e religioso local e constituem lugares de memória (NORA, 2003) e símbolos de identidades.

[97] Doutorando do Programa de Pós- Graduação em Educação da PUC-GO, Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade. Membro do Diretório (CNPq/PROPE) Grupo de Pesquisa: Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços Sociais. Membro do Núcleo de estudos urbanos e das cidades (NEUCIDADES -UFT). Técnico em Assuntos Educacionais na UFT. Contato: kaeserevangelista@gmail.com

ENTRE O CONCRETO E O ABSTRATO: O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO COMO EVOCAÇÃO DA MATERIALIDADE DO MONUMENTO E SIMBOLOGIA DO LUGAR DE MEMÓRIA

Camila de Brito Quadros[98]

Nesse texto pretende-se realizar algumas discussões centradas no campo do patrimônio cultural, em específico em sua categoria religioso, evidenciando-se as inter-relações entre as perspectivas material e imaterial. Para isso, será utilizado como aporte teórico, as contribuições de autores como: Choay (2006), Poulot (2009), Nora (1993), Pollak (1992) e Halbwachs (2003), além da colaboração de pesquisadores que se debruçam sobre a categoria religioso em suas produções acadêmicas como Borges (2010), Lima (2005) e Nolasco (2010). Nesse sentido, pretende-se explorar as conexões entre o concreto e o simbólico existentes na materialidade do monumento arquitetônico, mas também na perspectiva de espaço sagrado, lugar de memória e símbolo de identidades. As premissas que compõem essa abordagem estão vinculadas a noção patrimonial da materialidade que é verificada nos monumentos históricos religiosos, sobretudo em suas expressões edificadas, legitimando-os enquanto uma das formas do patrimônio arquitetônico. Além disso, as linguagens e os elementos que fazem parte da imaterialidade do patrimônio cultural religioso são representados em determinados espaços, em determinados lugares, sendo fundamentais para simbolizar e viabilizar as identidades dos grupos sociais. Isso posto, entende-se o patrimônio arquitetônico religioso não apenas enquanto produção da cultura, mas, sobretudo como relevante o seu papel social enquanto testemunho para preservação do referencial cultural de uma sociedade, ou seja, ele ocupa também a função de resguardar a memória social que é fundamental para a construção de identidades dos indivíduos envolvidos nesse processo.

[98] Doutoranda em História pelo PPGH/UFGD; Especialista Educação e em Patrimônio Cultural pela UnB. Contato: camilaq21@hotmail.com

REQUALIFICAÇÃO URBANA E ARQUITETÔNICA NO QUILOMBO DO AREAL

Nathália Gomes[99]

A proposta consiste na requalificação urbana e arquitetônica do quilombo do Areal,[100] em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a fim de reestabelecer sua relação com a cidade e contribuir para a visibilidade da população afrodescendente da capital. O quilombo do Areal possui localização privilegiada, no bairro Menino Deus, mas é uma área segregada em seu contexto social. É estável em seu crescimento e demonstra capacidade de resistência devido ao senso de comunidade, fomentado pelo bloco de carnaval Areal do Futuro e pela associação dos moradores atuante. Nos anos 70, houve a remoção da maior parte das famílias originais, fato que impactou o local. Atualmente, não há interesse da população e do poder público sobre a área, tampouco sobre sua história e a contribuição na construção da cidade. Essa comunidade pertence ao espaço onde está como símbolo de memória e resistência da população afrodescendente de Porto Alegre, que busca diariamente visibilidade espacial, social, e respeito em um cenário sócio-político desfavorável. As pesquisas históricas, visitas, entrevistas com os moradores e participações regulares nas atividades da comunidade permitiram reconhecer suas potencialidades e particularidades para propor intervenções pontuais sem pretender alterar o modo de vida da população residente. Foram contempladas no projeto as seguintes diretrizes: requalificar a condição existente a partir da reintegração entre as duas áreas que pertenciam ao Areal da Baronesa (área no bairro Cidade Baixa e a área do quilombo do Areal), pois atualmente estão divididas por uma avenida, e a partir da reorganização do espaço da área do quilombo, a fim de promover uma maior relação entre equipamentos urbanos, sociais e de moradia. A partir das diretrizes apresentadas o projeto está divido em 3 etapas:

1. A reconexão do Areal com o bairro Cidade Baixa, através da utilização de espaços subutilizados na área para utilidade pública, a fim de priorizar pessoas e estimular o interesse pela região. Neles são inseridas instalações que simbolizem a contribuição africana na construção da cidade para visibilizar a comunidade quilombola e sua cultura no espaço urbano;
2. A reorganização na área do quilombo do Areal, para possibilitar permeabilidade física do local, a fim de criar pontos de interesse e espaços abertos dentro da comunidade, a organização dos espaços para a sede do Areal do Futuro, criação de programas educacionais, de lazer e geradores de renda. E para habitações em situação precária ou com distribuição de área desfavorável será fornecido a aplicação de assistência técnica para reparos, ou a reconstrução, quando necessário a partir do critério de habitabilidade e qualidade construtiva.
3. A requalificação de duas edificações históricas no acesso da comunidade, a partir da readequação das habitações já existentes, a realocação de uma parte da sede do Areal do Futuro, a fim de visibilizar a produção musical da banda para a rua e junto a criação de um *"boteco"*, como gerador de renda e equipamento de apoio para as apresentações das bandas do Areal do Futuro, bem como a realização de festas regularmente organizadas pela Associação dos moradores.

[99] Graduada em Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Contato: nathaliapgo@outlook.com

[100] Trata-se de projeto de TCC apresentado em 2020/02, no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unisinos.

4. A conclusão deste trabalho afirma a presença da comunidade afrodescendente na construção de Porto Alegre, e a conexão do quilombo com o espaço urbano ao qual um dia pertenceu é fundamental para o desenvolvimento cultural da sociedade e acima de tudo o respeito ao quilombo do Areal.

MUROS DE TAIPAS: PATRIMÔNIO CULTURAL NA PAISAGEM DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, RS, BRASIL.

Ismael Jesus Klein[101]

Este estudo foi desenvolvido no Curso de Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Hortênsias, no ano de 2020. Tem como objetivo identificar muros de Taipas no território do município de São Francisco de Paula, descrever a finalidade destas construções, justificar a importância desses como patrimônio cultural local e elemento significativo para a conservação da paisagem. A metodologia utilizada foi a qualitativa, com levantamentos bibliográficos, entrevistas com historiadores e moradores locais, mapeamento dos muros por imagens do Google Earth e saídas de campo. O município está localizado na região nordeste do estado do Rio Grande Sul, no domínio do Bioma Mata Atlântica, sendo os campos de altitude um dos ecossistemas característicos. Desde a metade do século XVIII esta região foi colonizada e este ecossistema serviu de suporte para o desenvolvimento das atividades econômicas. Inicialmente, como rota de Tropeiros que faziam a ligação entre o sul e o sudeste do Brasil. Ao longo dessa rota surgiram as primeiras fazendas de criação de gado e neste contexto que surgem os primeiros muros de Taipas. Conhecidos regionalmente apenas pelo nome de “Taipas”, estas construções são feitas com pedras retiradas dos campos e assentadas sem o uso de nenhum tipo de argamassa. Em nossos levantamentos de campo, encontramos muros com altura variando entre 0,7 e 1,9 metros de altura, entre 0,8 e 1 metro de largura, sendo a base mais larga que o topo e diversos comprimentos, tendo a mais longa encontrada até o momento, mais de 6.800 metros. Serviam como divisa entre propriedades, usados na construção de “mangueiras”, local de manejo do gado e como proteção de cemitérios particulares. A técnica construtiva foi escolhida em função da escassez de outros materiais, da abundância dos afloramentos rochosos encontrados nos campos, do saber fazer dos primeiros colonizadores e da mão de obra escrava presente no contexto deste período. Com o passar dos anos esta técnica foi sendo substituída pelas cercas de arame e madeira. Atualmente o oficio de taipeiro tornou-se escasso e muitos muros estão se deteriorando pela ação das intempéries, sendo desconstruídos por novos proprietários que desconhecem a sua importância histórica e patrimonial. Mudanças no uso do solo, a conversão dos campos em lavouras e silvicultura também são uma ameaça iminente de destruição destas construções. Através desta pesquisa podemos demonstrar que é necessário a implantação de políticas de valorização dessas estruturas como patrimônio cultural local, preservando não somente a história, mas conservando também as características das paisagens e ecossistemas como um todo.

[101] Mestrando em Ambiente e Sustentabilidade (UERGS). Contato: ismaeljklein@gmail.com

PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO BRASILEIRO: A INFLUÊNCIA MODERNISTA NAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS MINEIRAS

Bruna Carneiro Leão Simões[102]

Ao pensar no contexto brasileiro no início do século XIX, momento em que o termo patrimônio se tornou presente, e ao longo desse século, entrelaçado ao conceito de identidade nacional, que buscava reconhecer um representante autenticamente brasileiro, o patrimônio deveria remeter a um passado expressado por meio de símbolos, eventos e personalidades. Isso ficou mais evidente no século XX, quando o Estado brasileiro elegeu intelectuais modernistas como os responsáveis por nomear os novos monumentos dignos da proteção do Estado brasileiro. Em 1936, é fundado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através do Decreto-lei nº 25, responsável por determinar e organizar o patrimônio nacional, além de sugerir medidas necessárias para a conservação do tal. Contudo, o maior foco da instituição era voltado para o patrimônio edificado, uma vez que é recusada, por alguns intelectuais modernistas, a primeira proposta para esse decreto realizada por Mario de Andrade, que já antecipava a proteção de alguns patrimônios imateriais. Além dessa desavença, os modernistas podiam ser divididos em dois grupos defensores do patrimônio nacional. O primeiro grupo acreditava na harmonização de vários estilos arquitetônicos em uma mesmo território urbano. O outro grupo intitulado Verde-Amarelo, contudo, defendia que a arquitetura verdadeiramente nacional estava relacionada a valorização do regionalismo. A vertente composta pelos apoiadores das ideias de Mário e Oswald de Andrade, como Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, o primeiro grupo, foram os principais articuladores das narrativas relacionadas ao patrimônio e da criação e fundação do SPHAN e o fato de um grupo modernista, com certos valores alinhados, estar à frente das decisões das políticas patrimoniais ocasionava uma predileção pelo direcionamento da preservação e conservação de determinados patrimônios. O presente trabalho, então, que se insere numa pesquisa mais ampla, tem por objetivo compreender a influência dos intelectuais modernistas nas decisões de políticas públicas patrimoniais para a proteção do patrimônio nacional e a reverberação dessas decisões no patrimônio edificado colonial mineiro, com ênfase na cidade de Ouro Preto, uma vez que o estilo colonial, tão presente na cidade, foi selecionado pelos modernistas como o verdadeiro representante brasileiro. Espera-se, assim, contribuir para as historiografias tanto do campo da arquitetura como da própria história.

102 Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Graduada em Arquitetura e Urbanismo em 2020 pela mesma instituição. Integrante do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Cidade: ensino, história, teoria e produção. Agradeço à UFOP pelo recurso financeiro e pelo apoio nas etapas da pesquisa. Contato: brunaclsimoes@gmail.com

UM PLANO URBANÍSTICO QUE DESTRÓI IGREJA: O CASO DA IGREJA DO ROSÁRIO DE CAMPINAS

Caio Felipe Gomes Violin[103]

O estudo pretende iniciar a apresentação com a origem e configuração urbana da região conhecida como Campinas-SP, desse modo, será mais fácil a compreensão do surgimento do patrimônio religioso da antiga capela de Nossa Senhora do Rosário (1817) da antiga vila de São Carlos atual cidade de Campinas. A abordagem da origem do núcleo urbano da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso que pertencia a antiga Vila de Nossa Senhora do desterro de Jundiai, faz-se necessário, pela personagem do Frei Antônio de Pádua Teixeira e sua família. Neste sentido, será desenvolvido ao longo do estudo o processo de ocupação urbana em torno da terceira Igreja campineira, cuja construção foi patrocinada pela elite local, ou seja, a Família Teixeira-Nogueira. Será demonstrado os aspectos construtivos, de inserção urbana, da vida pastoral, a influência da irmandade, a administração da congregação dos Padres Claretianos e a relação da Igreja com comunidade negra-escrava da época. O trabalho será dividido em duas etapas; o primeiro denominado “A Origem” apresentará a formação do patrimônio religioso que a capela possui e consequentemente sua relação com o “rocio” e o “termo” da vila, além do mais será identificado o papel das ordens eclesiásticas, do poder civil (Câmara) e dos moradores doadores de terras para formação deste patrimônio. Este trabalho também abordará o desenvolvimento eclesial do templo religioso (capela e matriz), a relação pastoral com o povo, a criação da irmandade, e suas transformações construtivas. A segunda parte chamada de “A demolição” abordará as transformações arquitetônicas que aconteceu na Igreja do Rosário. A proposta será compreender o antigo e o novo patrimônio religioso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário que sofreu inúmeras transformações ente as décadas de 1920 e 1950. Por isso apresentaremos o processo criação do Plano Urbanístico criado pelo Urbanista Prestes Maia que resultou na demolição da Igreja do Rosário, além da desapropriação de todo do seu patrimônio. Nesse sentido, será demonstrado o impacto social e religioso da desapropriação, por meio dos jornais locais e estaduais e como aconteceu a transferência e nova construção da Igreja do Rosário. Por fim, pretendemos, ainda, comparar a antiga e a nova construção da Igreja observando seus aspectos construtivos, arquitetônicos e de ornamentação artística. O trabalho apresentado faz parte da pesquisa de Iniciação Cientifica realizada nos anos de 2017 a 2019 na PUC-Campinas e financiada pela CNPQ.

103 Mestre em Arquitetura e Urbanismo, pela PUC/Campinas. Contato: caio.fgv2@puc.campinas.edu.br.

O PATRIMÔNIO SACRO-ARQUITETÔNICO DO RIO JACUÍ: IGREJAS E MEMÓRIAS NA PAISAGEM FLUVIAL

Sofia Inda[104]

Este trabalho possui como escopo o patrimônio sacro arquitetônico construído ao longo do Rio Jacuí e de seus afluentes, no Rio Grande do Sul, durante os séculos XVIII e XIX. São parte deste conjunto as igrejas: Nossa Senhora da Conceição (1792) em Cachoeira do Sul, Nossa Senhora do Rosário (1779) em Rio Pardo, Nosso Senhor Bom Jesus (1764) em Triunfo, São José em Taquari (1772), Santo Amaro (1773), em General Câmara e Nossa Senhora da Conceição (1769) em Viamão. Estas edificações foram projetadas por destacados engenheiros-militares portugueses, como José Custódio de Sá e Faria (1710–1792), Manuel Vieira Leão (1727–1803) e Francisco João Roscio (1733–1805). Tais profissionais integravam as expedições demarcatórias da coroa portuguesa, cuja função era traçar e assegurar os limites do território meridional disputado pelas monarquias ibéricas. A partir da assinatura do Tratado de Madri (1750) e, posteriormente, do Tratado de Santo Idelfonso (1777), as partidas demarcatórias necessitavam, para o cumprimento dos tratados, deslocar-se de forma rápida e segura até a região missioneira e, deste modo, o Rio Jacuí tornou-se a principal rede de transporte fluvial que ligava a outrora Capital da Província, Viamão (1763), à região oeste do estado. Ao longo das margens do Rio, portanto, foram fundadas as primeiras freguesias do Rio Grande do Sul, aspecto que moldou sua paisagem, arquitetura e até as invocações religiosas ali assentadas. Além disso, as igrejas supracitadas são os exemplares remanescentes do patrimônio sacro arquitetônico do século XVIII e nos permitem observar as diretrizes construtivas de então, o *modos operandi* do trabalho dos engenheiros-militares, bem como as obras de talha e imaginária coevas que nas igrejas de Nossa Senhora do Rosário em Rio Pardo e Nossa Senhora da Conceição em Viamão permaneceram conservadas. Estes núcleos nos remetem à história do povoamento açoriano e, ademais, dialogam com a identidade indígena local e com os sujeitos escravizados que, de forma forçada, chegaram à região. Por meio de pesquisa *in loco*, prática da história oral, consulta aos arquivos paroquiais e acervos locais, procura-se contribuir com a valorização e preservação deste patrimônio, ampliando-se o diálogo com os sujeitos sociais que ali residem. Além disso, almeja-se incentivar novas perspectivas para o estudo da história da arte e da arquitetura do Rio Grande do Sul, sublinhando-se a tipologia de conjunto destes bens culturais, integrados à rede fluvial do Jacuí, nos quais o Rio teve papel de destaque na formação das memórias e identidades.

104 Historiadora da Arte (UFRGS) e Mestra em História e Crítica de Arte pela Escola de Belas Artes da UFRJ. Atualmente, é doutoranda do PPGAV-IA-UFRGS onde pesquisa as primeiras igrejas lusitanas do Rio Grande do Sul e seus projetos ornamentais, retábulos e artífices. Contato: sofia_inda@hotmail.com

ARQUITETURA E PATRIMÔNIO PAULISTA NA FORMAÇÃO DO MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO

Christian Mascarenhas[105]

A formação do Museu de Arte Sacra de São Paulo (MAS-SP), desde a criação do Museu da Cúria no início do século XX até a transferência para sua nova sede na década de 70, está intimamente ligada à própria paisagem da cidade de São Paulo. Enquanto acervo da Cúria, a coleção foi abrigada em diferentes edifícios no centro de São Paulo, chegando a possuir um grande projeto arquitetônico nunca realizado. Em 1970 ocorre a importante transposição do acervo do antigo Museu da Cúria para o Convento da Luz. Testemunhos da São Paulo colonial, tanto aquele edifício como o acervo da nova instituição, constituem um raro exemplar da preservação do patrimônio histórico frente ao crescimento e modernização da cidade. Com isso, destaca-se que, com a escolha daquele edifício setecentista para abrigar o valioso acervo de arte sacra, essas peças são devolvidas a um edifício que pertence à memória do passado colonial. Esse viés estratégico assumido dentro da história da preservação paulista influenciou ainda diretamente a própria paisagem de São Paulo, pois o edifício colonial do Convento é restaurado com o intuito de resgatar seus aspectos originais, removendo descaracterizações sofridas com passar dos séculos, e o complexo volta a ser um organismo vivo na cidade, retoma seu significado histórico. Assim, a história da formação do MAS-SP abre caminho para a reflexão sobre a história da preservação durante o processo de modernização e a relação desse patrimônio sacro com a arquitetura e a própria paisagem da cidade.

105 Mestrando pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Contato: christian.1205@hotmail.com

PASSEANDO PELAS RUAS: USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA E DO PATRIMÔNIO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Philippe Arthur dos Reis[106]

Desde 2014, o coletivo *Passeando pelas Ruas* organiza uma série de atividades e ações que buscam não apenas a democratização do acesso ao patrimônio cultural da cidade de São Paulo, mas também o questionamento acerca de sua historicidade e da localização em que seus bens podem ser encontrados na capital paulista. Composto por profissionais da História e da Pedagogia, o *Passeando pelas Ruas* organiza passeios pelos bairros paulistanos, especialmente aqueles que estão localizados na Zona Leste, buscando assim a valorização dos bens ali localizados, além da perspectiva de entender a formação urbana e os condicionantes econômicos e sociais que incidiram sobre a produção daquele espaço. Assim, a materialidade dos bairros, centrais e periféricos, é tomada como ponto de partida para a discussão histórica, mas também é alvo de atenção sobre como foi constituída na memória popular, sejam edifícios simbólicos ou não.

Os passeios, realizados em trajetos que buscam contemplar pontos específicos de cada bairro, são acompanhados por materiais didáticos compostos por fotografias, mapas, reportagens, discussões e atos legislativos, além de outros documentos que servem de subsídio para a compreensão histórica e do embate de como a cidade foi produzida ao longo do tempo. Logo, quando combinados com a narrativa histórica da cidade e do bairro em questão, também são entrelaçados temas que incidem sobre a história nacional e mesmo global, com vistas de não apontar especificidades exclusivistas, mas de entender as transformações espaciais a partir de um olhar macro. De certo modo, há o cuidado para também não recair em compreensões dualistas e mecanicistas, tão presentes na memória popular da cidade de São Paulo, como bairros operários e bairros de elite, entendendo assim a historicidade de tais compreensões e como elas incidem sobre as políticas de preservação do patrimônio.

Além dos passeios, o coletivo também produz uma série de materiais disponibilizados para professores da educação básica, profissionais do campo do patrimônio cultural e interessados em geral, como o *Roteiro Patrimonial*, o livro *Passeando pelas Ruas: reflexões sobre o patrimônio paulistano,* e o jogo de tabuleiro *Passeando pelas Ruas*, os quais foram produzidos com apoio de editais da Secretaria Municipal da Cultura de São Paulo, e, lançados em equipamentos e instituições da cidade, como a Biblioteca Municipal Raimundo de Menezes, a Capela de São Miguel Arcanjo e o Solar da Marquesa de Santos. Em tais espaços, o coletivo também organiza fóruns de debate, mesas redondas e a formação continuada de interessados na temática da História e do Patrimônio Cultural.

106 Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Contato: philippe.arthur@hotmail.com

SIMPÓSIO TEMÁTICO – HISTÓRIA E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: ENTRE O MATERIAL E O IMATERIAL

COORDENADORES: PROFA. DRA. OLIVIA NERY (UFPEL/UNESPAR), DR. DARLAN DE MAMMAN MARCHI (NEMPLUS-PPGMP/UFPEL E GTHC-ANPUH/RS) E DRA. JOSSANA PEIL COELHO (UFPEL)

A FÁBRICA MÓVEIS CIMO S.A.: ENTRE A CONSTRUÇÃO E A EVANESCÊNCIA (1921-1982)

Osvaldo Bruno Meca Santos da Silva[107]

Os processos de expansão do cinema, enquanto equipamento cultural e de lazer, e das cidades e da urbanização, estiveram relacionados com diversas indústrias de insumos e equipamentos, entre eles o mobiliário. Nesse cenário, a Móveis CIMO S.A. foi uma das primeiras indústrias de móveis no Brasil com fôlego para tornar seu produto nacional com novas técnicas de produção (a madeira vergada, por exemplo) e comercialização (a representação em diversos estados e o uso de catálogos). Sua principal produção, ao menos até a primeira metade do século foi para espaços coletivos (cinemas, teatros, escolas e universidades e repartições públicas).

Parte da historiografia e da documentação comprova que a Móveis CIMO S.A. foi a principal produtora para mobiliário de cinema até por volta da década de 1950. A partir dessa fábrica criada na década de 1920, em Rio Negrinho (SC), e ampliada para Curitiba (PR) e Joinville (SC), na década de 1940, queremos debater mais a fundo a relação entre o espaço fabril construído (e suas derivações, como as vilas operárias) e a demolição e esquecimento desses espaços que carecem de políticas públicas de tombamento, preservação e memória. As remanescências da Móveis CIMO S.A. são uma chaminé e o traçado urbano da vila operária em Rio Negrinho (SC) e a fábrica de Curitiba PR), que segue com seu edifício intacto, porém descaracterizado e sem uso.

Além do esquecimento do próprio patrimônio fabril edificado, temos como objetivo nessa comunicação aprofundar o debate sobre a questão do espaço de trabalho como algo pouco preservado no Brasil (ainda que com ganhos sensíveis nas últimas décadas, em ações e pesquisas) e a própria história da fábrica e sua importância para a cultura e a formação das cidades brasileiras.

[107] Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Doutorando em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: osvaldomeca@gmail.com

HISTORICIZAR OU FETICHIZAR OS ACERVOS FERROVIÁRIOS

Cinara Isolde Koch Lewinski[108]

Esta comunicação tem como objetivos abordar a importância da pesquisa nos museus e tratar sobre o processo de musealização como uma construção cultural. Conforme Julião (2006), os museus situam-se como lugares por excelência nesse procedimento, nos quais se formaliza a modificação dos objetos em documentos ou bens culturais. Através dessa transformação, os materiais perdem a sua função utilitária, mas migram para "[...] o campo ideológico que os consagra como relíquias, raridades ou curiosidades, destinados a fazer lembrar acontecimentos, para o âmbito cognitivo, tornando-se suportes de informação, a partir das quais é possível construir conhecimento" (JULIÃO, 2006, p. 100). Nesse momento, a falta de relação dos objetos em museus com os seus contextos pode levá-los a tornarem-se fetiches e induzidos a propor uma imagem nostálgica do passado. Geralmente, os museus criam as fichas catalográficas segundo suas necessidades informacionais e seu perfil, mas muitas delas carecem de um quadro de profissionais que deem conta da demanda da pesquisa e assim, a documentação de muitos objetos possuem as informações intrínsecas e poucas informações extrínsecas. Então, partindo dessas considerações será apresentada a pesquisa que utiliza como objeto de estudo uma miniatura de locomotiva a vapor que se encontra em exposição no Museu do Trem de São Leopoldo para refletir a construção de discursos sobre acontecimentos e grandes personagens a partir desse acervo museológico. Desse modo, utilizou-se como referência as três matrizes dimensionais para a abordagem dos objetos museológicos propostas por Peter Van Mensch para investigar o contexto de produção e função da miniatura de locomotiva a vapor no decorrer de sua trajetória até os dias atuais e para analisar os discursos produzidos em torno do objeto utilizou-se como embasamento teórico a história cultural. Enfim, este trabalho busca ponderar sobre a necessidade de pesquisas a partir de acervos museológicos para qualificar as exposições nos museus, especialmente em instituições que salvaguardam o patrimônio industrial.

[108] Mestre em História pela UNISINOS e Historiógrafa do Museu do Trem/SL. Contato: cinarakoch@gmail.com.

O LUGAR DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO PIAUÍ: UMA ANÁLISE SOBRE PERSPECTIVAS E AÇÕES DE PRESERVAÇÃO

Alexandra Sablina do Nascimento Veras[109]

O presente trabalho possui como objetivo discutir algumas questões relacionadas ao lugar ocupado por remanescentes de períodos de industrialização do estado do Piauí, região do Nordeste brasileiro, no âmbito das políticas de preservação do patrimônio cultural. Embora o Piauí ainda não possua políticas efetivas para a identificação e preservação do patrimônio industrial, as políticas têm alcançado essa tipologia de patrimônio seja por meio de instrumentos de proteção e preservação, como tombamentos e inventários, seja por meio de legislações estaduais e municipais. Da arquitetura colonial a elemento constituinte da formação da paisagem cultural, os vestígios associados à industrialização do Piauí têm sido alvo da atribuição de valores diversos que os identificam como bens a serem protegidos e conservados. A partir do levantamento e análise de ações e políticas em âmbito local voltadas para a preservação do patrimônio cultural piauiense, em especial na cidade de Parnaíba, buscou-se perceber de que forma antigos espaços ligados ao trabalho e a produção industrial, como fábricas, usinas e galpões portuários, têm sido interpretados como bens a serem protegidos e preservados. Como resultados, a pesquisa identifica que os olhares sobre os bens industriais, no sentido do tratamento dispensado a esses bens, têm se baseado na atribuição de dois valores principais: o valor arquitetônico, que identificam esses vestígios como exemplares da arquitetura colonial ou da arquitetura do século XX; e o valor histórico, que os identificam como constitutivos de um período de ascensão da cidade de Parnaíba e do estado do Piauí, ligado às primeiras atividades econômicas, e seus respectivos desenvolvimento comercial e industrial. Ao passar para a esfera federal, a pesquisa aponta que esses valores vão tomando outras dimensões, passando a identificar os remanescentes de períodos de industrialização como elementos constitutivos e importantes na formação da paisagem cultural da cidade de Parnaíba e do território piauiense, a partir da perspectiva de *cidades em rede*, trazendo, assim, avanços na identificação e valorização dessa tipologia de patrimônio. Agradece-se à CAPES por viabilizar o desenvolvimento dessa pesquisa.

[109] Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Contato: verasalexandrahistoria@gmail.com

LÃS QUE TECEM MEMÓRIAS: OBJETOS DA FÁBRICA RHEINGANTZ E VALORIZAÇÃO DAS NARRATIVAS DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES

Vanessa Avila Costa[110]

Este trabalho pretende debruçar-se sobre o projeto de extensão “Objetos e Memórias da Fábrica Rheingantz”, vinculado ao Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e suas primeiras experiências de interação com o público rio-grandino realizadas em ambiente virtual. O projeto busca pelos objetos relacionados ao cotidiano das operárias e operários da antiga fábrica têxtil Rheingantz, fundada na cidade do Rio Grande (RS) no ano de 1873, sob o nome de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater. Afinal, consideramos que ao lidar com a dimensão mais sensível e potente dos objetos – a sua capacidade de trazer à tona memórias e sentimentos – é possível provocar reflexões à comunidade rio-grandina sobre a invisibilização das narrativas operárias na cidade. Dessa forma, procura estimular o debate sobre "o que é patrimônio?" por meio de intervenções públicas críticas enfocadas pelo mundo material, que criem o diálogo em torno da necessidade de valorização das histórias não só das operárias e operários que trabalharam na fábrica Rheingantz, mas de tantos outros que também construíram a cidade do Rio Grande. A Exposição Arqueológica Digital “Procura-se objetos e memórias da Fábrica Rheingantz” compõe uma destas intervenções, que inspirou a criação do projeto. Esta exposição foi realizada no âmbito da disciplina de Cultura e Patrimônio, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPel, e ocorreu através do site do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, entre os dias 17 e 31 de julho de 2020. Ela contou com diversas fotos de artigos de lã, como cobertores, ponchos, mantas, camisas, casacos e outros objetos, tais como carretéis que pertenceram à costuraria da Rheingantz, além de documentos, como carteiras de trabalho, que narraram não apenas as vivências das pessoas que trabalharam na fábrica, mas também daquelas que possuem memórias e sentimentos de afeto que estão intrinsecamente ligados a estes objetos. Também foram utilizados recursos sonoros, como sons de teares antigos e de um apito da sirene de fábrica, para trazer à/ao visitante a sensação de imersão no ambiente fabril. Assim como as fotos dos objetos, os sons foram um gatilho para despertar memórias. Para a divulgação da exposição, foram criados perfis nas redes sociais do projeto (Instagram e página no Facebook). Estes foram denominados “Memórias da Rheingantz” e contam com publicações semanais que visam propor o diálogo com a comunidade acerca deste patrimônio industrial.

[110] Mestra em Antropologia - área de concentração em Arqueologia (UFPel) e Doutoranda em Antropologia - área de concentração em Arqueologia (UFPel). Contato: vanessaavilacosta@hotmail.com

O LUGAR DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Frederico Duarte Bartz[111]

Os debates em torno da preservação do patrimônio industrial, desde suas primeiras expressões na Europa dos anos 1950 e 1960, se voltaram bastante para a preservação dos espaços de produção, como as usinas, fábricas e moinhos. Ao longo do tempo, porém, a ideia de um espaço ou de uma paisagem industrial foi ampliando a noção desse patrimônio, no sentido de defender e preservar os testemunhos de suas relações sociais. A Carta de Nizhny Tagil, de 2003, que estabelece os princípios de defesa do patrimônio industrial, se refere às "...estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação". A Carta de Sevilla, de 2018, avança na incorporação de uma memória social ao definir, em suas conceituações, que "a memória coletiva da classe trabalhadora deve ser considerada como um elemento de referência para entender os espaços de trabalho e as relações que se estabelecem entre a cultura material, a imaterial e o território". A partir dessa perspectiva de ampliação do conceito pretendo discutir em minha comunicação o lugar do movimento operário no patrimônio industrial. A partir de alguns exemplos concretos de cidades como Porto Alegre, Pelotas, Rio de Janeiro e São Paulo, tratarei da necessidade de identificação e preservação de espaços que foram muito importantes para a história da classe trabalhadora e também desejo abordar alguns obstáculos para a incorporação desses locais na perspectiva patrimonial, como a dificuldade de identificar as edificações que abrigaram sociedade operárias e a escassez de diálogo com a história do trabalho.

[111] Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFRGS). Técnico em Assuntos Educacionais na UFRGS. Contato: frederico.duartebartz@gmail.com.

DISPUTAS E RESGATE DE MEMÓRIAS EM TORNO DA USINA DE CAMBAHYBA, EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Lavínia Izidoro Martins[112]

O presente artigo tem por objetivo apresentar reflexões acerca das memórias ligadas à Usina de Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, uma das principais da região até a década de 1990. Para isso, damos enfoque na disputa entre duas narrativas: a usina como patrimônio agro-industrial do município, bem como a memória política e paternalista ligada a seus antigos donos, e a que vem à tona com a publicação do livro Memórias de uma guerra suja (2012), no qual o ex - delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Cláudio Guerra, revela a utilização dos fornos da usina para queimar os corpos de militantes vítimas da Casa da Morte de Petrópolis, no período da ditadura militar brasileira. Assim, contrapomos a memória oficial, relacionada principalmente ao caráter latifundiário da sociedade e da política campista, às revelações do uso dessas instalações pelo aparelho repressivo, para discutir o caráter de lugar de memória desse espaço.

[112] Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: laviniamartins@id.uff.br

ENTRE O BORDAR E O PRESERVAR: O ARTESANATO COMO FONTE PARA O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Geovana Erlo[113]
Ana Carolina Gelmini de Faria[114]

O trabalho trata de um estudo de caso que reflete a presença do artesanato nas dinâmicas culturais próprias da paisagem industrial que compõe Galópolis, bairro localizado na cidade de Caxias do Sul, nordeste do Rio Grande do Sul. Colonizado por ex-operários italianos, imigrantes responsáveis por ocupar as terras devolutas do estado a partir de 1894, o território foi berço do processo de industrialização na região, onde foi criado um lanifício que, passando por diferentes administrações – e mantendo-se ativo até o tempo presente –, propiciou a criação de uma série de estruturas fabris características de uma vila operária. A presença física da materialidade desses espaços industriais traduz-se como extensão da vida dos moradores de Galópolis, que refletem sua identidade através da preservação e exaltação dos seus bens patrimoniais – e estas, por sua vez, ocorrem de diferentes formas, alcançando diferentes estratos da população local. O objetivo deste trabalho é analisar as relações entre dois processos distintos: a criação do Museu de Território de Galópolis e a valorização do senso de pertencimento comunitário por meio de bordados artesanais que fazem alusão ao bairro e sua história industrial. O processo de musealização do território teve sua primeira fase iniciada em 2010 e a segunda em 2013, ambas orientada pela museóloga Tânia Tonet através do Instituto Hércules Galló, que mapeou quinze espaços do bairro e neles instalou totens, com breves descrições de cunho histórico. Embora a terminologia utilizada para denominar o roteiro museal refira-se diretamente aos preceitos da Museologia Social, a metodologia utilizada ao longo de seu desenvolvimento não alcançou o seu principal objetivo: valorizar a comunidade por meio de seu protagonismo na escolha e preservação de suas referências culturais. Apesar do museu, aqui tido como formalização do processo de patrimonialização, não tenha alcançado suas metas, ele foi determinante para tornar visível a importância das associações comunitárias na gestão do patrimônio industrial: a Associação dos Moradores de Galópolis, o Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços e o Clube de Mães La Mamma passaram a criar uma série de atividades com o objetivo de valorizar a participação ativa dos agentes culturais do bairro. O fomento ao artesanato, sobretudo aos bordados feitos à mão, surgiu como um meio de ilustrar os bens que de fato lhes são representativos: as integrantes, sobretudo do Clube de Mães, passaram a retratar com agulha e linha os traços dos espaços que lhes eram realmente significativos. De tal forma, a análise dos bordados aqui proposta indica que a musealização deve fazer-se coletiva e basilarmente, servindo também como mediadora das próximas fases do processo de musealização de Galópolis.

[113] Aluna do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS. Contato: geovana.erlo@ufrgs.br
[114] Professora do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS. Contato: carolina.gelmini@ufrgs.br

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BELO HORIZONTINO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CEMITÉRIO DO BONFIM

Ronaldo André Rodrigues da Silva[115]
Maria Clara Lara Ferreira[116]

Uma nova capital para Minas, o anseio por uma cidade que represente e consolide ideais modernos, republicanos, revolucionários, a fim de se tornar uma referência de modelo de cidade; esta foi a tão sonhada e idealizada Belo Horizonte. O desenvolvimento da capital mineira emerge novos debates e necessidades não antes definidos, como por exemplo os espaços fúnebres. No fim do século XIX, após a instalação da Comissão Construtora da nova capital mineira, os sepultamentos, que até então eram realizados no adro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, foram proibidos. O valor higienista propunha que as igrejas não fossem mais espaços fúnebres por uma questão de salubridade, sendo assim, a Comissão definiu um novo local para a criação do cemitério da cidade. Uma obra de caráter público, que tinha por finalidade separar a convivência entre vivos e mortos, de acordo com os preceitos europeus, além de oferecer condições dignas de sepultamento e despedida para a família.

Surge assim o Cemitério do Bonfim, uma obra de caráter público que até os dias atuais é um ilustre exemplar da memória coletiva dessa nova capital, com suas idealizações higienistas e modernas, que não apenas cumprem sua função como também democratiza o fim da vida para todos. É impossível desassociar tais histórias, afinal, o Bonfim marca relações temporais, históricas e sociais com a cidade desde sua inauguração até os dias atuais.

Construída pela Comissão Construtora da Nova Capital, o Bonfim foi o primeiro cemitério de Belo Horizonte. O espaço de acolhimento aos mortos abriga histórias individuais e coletivas marcadas no tempo e ressalta-se o cumprimento da função social do espaço e a democratização da morte até a década de 40, quando iniciou a consolidação de novos cemitérios na cidade.

A morte era capitalizada e comercializada nos túmulos, com artistas escolhidos para a confecção de esculturas das lápides, adornos, granitos, mármores, além de materiais importados da Europa, principalmente da Bélgica. Essa materialidade espacial fomentava os valores elitizados em que quem muito possuía muito mostrava, até mesmo após a partida. O presente resumo tem como objetivo um diálogo sobre os cemitérios, como estudo de caso o Cemitério do Bonfim, e o valor de patrimônio industrial. O estudo de caso tem como objetivo o debate da visibilidade dos cemitérios não apenas como espaços religiosos ou fúnebres, mas também como patrimônio industrial de suas cidades, como obras públicas e espaços de memória coletiva. Ressalta-se ainda possibilidades de ações educativas e didáticas sobre a história da cidade e o patrimônio local.

[115] Doutor em História e Patrimônio pela Universidade do Minho e Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: ronaldoandre@gmail.com
[116] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: mariaclaralaraferreira@gmail.com

SIMPÓSIO TEMÁTICO – POLÍTICAS PATRIMONIAIS E CIDADES

COORDENADORES: DR. ALEXANDRE DOS SANTOS VILLAS BÔAS (UNIPAMPA), DR. EDUARDO ROBERTO JORDÃO KNACK (UFCG) E DNDA. TATIANA CARRILHO PASTORINI TORRES (UFPEL)

PATRIMÔNIO, VISUALIDADES, LIMITES E POSSIBILIDADES NA CIDADE DE GOIÁS

Dhyovana da Silva Cardoso[117]

O presente artigo tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre o Patrimônio e suas Visualidades, buscando uma nova compreensão sobre o esfacelamento do copo edificado patrimonializado da Cidade de Goiás, tanto no que tange aos significados simbólico e representativo quanto na nova paisagem construída, na memória e na visualidade urbana. O trabalho faz problematizações no que se refere a monumentos construídos por interesses e disputas de poder que não representam uma sociedade híbrida que é a goiana. Repensando, também, os limites do patrimônio quando se discute suas fraturas e entre lugares, sobre os silêncios e maior valorização de alguns espaços em detrimento de outros. Por fim, trata do perigo de este se tornar produto de consumo, "fetichizado", fabricado para atender a um mercado que não se importa com as sensibilidades, histórias e emoções presentes, fazendo do centro histórico um cenário para espetáculos que não representam a cidade como um todo, delimitando lugares e excluindo pessoas.

[117] Mestranda do Programa de Pós Graduação do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (PROMEP/UEG/Câmpus Cora Coralina). Contato: dhyovanacardoso01@gmail.com

NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS NO BRASIL: ESTUDO EXPLICATIVO SOBRE O CENÁRIO NACIONAL DAS POLÍTICAS VOLTADAS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL, A PARTIR DA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI 7568/2006, QUE VIGOROU A SER O ESTATUTO DOS MUSEUS

João Victor Polaro Soares[118]
Bruno de Castro Rubiatti[119]

O foco dessa pesquisa é abordar o panorama político das políticas voltadas para o patrimônio cultural no Brasil a partir da análise do Projeto de Lei (PL) 7568/2006, que institui o Estatuto de Museus, sendo assim direcionado às discussões e deliberações no Legislativo Nacional que culminaram na Lei 11.904/2009, chancelando a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) que, além de sancionar as atividades já reconhecidas, também introduziu outras diligências as instituições museológicas, tal qual a elaboração do plano museológico e outros. Pretende-se discutir nessa pesquisa as dinâmicas políticas que envolvem as políticas patrimoniais e apontar os desafios informacionais por parte dos agentes públicos em ter acessos as demandas do patrimônio cultural e seus profissionais envolvidos, o que pode ser exemplificado pela análise do projeto de lei escolhido. A estrutura Legislativa brasileira favorece um parlamento em busca de informações para os seus legisladores, que porventura produzirá melhores políticas a partir das realizações de Audiências Públicas nas respectivas Comissões temáticas, destacando nessa pesquisa as comissões que trabalham com o projeto de lei apontado, como a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ - Câmara) e a Comissão de Educação e Cultura (CEC), respectivas presentes na Câmera dos Deputados e para nível de Senado Federal a Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ – Senado) e a Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE) da casa. Esse estudo caracteriza-se por ser explicativo, visto que identifica os paradigmas políticos que influenciam na articulação de emendas parlamentares que resultam em políticas públicas e aplicadas por órgãos da esfera do Poder Executivo. As orientações exploradas se baseiam na produção de pesquisas voltadas aos Estudos Legislativos no âmbito da Ciência Política, ressaltando autores que trabalham com pesquisas sobre o Congresso Nacional Brasileiro em direção as arguições dos paradigmas distributivista, informacional e partidário, relacionando-se igualmente aos diálogos interdisciplinares com estudos patrimoniais e da Museologia, em razão do desejo de ensejar cada vez mais contribuir para a valorização do patrimônio cultural e seus agentes comprometidos com esses importantes espaços.

[118] Museólogo pela Universidade Federal do Pará (UFPA).
[119] Professor da Faculdade de Ciências Sociais (FACS-UFPA) e Coordenador do Grupo de Pesquisa "Instituições Políticas: Processo Legislativo e Controle" (UFPA). Contato: bruno.rubiatti@gmail.com

BARBALHA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE AS IMPLANTAÇÕES PORTUGUESA E COLONIAL NO SERTÃO DO CARIRI

Giovanna Garcêz Freire[120]

Barbalha, cidade do sul do Ceará, Nordeste brasileiro, teve sua implantação semelhante à de cidades portuguesas do final da Idade Média: quadras adequadas à topografia, com igreja e respectiva sede do poder na parte mais alta da cidade e arquitetura civil na parte baixa. Entretanto, no período em que a cidade foi fundada (1846), o traçado renascentista já se encontrava consolidado, mas as semelhanças com Portugal vão além da configuração da malha urbana. Este texto se propõe a apresentar o surgimento de Barbalha, seguindo-se do auge da sua economia até o declínio da mesma, eventos que impactaram na formação dos seus espaços públicos e privados. Barbalha é referência a nível regional em cultura, religião, ensino superior, saúde e lazer e seu centro histórico é o maior e o mais preservado entre as nove cidades do Cariri Cearense. A cidade destaca-se ainda no âmbito do patrimônio imaterial, pois celebra seu padroeiro por meio de um grande evento, a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, que reúne devotos de toda a região. Contudo, o patrimônio edificado encontra-se em risco enquanto não for preservado e, portanto, precisa ser objeto de estudo. Por isso, investigar a implantação desta cidade comparando-a a cidades de colonização portuguesa é o principal objetivo deste trabalho e somam-se a ele os seguintes objetivos específicos: analisar um panorama sobre o estado da arte da evolução do traçado urbano no Brasil; conhecer Barbalha com enfoque na evolução do seu território; verificar o estado atual de preservação da sua malha e demais características relacionadas à permanência do lote urbano colonial. A metodologia de pesquisa adotada diante do cenário pandêmico foi a de abordagem qualitativa com objetivo exploratório. Foi feita uma pesquisa sobre a implantação de cidades portuguesas tanto na metrópole quanto nas suas colônias para estabelecer comparações. Através dos obtidos foi possível estabelecer semelhanças e diferenças, necessárias para o entendimento de Barbalha como território que é referência às demais cidades do seu entorno desde a sua elevação à vila.

[120] Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Mestre em Urbanismo (PROURB-FAU/UFRJ). Atualmente, é professora da Faculdade Paraíso do Ceará. Contato: contato@giovannafreire.com

OS LUGARES DE MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR EM JUIZ DE FORA, BRASIL (1964-1985)

Yussef Campos[121]

Apropriar-se, no presente, do passado não significa revisitá-lo ou conhecê-lo em todos seus contornos, mas articulá-lo, apropriar-se dele como ele "lampeja no momento do perigo" (Benjamin, 2012, p.243). Nostálgicos dessa sombria parte da história brasileira tentam diminuir as reivindicações das vítimas das torturas e assassinatos praticados pelo Estado brasileiro. Informa Silva Filho que "a batalha hermenêutica pela significação do passado é algo visível no contexto político brasileiro" (2009, p.128). Já que há esse apagamento da história e, por consequência, da responsabilidade do Estado e dos perpetradores dos crimes, proponho investigar como Juiz de Fora, em Minas Gerais, lida com seu passado, tão presente, e sua relação à ditadura recente. A cidade, além de protagonizar a materialização do golpe em 31 de março de 1964, com a marcha das tropas do Gal. Mourão Filho partindo de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro (um dos principais núcleos da repressão dos governos militares e capital até 1960), foi também local, por ser então sede da 4º Região Militar, de julgamentos e oitivas de suspeitos e testemunhas na Auditoria Militar, e de sessões de tortura e prisões em instalações civis e militares. Alguns desses lugares não são patrimonializados e nem possuem uma indicação legível de suas relações com as práticas nefastas praticadas pelo Estado brasileiro, como a Penitenciária de Linhares, o 10º Regimento de Infantaria e o 2º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar. Há, contudo, aqueles que foram tombados durante a gestão do prefeito Tarcísio Delgado (PMDB-MG), entre 2000 e 2004, mas sem nenhuma referência aos sítios como lugares de memória da ditadura. São eles: a Delegacia da Polícia Civil, o Quartel General e Polícia do Exército e a 4ª Auditoria Militar. Todos esses lugares são indicados nos relatórios Nacional, Estadual e Municipal da Verdade como lugares de passagem para oitiva e julgamento, ou para sessões de tortura ou cumprimento de pena. Os três primeiros, que não são tombados, são indicados pelos e pelas sobreviventes da ditadura, junto ao QG, como lugares de mortificação e prisão. Somente o edifício que abrigava a Delegacia não mais se vincula a instituições de segurança pública. Transformar os locais de tortura em lugares de memória é, antes de tudo, "um ato político que guarda contradições e disputas em si, porque se trata de escolher uma ou algumas dessas memórias em detrimento de outras" (NEVES, 2014, p. 207). Para compreender o porquê do silenciamento, farei como Benjamin ensina: escovar a história a contrapelo (2012, 245).

[121] Professor Adjunto da Faculdade de História e dos Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-graduação ProfHistória, Universidade Federal de Goiás. Doutor em História (Universidade Federal de Juiz de Fora); Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas/RS. Contato: yussefcampos@ufg.br

IDENTIFICAR E PRESERVAR: APONTAMENTOS SOBRE O ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL (MINAS GERAIS)

Dalila Varela Singulane[122]

O Programa ICMS Patrimônio Cultural é uma política pública implementada pelo governo de Minas Gerais em 1995 e que, ainda hoje, é singular no país ao fomentar a preservação de bens culturais por meio da redistribuição de recursos estaduais. Através da produção anual de documentos, as prefeituras municipais do estado fazem a inventariação de seus lugares de memória, difundem e promovem atividades para preservação dos bens culturais, bem como laudos e fiscalizações detalhadas acerca dos seus bens já protegidos por lei. Em 2020, o programa ICMS Patrimônio Cultural completou vinte e cinto anos de existência e nesse um quarto de século consolidou-se como uma política pública de amplo alcance e adesão pelos municípios mineiros. Segundo o Instituto Estadual do Patrimônio histórico e Artístico - IEPHA, "dos 853 municípios mineiros, cerca de 700 já possuem legislação própria de proteção ao patrimônio cultural e mais de 800 receberam uma média de R$ 90 milhões ao ano de repasses relativos a este critério" (IEPHA 2020), sendo que o resultado dessa adesão são os quase cinco mil bens culturais reconhecidos em todo o estado. O ICMS Patrimônio Cultural considera e prevê pluralidade às expressões culturais que serão documentadas, que podem ser: Tradições Orais, Mestres de Saber, Acervos, Saberes, Conjuntos Paisagísticos, Bens Móveis e Integrados, Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios e Modos de Fazer, Arqueológicos e Arquitetônicos (IEPHA-MG, 2009).

Acredita-se que a política pública tem impactos diferentes a depender do tamanho dos municípios. Em cidades menores, onde há pouca ou nenhuma história oficial registrada e divulgada, o ICMS atua como principal forma de produção científica da história da localidade, onde a partir dos levantamentos historiográficos, entrevistas e depoimentos a história desses municípios pode ser contada a partir deles mesmos e não somente se baseando numa generalização da historiografia regional. Já em cidades maiores, que contam com uma vasta produção acadêmica a seu respeito, bem como uma história oficial bem delineada, o ICMS atua como descentralizador da narrativa cultural dominante, que fala sobre grandes personagens fundadores pertencentes a elite local, e silencia boa parte da história ligada a pessoas de menor poder aquisitivo e que ocuparam áreas periféricas da cidade.

Apesar de amplamente difundida em Minas Gerais, são poucas as pesquisas acadêmicas sobre essa política pública, que tem um significativo impacto sobre o patrimônio cultural do estado. Logo, nesse trabalho, busca-se explanar uma visão geral sobre o tema e algumas de suas problemáticas, como a inventariação compulsiva de bens, afim de maior retorno financeiro, bem como refletir sobre seus alcances e limite.

[122] Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, orientada pelo Prof. Dr. Rodrigo Christofoletti. Mestra e bacharela em História pela UFJF. Contato: dalilavarela.s@gmail.com

TERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA PATRIMONIAL EM CENTROS HISTÓRICOS NO BRASIL: O CASO DA NARRATIVA DO DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO-PAISAGÍSTICO DE JAGUARÃO/RS

Nicolli Bueno Gautério[123]
Renata Ovenhausen Albernaz[124]

Ao compreender o patrimônio material como uma intervenção de narrativa política sobre o território - sendo este produzido e permeado pelas diversas identidades que o constituem - ambas categorias (patrimônio e território) acabam funcionando como modalidades discursivas desta coletividade. Desta forma, embora o Patrimônio Cultural seja articulado através de uma estrutura político-social que é legitimada por instrumentos do Estado, ele apresenta, assim como o território, diversas camadas de significação sócio-históricas. E essas camadas podem se apresentar, em certos casos, conflituosas entre si. O presente trabalho, oriundo da dissertação de mestrado da autora ainda em construção, visa discutir as relações entre os conceitos de território desenvolvidos através do enfoque da geografia crítica e a narrativa patrimonial nos centros históricos do Brasil, tomando como estudo de caso a cidade de Jaguarão – RS. Pela natureza do problema de pesquisa, esse estudo se inclui nas discussões sobre a urbanização moderno-desenvolvimentista, as noções de território urbano pelo viés da geografia crítica e os pressupostos teóricos acerca das políticas patrimoniais brasileiras e seus instrumentos. Dito isso, o marco teórico será principalmente descrito pelos estudos de Milton Santos e Lefebvre. Portanto, a metodologia utilizada será de caráter qualitativo, com uma abordagem macro-sociológica e dialética, visando compreender as estruturas de poder que compõe o cenário proposto. Através dos estudos de Santos (1996), considera-se por território a noção de "território usado", que o autor define como "o chão mais a identidade" (SANTOS, 1996, p. 14). No caso analisado, que consiste no processo de tombamento do centro histórico e paisagístico da cidade de Jaguarão, percebe-se que a seleção da memória social a ser preservada nas narrativas oficiais de justificação e prova do valor patrimonial do bem e dos seus sentidos, constantes no processo de tombamento refletem, predominantemente, as memórias e a história dos grupos dominantes da cidade e do poder estatal. Percebe-se que desde o início de seu processo de urbanização, a cidade apresentou uma preocupação por estruturas que remetessem ao moderno construtivo, notoriamente os palacetes, valorizando uma estética diferente das construções de palha e madeira, construídas até então para abrigar a vida da maioria da população, já que isso era o anseio da elite da época. Observar-se-á, assim, nessas e em outras faltas, uma precariedade na participação social plural e efetiva sobre a construção de narrativas patrimoniais no caso do centro histórico de Jaguarão, desconectando-o com o próprio sentido de territorialização urbana que contemple as narrativas e as noções de pertencimento dos diversos grupos sociais que permeiam o fluxo do espaço urbano de Jaguarão.

[123] Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: nicollibg@gmail.com
[124] Doutora em Direito; Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS- Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Contato: renata.ovenhausen@ufrgs.br

ATUAÇÃO NORMATIVA NA VILA HISTÓRICA DE MAMBUCABA: UMA REVISÃO DE PREMISSAS?

Thiago Santos Mathias da Fonseca[125]

A Vila Histórica de Mambucaba em Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, foi tombada pelo IPHAN inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 11/12/1969. A solicitação de proteção foi feita pelo próprio Instituto, à época SPHAN, e reforçada por Lúcio Costa como "*única medida capaz de impedir a destruição ou mutilação destruidora desse comovente testemunho urbano e da sua área circundant*e". A gestão do Conjunto Urbano e Paisagístico, não obstante, se mostrou insuficiente para preservar de forma satisfatória os valores identificados no Tombamento nas décadas subsequentes: o adensamento do sítio, aliado ao arruinamento de várias edificações remanescentes dos séculos XVIII e XIX e às ocupações "irregulares", ensejaram profunda descaracterização dos elementos essenciais do tecido urbano e da paisagem tal como se apresentavam à época do tombamento. O IPHAN, para o local, aplica parâmetros edilícios que remontam à legislação municipal da década de 1980 - cuja elaboração contou com a participação do Instituto – e constituem diretrizes altamente restritivas que mesmo na ocasião da publicação sua aplicabilidade frente à Vila existente era questionável. Por outro lado, a Prefeitura de Angra dos Reis, primeiro em 2009 e depois em 2012, promulgou novas leis de planejamento urbano que, a nível municipal, alteraram radicalmente a normativa, tornando-a menos restritiva; já o IPHAN, apesar na nova realidade que se apresenta, atém-se à Lei dos anos 1980, cuja hipotética plena aplicação implicaria em demolição em massa do tecido adensado. De maneira paralela, parece ser difícil gerar sentimento de pertença e reconhecimento do patrimônio, tanto por parte da população quanto pelos estudiosos, em um conjunto cuja configuração atualmente dispersa e fragmentada dificilmente remete à ideia de totalidade. É nesse contexto que nascem as inquietações do presente trabalho: como, do ponto de vista do acautelamento federal, podemos discutir a antiga normativa de forma crítica? Seria ainda válida a sua aplicação? Seria factível propor a sua revisão, ou compatibilizá-la com os novos parâmetros municipais? Durante essas reflexões, ocorreu outra de caráter mais delicado: a diretriz de reconstrução, constante tanto nas leis pretéritas quanto atuais, pode ser mantida como estratégia de resgate da coesão do Conjunto, mesmo no contexto das discussões patrimoniais das últimas décadas? Tais questões, embasadas em revisão bibliográfica e resgate iconográfico, e compostas mais por interrogações do que por pontos finais, são as que proponho debater no Seminário como forma agregar contribuições e olhares distintos dos presentes no evento em relação à atuação normativa do IPHAN na área.

[125] Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pós-graduando em Patrimônio Cultural (CEFET). Contato: thiagosmfonseca@gmail.com

A RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA CIDADE PANDÊMICA: O CASO DO GRANDE HOTEL EM GOIÂNIA/GO

Jordana Gouveia e Silva[126]
Marlon Teixeira de Faria[127]

O ano de 2020 marcou significativamente o mundo, trazendo novos reordenamentos sociais e formas dos indivíduos se relacionarem nas cidades. Antes da pandemia, existia um ritmo cotidiano de vida entre as pessoas: idas e vindas diárias, eventos, atividades, trocas, conversas e encontros. Com a pandemia e, sobretudo, com o isolamento social, tal dinâmica foi interrompida. Neste contexto, surgiram os questionamentos: como os espaços patrimoniais da cidade ou mesmo as atividades culturais estão sendo apropriados e ressignificados pelas pessoas?

Esse estudo aborda a temática do patrimônio cultural nas cidades, buscando fazer um contraponto entre a pandemia de Covid-19 e o período que a antecede. Para tanto, utilizou-se como estudo de caso o Grande Hotel, localizado no Setor Central, em Goiânia – GO. Inserido no núcleo pioneiro da capital goianiense, o edifício em estilo *art déco*, inaugurado em 1937, foi tombado como patrimônio histórico pelo IPHAN em 2003. A partir do fechamento do hotel, o prédio ficou sem uso durante um período, sendo reativado como centro cultural em 2015 pela Secretaria de Cultura de Goiânia (Secult), passando a receber atividades culturais, dentre elas o *Chorinho* – evento gratuito de apresentações musicais, com grande participação popular. Todavia, devido à pandemia, essa dinâmica entre o espaço público e os cidadãos foi interrompida.

Fato exposto, inicialmente o estudo faz uma conceituação sobre patrimônio cultural, espaços urbanos e como eles se relacionam. Por se tratar de uma fundamentação teórica e conceitual, buscou-se construir um diálogo com autores que pesquisam sobre os conceitos de patrimônio, considerando sua historicidade, cidades e suas interações, destacando-se: Sandra Pelegrini (2009), Márcia Sant'Anna (2017), Leonardo Benedini Brusadin (2012) e Márcia Chuva (2012 e 2017).

A partir do estudo de caso escolhido, discutiram-se os usos culturais do espaço, fazendo um resgate histórico sobre o local e seu caráter patrimonial. Adiante, foram analisadas as mudanças ocorridas pós-pandemia e de que forma espaços como o Grande Hotel podem ser reinseridos nessa nova realidade. Os resultados indicam que uma das possibilidades para superar as fronteiras impostas passa pela educação patrimonial, integrando tais espaços da cidade a novos meios, como o virtual, a partir de iniciativas públicas e privadas que busquem adaptar as atividades culturais e os espaços patrimoniais ao contexto atual.

[126] Mestranda em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP-UEG). Contato: arq.jordanagouveia@gmail.com
[127] Mestrando em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP-UEG). Contato: marlon.hist.inf@gmail.com

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM IMÓVEIS INVENTARIADOS: UMA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS LEGAIS DE GESTÃO NO MUNICÍPIO DE PELOTAS - RS EM SITUAÇÕES DE CONFLITOS PATRIMONIAIS

Cristiane Grequi Cardoso[128];
Renata Ovenhausen Albernaz[129]

O patrimônio cultural exerce um papel significativo no processo de sedimentação da memória e na construção da identidade de uma coletividade. A seu turno, o patrimônio edificado encontra destaque no estudo da memória coletiva, uma vez que, como refere Halbwachs (2006), ele serve de lastro material para sua produção e desenvolvimento. O crescente interesse pelo resgate e pela manutenção desses suportes sobre os quais se ancora a memória social, conduz à implementação de políticas públicas de preservação e conservação, assim como enseja a criação de instrumentos voltados a assegurar sua higidez. Os inventários e livros de tombamento, *v.g.*, constituem ferramentas que se prestam a promover a publicização daqueles imóveis reputados como passíveis de preservação e conservação. A questão preservacionista, no entanto, longe de constituir uma unanimidade, caracteriza-se sobremaneira pela existência de sucessivos conflitos entre os diversos segmentos e atores sociais. O estudo empreendido em sede de pesquisa em desenvolvimento junto ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas situa-se na análise dessa dicotomia frequentemente verificada entre, de um lado, as medidas de proteção do patrimônio cultural e, de outro, os atos de intervenção promovidos pelos possuidores dos bens tutelados. Sendo a legislação um dos instrumentos à disposição do gestor para dirimir os conflitos que dessas relações exsurgem, é preciso apurar se a lei em vigor contém os elementos indispensáveis a composição desse conflitos, e, se contém, como ocorre sua aplicação em todas as dimensões tuteladas. A pesquisa realiza-se através de um estudo de caso que se propõe a analisar a legislação municipal de Pelotas e identificar se esta, como uma ferramenta de gestão, realmente, dá suporte ao gestor e assegura a preservação do patrimônio cultural edificado. Para fundamentar a investigação são utilizados como referenciais teóricos, dentre outros, o conceito de patrimônio como resultante material e imaterial da conjunção criadora do homem e natureza, tal como preconizado por Varine (2013), a definição de interesse público e seu cotejo com a "crítica patrimonial" que Prats (2005) traz à tona quando propõe a necessidade de identificação dos conteúdos e discursos inclusos na políticas patrimoniais e, finalmente, o conceito de gestão propugnado por Ascher (2010) assim considerado como o conjunto de conhecimentos voltados à organização e ao gerenciamento para realização de projetos conjuntos. Para sua consecução, o estudo observará uma etapa investigativa, levada a efeito por uma pesquisa documental, centrada na localização, catalogação e fichamento dos processos administrativos arquivados ou em tramitação perante a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana de Pelotas. A etapa de análise dos dados coletados pauta-se no método dialético, através do sistema regressivo-progressivo preconizado por Henri Lefebvre. Empregada a metodologia proposta, quer-se aferir a eficiência, eficácia e efetividade da legislação local

[128] Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural; Universidade Federal de Pelotas (UFPel) Pelotas, Rio Grande do Sul. Contato: cristiane.g.cardoso@hotmail.com
[129] Doutora em Direito; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Contato: renata.ovenhausen@ufrgs.br

frente aos preceitos que regem a matéria relativa à preservação do patrimônio cultural.

MEMORIAL COLUNA PRESTES: ENTRE UMA IDEIA DE "RESGATE" DO PASSADO E UMA POLÍTICA DE ESTÍMULO AO TURISMO EM SANTO ÂNGELO/RS

Amilcar Guidolim Vitor[130]

No ano de 1996 foi inaugurado em Santo Ângelo, na região das Missões do Rio Grande do Sul, o Memorial Coluna Prestes, primeiro do Brasil a rememorar e homenagear uma das maiores marchas rebeldes da história da humanidade, a qual iniciou na região, em dezembro de 1924 e percorreu o Brasil até se exilar na Bolívia, em fevereiro de 1927. A Coluna Prestes está inserida no contexto das ações do Movimento Tenentista durante a Primeira República. Luiz Carlos Prestes, um dos principais líderes desse movimento, era capitão do 1º Batalhão Ferroviário, de Santo Ângelo, quando rebelou esta guarnição militar na noite de 28 de outubro de 1924 e, posteriormente, organizou e comandou a marcha da Coluna em oposição ao governo do então presidente Artur Bernardes. Baseado neste passado, entre 1995 e 1996, 70 anos depois da marcha da Coluna Prestes, o prefeito de Santo Ângelo, Adroaldo Loureiro, contando com a colaboração de Luiz Carlos Prestes Filho, idealizou e implantou o Memorial Coluna Prestes na cidade. Naquele momento, a administração de Santo Ângelo alegou que se estava "resgatando" um dos principais acontecimentos da história do Brasil e que teria iniciado em Santo Ângelo, ao mesmo tempo em que defendia que o projeto iria alavancar o turismo na cidade, agregando o Memorial às expressões patrimoniais do período jesuítico-indígena de Santo Ângelo. Apesar disso, o projeto não foi unanimidade e chegou a gerar descontentamento em alguns grupos políticos locais em função da ligação de Luiz Carlos Prestes com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), desenvolvida após a marcha da Coluna. O objetivo deste trabalho é expor e analisar as representações que foram produzidas acerca do projeto de criação do Memorial Coluna Prestes em Santo Ângelo, problematizando também as disputas políticas locais a partir dos principais veículos da imprensa escrita na época, principalmente o Jornal das Missões, ligado ao então prefeito Loureiro. A pesquisa fez parte da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em abril de 2021.

[130] Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo. Contato: amilcar_vitor@yahoo.com.br

SIMPÓSIO TEMÁTICO – PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E IMAGEM EM DIÁLOGOS

COORDENADORES: PROFA. DRA. MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA (UNICAP), PROFA. DRA. ANA CLÁUDIA DE ARAÚJO SANTOS (UNICAP) E PROFA. DRA. ELISABETE DA COSTA LEAL (UFPEL)

CIDADE DE MOSSÂMEDES: SUA HISTÓRIA SOB A ÓTICA DAS VISUALIDADES

Stefany Lorrane Menezes Ferreira[131]

Este artigo apresenta uma reflexão sobre as imagens e suas representações simbólicas. No decorrer do texto serão apresentadas obras que discutem e apresentem teorias sobre as visualidades e suas diversas funções, na busca de compreender o papel das fontes visuais nos trabalhos acadêmicos historiográficos. Com a mudança da história e a introdução de novas fontes, as imagens agregam novas informações na história, analisando as paisagens e suas representações. No desenvolver do artigo apresentar-se-ão as diversas dimensões das visualidades, a formal, a social e a semântica, além da discussão sobre o colecionamento dos museus etnográficos, os questionamentos sobre os seus interesses implícitos ao selecionar os objetos para as exposições. Na finalização do artigo serão levantados argumentos que demonstrem como as visualidades da cidade de Mossâmedes são capazes de representarem seu passado histórico, suas memórias, tradições e patrimônios culturais, pensando seu patrimônio material e imaterial.

[131] Mestranda pela Universidade Estadual de Goiás, Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio. Contato: sthefanyh_ta@hotmail.com

MEMÓRIA IDENTITÁRIA E O PATRIMÔNIO ESPORTIVO: O CASO DO MARACANÃ

Guilherme Moreira Gomes da Cruz[132]

O esporte passou a ser interpretado como objeto cultural com a ampliação do conceito de cultura antes concentrado numa cultura erudita hegemônica que perdia espaço a partir dos anos 1970 para uma cultura popular baseada na diversidade. Dessa forma, lugares de prática esportiva, compreendidos aqui como espaços de sociabilidade, memória identitária e *lugares de memória* (Nora, 1993), poderiam aos poucos ser apreciados e experimentados enquanto patrimônios culturais. O objetivo principal desse projeto é introduzir uma discussão sobre patrimônios identificados com práticas esportivas tendo como ponto de partida o caso emblemático do Estádio Jornalista Mário Filho, também conhecido como Maracanã. O estádio construído para sediar a Copa do Mundo de futebol em 1950 conviveu com tantas celebrações e eventos relevantes para a cidade do Rio de Janeiro, clubes de futebol e atletas, que na década de 1980 foi aberto um processo para tombá-lo junto à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional[133]. Em 2000 o estádio foi inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O caso do Maracanã, que segue como único estádio tombado em âmbito federal, nos permitir pensar tanto no patrimônio pelo prisma da seleção como também pela perspectiva da conservação. O uso constante do estádio, sobretudo durante megaeventos esportivos, como o Pan Americano em 2007[134] e a Copa do Mundo em 2014[135], faz emergir questões acerca das intervenções aplicadas nestes contextos. O estádio patrimonializado foi submetido a uma modernização que afetou várias de suas características materiais e seu significado enquanto símbolo popular e democratizante.

Vale ressaltar que o Maracanã é um exemplar destacado dentro do universo do esporte brasileiro, especialmente no campo do futebol. No entanto, há outros casos diferentes como do Parque do Povo em São Paulo que abriga entre outros elementos campos de futebol de várzea. Portanto, a aproximação entre esporte e patrimônio pode gerar contribuição para ambas as categorias. Aos lugares de esporte sua associação com o patrimônio pode propiciar subsídios na atuação em prol da preservação de memórias identitárias ligadas a esses espaços; ao patrimônio, assim como no caso de outros referenciais, pode servir como suporte na defesa de um patrimônio cultural que implica na integração entre as práticas e as construções, entre a materialidade e a imaterialidade.

---

[132] Bacharel e Licenciado em História pela UFRJ. Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da UNIRIO. Contato: moreiraguilherme75@gmail.com

[133] Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

[134] Para os Jogos Pan Americanos de 2007 o setor popular conhecido como Geral foi suprimido.

[135] Para a realização da Copa o estádio sofreu alterações consideradas irreversíveis que seguiam as recomendações da Federação Internacional de Futebol (FIFA).

PATRIMÔNIO DA PORTA PARA DENTRO: INVENTÁRIO DAS PINTURAS MURAIS, ENQUANTO BEM INTEGRADO AO CASÁRIO DE PENEDO/AL

Mariana Aline Barbosa Pereira[136]

As pinturas murais são um elemento artístico em que o suporte não é uma tela, mas sim as paredes de uma edificação. Contudo seu significado vai além do artístico; traz consigo a expressão de valores históricos, econômicos, culturais e modos de viver da sociedade em que foram produzidas. Nesse contexto, acabam por funcionar como registro documental e demandam a mesma atenção que a edificação em si. Por muito tempo, a falta de orientações específicas acerca da preservação desse tipo de patrimônio fez com que muito se perdesse. Até que, na década de 1980, convencionou-se enquadrar as pinturas murais - que não são bens móveis, tampouco imóveis - numa nova classificação: Bens Integrados. A denominação se deve ao fato de serem produzidas e pensadas dentro do contexto de uma determinada edificação, e não poderem ser retiradas desta sem causar prejuízos estruturais, estéticos e/ou de significação. O propósito deste estudo está em esclarecer a relevância desses bens para a preservação do patrimônio edificado e para a compreensão dos valores sociais ali agregados. No casario da cidade de Penedo/AL, objeto deste estudo, as pinturas murais ajudaram a manter viva a memória de um período de desenvolvimento e opulência na cidade, entre o final do século XIX e o início do século XX. As pinturas murais adornavam os espaços internos, enquanto as platibandas, gradis e ornamentos contornavam as fachadas anunciando que a "modernidade" chegara ali. Para conhecer este acervo e compreender sua relevância, lançou-se mão de uma ferramenta fundamental para o conhecimento e preservação do patrimônio histórico: o Inventário. Produziu-se então, um inventário preliminar baseado no módulo do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). Catalogaram-se as pinturas, bem como as edificações em que se inseriam, tendo como recorte espacial o polígono de tombamento da cidade. Com a análise das fichas de inventário, foi possível compreender esses bens, seu contexto e sua significação. Este estudo trouxe à tona a relevância destas pinturas no cenário da preservação do patrimônio material em nosso país, e concluiu a necessidade de dar aos Bens Integrados o devido destaque enquanto interlocutores de memórias e vivências do passado.

[136] Mestra em Preservação do Patrimônio pelo IPHAN, RJ/Brasil. Contato: mariana.abp@hotmail.com

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DA FAZENDA CIPÓ – DOCUMENTAÇÃO E RESULTADOS

Tiago de Castro Hardy[137]
Willi de Barros Gonçalves[138]

Este artigo apresenta a utilização da aerofotogrametria obtidas através de Vant (veículo aéreo não tripulado) como forma de documentar o conjunto arquitetônico da Fazenda Cipó, localizada na região da Serra do Cipó, pertencente ao município de Jaboticatubas em Minas Gerais, Minas Gerais. As imagens aéreas foram obtidas por um Phanton 3 pró com câmera 4K acoplada, com a utilização de um plano de voo pré-programado no aplicativo Dronedeploy, resultando em 89 imagens que foram processadas para a geração da fotogrametria digital no programa Agisoft Metashape, os resultados demonstram as possibilidades da utilização do Vant como ferramenta de documentação e monitoramento do patrimônio edificado.

[137] Arquiteto, Mestrando no Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Contato: tiagohardy@ufmg.br
[138] Arquiteto, Doutor em Artes (ênfase em Conservação Preventiva), Docente do PPG em Artes e do PPG em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG; Pesquisador do LACICOR/CECOR/EBA/UFMG. Contato: willidebarros@ufmg.br

PINTURA DE HISTÓRIA E A MEMÓRIA FARROUPILHA: PATRIMÔNIO E IMAGEM EM DIÁLOGO

Luciana da Costa de Oliveira[139]

Muito se tem debatido acerca da Guerra Civil Farroupilha (1835-1845) na historiografia sul-riograndense e brasileira. No entanto, elemento de grande relevância e que, muitas vezes, cai em esquecimento, são as pinturas elaboradas acerca da temática e que, desde sua encomenda, estavam destinadas a ocupar as salas e salões do atual Palácio Piratini. Solicitadas pelos então presidentes da província, Carlos Barbosa Gonçalves e Antônio Augusto Borges de Medeiros a partir do ano de 1912, tais obras estiveram no palácio do governo até meados dos anos 1950, quando, então, Aldo Locatelli é contratado para executar as pinturas murais dos salões do pavimento superior do prédio. Percorrer os rastros dessas obras, atualmente localizadas em diferentes espaços de memória, nos faz questionar o lugar que as imagens ocupam nas problematizações acerca da Farroupilha. Nesse sentido, o presente estuda objetiva analisar esse conjunto de obras, formado por artistas como Antônio Parreiras, Dakir Parreiras, Lucílio de Albuquerque, Augusto Luis de Freitas e Helios Seelinger, e problematizá-las junto ao lugar que ocupam nos estudos referentes à Guerra Civil Farroupilha. Além disso, se pretende observar, também, o processo de patrimonialização de algumas das pinturas, suas trajetórias e ressignificações que adquiriram ao serem deslocadas do local para onde foram originalmente destinadas. Traçar os caminhos, mas ressaltar os descaminhos dessas pinturas, evidencia os diálogos pungentes entre imagem e patrimônio. Além disso, aponta, ainda, para as diferentes percepções da história, da memória e dos assombros que causam quando ressurgem em diferentes tempos e espaços.

[139] Pós-doutoranda em História pela UNISINOS; Doutora em História pela PUCRS. Coordenação do GT Acervos: História, Memória e Patrimônio/ANPUH-RS. Contato: luciana_de_oliveira@hotmail.com

PRESERVANDO A MEMÓRIA HISTÓRICA: UM CONTRAPONTO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE DA ORLA DE OLINDA ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS (1970-1980)

Sergio Luiz Carvalho Mozdzenski Júnior[140]

Olinda foi fundada no ano de 1537, sendo uma das cidades mais antigas do Brasil. A partir da década de 1960, o município teve um aumento no contingente populacional, de modo que inúmeros locais, que carregavam um aspecto da "Olinda antiga", passaram por intervenções urbanas, para comportar a nova urbanização, a exemplo da sua orla. Levando em conta este aspecto, temos como objetivo nesta comunicação expor as transformações sociais e urbanas sofridas na orla da cidade de Olinda, entre 1970-1980, tendo como base a análise fotográfica do local no período analisado. A escolha do recorte se deve ao fato de que, entre 1970-1980, a orla sofreu um intenso período de modificações em seu cenário urbano se comparado a décadas anteriores, como o alargamento de avenidas, o processo de verticalização e as alterações nas vias de trânsito. Pode-se, dessa forma, dizer que, estes elementos impactaram profundamente o cenário paisagístico local. Uma das formas de se observar estas alterações é através da consulta de fotografias, pois a análise imagética nos permite discutir o modo como a verticalização e as transformações urbanas têm atingido a região dentro do contexto analisado, causando modificações no lugar, que se refletem nos aspectos das sociabilidades e elementos socioculturais da cidade de Olinda. Assim, é de extrema importância para a preservação da Memória Histórica e do Patrimônio Material debater a respeito desse cenário, como forma de expor os traços culturais e sociais de uma cidade no tempo histórico. Levando em conta a nossa pesquisa em andamento no PPGH UNICAP, resolvemos submeter este estudo nesta comunicação, pois temos o entendimento de que, trabalhar com cidades, também é levar em consideração a memória do local. Dessa forma, o estudo das cidades passa a despertar atenção dos historiadores, de como que podemos observar as relações sociais, as formas de disputas sobre o espaço urbano e os vínculos afetivos que são construídos entre os moradores e as cidades ao longo da História. As imagens expostas nesta comunicação são consequências de pesquisas realizadas através de consultas na Brasiliana Fotográfica, do Diário de Pernambuco e dos acervos privados dos moradores, como os que são expostos na internet, através da página do *Facebook* chamada *Olinda de Antigamente*. Ao final do Mestrado, pretendemos produzir, como produto, um catálogo das imagens coletadas, a fim contribuir com a historiografia, para futuras pesquisas.

[140] Mestrando em História pela Universidade Católica de Pernambuco (PPGH - UNICAP). Contato: sergiomozzjr@gmail.com

A PRÁTICA SINDICAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Sibila Francine Tengaten Binotto[141]
Moisés Waismann[142]

Classifica-se o patrimônio da humanidade em natural e cultural. O patrimônio cultural é dividido em tangíveis móveis, tangíveis imóveis ou intangíveis. Esta comunicação abordará conceitos de Identidade, Memória Social e Patrimônio Cultural. O estudo se justifica pela memória associada ao patrimônio como uma questão imprescindível para a rememoração e perpetuação identitária de um determinado grupo social. É uma pesquisa documental, que utiliza análise de documentos constantes no acervo do Centro de Documentação e Memória da Assufrgs Sindicato. Propõe-se discutir o acervo com um espaço que salvaguarda documentos que contém a memória da prática sindical. O que é a memória para a sociedade senão a construção social e emocional e partir de lembranças. É do conjunto da personalidade de um indivíduo que a memória emerge como elemento importante para compreendermos a construção e reconstrução das identidades dos grupos sociais. Sendo assim, verifica-se a forte influência e necessidade da informação nesse processo de construção e preservação de identidades e práticas culturais. Nessa perspectiva o patrimônio não apenas nos faz recordar o passado, mas, prova sua relação intrínseca com a memória, sendo esta responsável pelo processo de reconstrução dos fatos e períodos passados. A rememoração que é feita pelo Projeto Memória Assufrgs, evidencia o Patrimônio que é a Identidade dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação no tocante que diz respeito às práticas sindicais: as assembleias, os atos de rua, a confecção do material de apoio para manifestações públicas, entre outros objetos e documentos salvaguardados pelo CEDEM dentro dessa jornada histórica de lutas dos trabalhadores em educação. Para dar conta do objetivo proposto, e como é uma pesquisa documental, a coleta dos dados é feita a partir da consulta à base de dados do Centro de Documentação e Memória da ASSUFRGS para localizar os possíveis documentos. A busca na base de dados do CEDEM, priorizará localizar documentos relativos às práticas sindicais, alguma informação constante em um manual ou uma ata de reunião. Preliminarmente acredita-se que os documentos constante no CEDEM auxiliam a construir a memória sindical dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação

[141] Mestranda do PPGMSBC da UniLaSalle.
[142] Mestrando do PPGMSBC da UniLaSalle.

SIMPÓSIO TEMÁTICO - GRADUAÇÃO

COORDENADORES: PROFA. DRA. ADRIANNE OGÊDA GUEDES (UNIRIO), PROFA. DRA. RITA PATA RACHE (FURG) E MESTRANDO MARCELO MORAES STUDINSKI (FURG)

O ENSINO DE ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO LASCA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Eduardo B. Marin[143]
Patrick S. Ventura[144]
Willian Carvalho[145]

Neste trabalho temos como objetivo apresentar o que vem sendo desenvolvido no Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Cultura das Américas (LASCA) em relação às atividades de ensino de arqueologia e educação patrimonial entre março e novembro do ano de 2020, período da pandemia de Covid-19, no Brasil. O Lasca pode ser entendido como uma instituição de guarda e pesquisa, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e vem buscando promover a comunicação do seu acervo e das pesquisas realizadas através de atividades de Educação Patrimonial, em especial com turmas escolares, das séries iniciais ao ensino médio. Dentre essas atividades está a visita mediada à exposição temporária "A Trajetória da Arqueologia no Rio Grande do Sul", levando as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

Devido à crise sanitária instaurada em nosso país mediante o contexto da pandemia do Covid-19, o Lasca e outras instituições de guarda e pesquisa aderiram a imposição do isolamento/distanciamento social. A comunicação virtual e as mídias sociais foram utilizadas como alternativa para a continuação dos trabalhos e demais projetos desenvolvidos nas instituições, assim sendo, para manter nosso engajamento, foram produzidos vídeos sobre as maquetes e os demais itens que compõem o acervo do laboratório, divulgando-os nas redes sociais do Lasca.

A partir das publicações dos vídeos no *Youtube, Instagram e Facebook* podemos observar que, por meio dos dados existentes nessas redes sociais, obtivemos o alcance de mais de 10.000 visualizações. Deste modo, através das publicações continuamos na busca da promoção e socialização do conhecimento acadêmico de forma lúdica e acessível.

[143] Acadêmico do Curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria – Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPQ. Contato: eduardomarin66@gmail.com
[144] Acadêmico do Curso de História Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria – Bolsista de Iniciação Científica PROBIC-FAPERGS.
[145] Acadêmico do Curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria – Bolsista de Iniciação Científica FIPE-CCSH.

EXPERIÊNCIAS DOS ESTUDANTES DO 9° ANO COMO SUJEITOS CENTRAIS PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, EM UMA SAÍDA DE CAMPO NO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS (SC)

Beatriz Martinelli Machado[146]
Júlia Rossler da Rosa Oliveira[147]
Letícia Stiehler Machado[148]

Este trabalho discorre sobre a educação patrimonial e as possibilidades de utilização do espaço público como sala de aula, a partir da experiência realizada com uma turma de nono ano da Escola Básica Municipal Almirante Carvalhal em Florianópolis, vinculada ao projeto PIBID/CAPES/UDESC. O artigo tem como objetivo relacionar os conhecimentos envolvidos e desenvolvidos em uma saída de campo com a turma de 9º ano, em 2018, na cidade de Florianópolis, com a educação patrimonial. A visita ao centro histórico da cidade serve de base nesta comunicação para pensar como esse tipo de ação, na aula de História, pode culminar em uma maior valorização e interesse no conhecimento e proteção do patrimônio local, pensando a partir e para além dele. O projeto foi desenvolvido considerando a gama de desdobramentos e oportunidades que seriam possíveis através da saída de campo, como o alargamento de conceitos históricos — principalmente em relação à área do patrimônio cultural —, conexão entre passado e presente no cotidiano, modernização, ocupação do espaço público através do tempo e noções de identidade e pertencimento. Esta experiência se tornou gérmen de diversas reflexões sobre os usos do patrimônio cultural e do espaço público como sala de aula para a disciplina de História, gerando este relato, que será fundamentado, principalmente, com o aporte teórico de Gonçalves (2014), Larossa (2014) e Silva (2015).

[146] Graduanda em História/Licenciatura pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Contato: beatrizmartinelli2104@gmail.com
[147] Graduanda em Licenciatura, História na Universidade do Estado de Santa Catarina.
[148] Graduanda em Licenciatura, História na Universidade do Estado de Santa Catarina.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NATURAL: PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO ACERVO HISTÓRICO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA BACIA DA LAGOA MIRIM

Bethânia Luisa Lessa Werner[149]
Nathalia Lima Estevam[150]

A Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo é uma região que ocupa parte da fronteira entre Brasil e Uruguai, com 62.250 Km² de área de superfície, sendo 29.250 km^2 (47%) em território brasileiro e 33.000 km^2 (53%) em território uruguaio (SOSINSKI, 2009). Decorrente de disputas pelo controle da jurisdição, em 1909 é assinado o Tratado de Limites[151], demarcando divisas e garantindo o direito à navegação plena a ambos.

Em 1963, cria-se a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim, composta pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. A partir da extinção da última, há a cessão de acervos e da administração de obras à Universidade Federal de Pelotas e a criação da Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (ALM),[152] em 1994.

Aos cuidados da ALM, tais patrimônios são monitorados por diferentes ações. Para preservação do patrimônio natural, definido como "monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiográficas [...]" (UNESCO, 1972), estabeleceram-se acordos mútuos entre Brasil e Uruguai, visando aproveitar os recursos naturais da Bacia da Lagoa Mirim. Além de ações de campo, a ALM conta com um acervo histórico. Conforme afirmam Silva e Silva (2009, p. 324): "A noção de patrimônio histórico tradicionalmente se refere à herança composta por um complexo de bens históricos", logo, a conservação desses materiais permite a análise da construção histórica da ALM e da região.

O acervo possui materiais como livros, relatórios, aerofotografias, fotografias convencionais, documentos oficiais e mapas. Dentre os projetos, destacam-se: o Projeto da Barragem do Chasqueiro, o Projeto da Bacia da Lagoa Mirim e o Projeto do Rio Jaguarão. Encontra-se em andamento a organização do acervo, priorizando a catalogação das mapotecas[153]. A ação visa a valorização destes patrimônios materiais e sua consequente conservação para futuras consultas, pesquisas acadêmicas e, ainda, a possível criação de um memorial. Nosso trabalho busca, portanto, a divulgação desse acervo e a colaboração na democratização de espaços que contam a história desse patrimônio transfronteiriço.

---

[149] Graduanda História/Licenciatura, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: bethaniawerner@hotmail.com
[150] Graduanda em História/Licenciatura, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: nathaliaestevaml@hotmail.com
[151] Consultar em: https://wp.ufpel.edu.br/alm/files/2018/08/1909trat-limites-lagoa.pdf
[152] Decreto nº 1148 de 26 de Maio de 1994. Disponível em: encurtador.com.br/opyMT
[153] Locais onde são salvaguardados os mapas, de acordo com as divisões de cada projeto.

O PATRIMÔNIO CULTURAL GASTRONÔMICO NAS COLÔNIAS DE SANTA BÁRBARA E CANTA GALO EM PALMEIRA (PR)

Thaís Riffert[154]

O patrimônio material necessita de um sentido intangível para existir, pois sem o significado cultural dado ele não existiria, o mesmo ocorre com o patrimônio imaterial, pois ele necessita da dimensão material para poder ocorrer. Um exemplo, o "saber fazer" é um conhecimento corporificado, é a memória da cozinheira, do artesão ou do músico que o permite existir de geração em geração (MENESES, 2009). Nessa memória, que é desenvolvida ao longo dos anos, o "saber fazer" está atrelado ao cotidiano. Para Priore, a vida cotidiana "remete, com imediatismo, à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo" (PRIORE, 1997, p. 377). Assim, o patrimônio cultural é parte do cotidiano, e nesse caso, a culinária regional é uma forma de legitimação do cotidiano como bem cultural (MORAIS, 2011). Ao falar de cotidiano precisamos conceituar memória, que segundo Pollak, "é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si" (POLLAK, 1992, p. 5). A gastronomia regional liga-se ao valor afetivo, que por sua vez, é interligado à memória, ao cotidiano e ao saber fazer. Para Pollak, as "lembranças mais próximas, os pontos de referência geralmente apresentados nas discussões são, (...), de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores" (POLLAK, 1989, p. 9). No caso da culinária regional proveniente da imigração europeia, o imigrante trouxe consigo hábitos e práticas alimentares, que no novo local de morada se mesclaram a outras práticas que geraram características particulares de seu local de origem (SILVA, 2007). Todo o processo é importante na gastronomia, ou seja, ferramentas, técnicas e costumes fazem parte da construção étnica dos indivíduos e estão atrelados a história e identidades dos alimentos (MULLER, 2016). Um exemplo é o pirogue, ou seja, a maneira como o requeijão é feito, a massa moldada, o molho executado, todo o processo para que o mesmo possua seu sabor característico. No contexto atual em que há grandes alterações dos hábitos alimentares, é relevante registrar o processo dos mesmos. Para analisar este processo, em especial a forma como a memória gastronômica do imigrante muda, será realizado um questionário com três gerações de famílias estabelecidas nas Colônias Santa Bárbara e Canta Galo, em Palmeira (PR), analisando se a discussão teórica sobre o cotidiano se transformar em patrimônio ocorre e de qual maneira ocorre.

[154] Graduanda em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Contato: thais.riff@gmail.com

CARTAS DE SATURNINO DE BRITO: A EXPERIÊNCIA FRUSTRADA DO ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO MUNICIPAL DO RIO GRANDE NO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO DA UNESCO

Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes[155]

O presente texto é fruto da uma experiência do autor enquanto estagiário do Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande – APHMRG, quando graduando do curso de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. A experiência em questão refere-se à tentativa do APHMRG de inscrever no Programa Memória do Mundo da UNESCO, no Brasil coordenado pelo Arquivo Nacional, as cartas do engenheiro e sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, Patrono da Engenharia Sanitária Brasileira, que compõem parte do acervo do APHMRG. A iniciativa de inscrição das referidas cartas no programa partiu deste que escreve e da diretora da instituição, e contou com o auxílio de toda a equipe de funcionários e estagiários, que se empenhou durante todo o processo conseguir maiores informações sobre as cartas e seu autor, bem como a documentação necessária para o registro da candidatura. Assim sendo, cabe aqui explicarmos do que se trata o Programa Memória do Mundo.

Segundo informações do próprio *site* do Programa no Brasil, o *Momory of the World – MoW*, foi criado por iniciativa do então Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Frederico Mayor Zaragoza, que viu, em 1992, a destruição da Biblioteca de Sarajevo, quando da Guerra da Bósnia, que resultou na destruição e perda de aproximadamente dois milhões de livros, periódicos e documentos, sendo muitos deles exemplares raros ou únicos, configurando, assim, uma perda de valor incalculável para o patrimônio histórico, documental e arquivístico. Reconhecendo que uma significativa parte desse patrimônio se encontra em risco, não apenas por questões naturais da passagem do tempo e deterioração do suporte em que se encontram, o programa foi criado com o intuito de reconhecer a importância nacional, regional e internacional do patrimônio documental. O Programa é gerido pelo *International Advisory Commitee* – IAC, órgão formado por quatorze membros indicados pelo Diretor-Geral da UNESCO, em razão de competência e experiência no que tange à proteção do patrimônio documental.

Assim, o APHMRG, que se encontra em processo de identificação e classificação de seus documentos, que se encontram empilhados em pacotes no acervo, havia, há pouco tempo, encontrado dentre os documentos as referidas cartas do engenheiro Saturnino de Brito. O material em questão é composto por cinco cartas escritas pelo engenheiro, entre os anos de 1907 e 1909, endereçadas à Intendência Municipal da Cidade do Rio Grande, nas quais o engenheiro apresenta sua proposta, bem como discute preços e alterações contratuais no serviço contratado para obras de melhorias no serviço de água e esgoto da cidade do Rio Grande. Cabe então discutir as dificuldades e a falta de incentivo que instituições de pequeno porte, como o APHMRG, enfrentam para manter o seu acervo e o patrimônio pelo qual é responsável. Nesse sentido, é importante destacar que, embora dentre os selecionados pelo MoW 2018, houvessem

[155] Bacharel em Arqueologia e graduando em História/Licenciatura, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Contato: filipebsdf@yahoo.com.br

algumas instituições de pequeno porte, a lista é composta também pela Superintendência do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Tribunal de Justiça do Amazonas, Empresa Brasil e Comunicação – EBC, Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo nacional, Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas, Fundação Biblioteca Nacional e Supremo Tribunal Federal; assim, estas foram algumas das instituições com as quais o APHMRG concorreu ao MoW, em 2018.

“NÃO VEIO DO CÉU NEM DAS MÃOS DE ISABEL”: O ENSINO DE HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO A PARTIR DE SAMBAS-ENREDOS

Carmem G. B. Schiavon[156]
Marcelo Studinski[157]

A *Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira*, em 2019, foi campeã do “Grupo Especial” do carnaval carioca tecendo sua crítica, com razão, ao modelo de Ensino de História, que ao longo do tempo privilegiou a “história oficial”, desconsiderando as contribuições socioculturais das populações indígenas e negras na História do Brasil. Em outras palavras, o samba-enredo e o enredo da agremiação reivindicavam o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, que instituíram a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena na rede básica de Educação. Contudo, este não foi o primeiro e, provavelmente, não será o último samba que reivindica as pautas destas populações na “*Marquês de Sapucaí*”, haja vista que, através dos sambas-enredos, as escolas de samba cariocas apresentam inúmeros diálogos que interessam a sociedade brasileira. Neste sentido, esta comunicação discutirá sobre o Ensino de História da Abolição, a partir da análise destes sambas-enredos, pois, esta temática foi abordada por diferentes perspectivas por algumas Escolas de Samba do Grupo Especial do carnaval carioca. A análise fundamenta-se na Didática da História (FONSECA, 2003) e na Educação das Relações Étnico-raciais (GOMES, 2012), com vistas a contribuir para o debate acerca da efetiva implementação da Lei 10.639/03 e a prática docente.

[156] Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG). Contato: cgbschiavon@yahoo.com.br
[157] Mestrando em História (PPGH/FURG), Bacharel em História (FURG). Aluno do Curso de Especialização em História e Cultura Afro-brasileira (FAMART/EAD). Contato: moraes.studinski@gmail.com

PIBID INTERDISCIPLINAR HISTÓRIA E SOCIOLOGIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2020-2021)

Gabrielle Pereira da Conceição[158]

O subprojeto Interdisciplinar História e Sociologia do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade de Brasília (2020-2022) propõe a pesquisa como parte imprescindível à prática docente ao professor de educação básica, norteado pelo título "A pesquisa como estratégia metodológica para o ensino em História e Sociologia na Educação Básica". As atividades são coordenadas por professores da Universidade de Brasília, Cristiane Portela do Departamento de História e Marcelo Cigales do Departamento de Sociologia, e dos professores da Secretária de Educação do Distrito Federal, Bibiana Rosa, professora de História na escola Centro Educacional 02 Cruzeiro, e Paulo Stumpf, professor de Sociologia no Centro de Ensino Médio Elefante Branco. O PIBID interdisciplinar traz como particularidade a inovação de práticas pedagógicas com a análise do acervo da escola, a etnografia dos arquivos, aulas-oficinas, e a interdisciplinaridade entre as áreas de História e Sociologia. O centro de memórias provoca repensar memórias e a própria história do Distrito Federal com o mapeamento de fontes históricas da escola.

No entanto, em virtude da pandemia da COVID-19, a análise do acervo escolar ficou comprometida e não foi possível promover as oficinas presenciais e explorar o centro de memórias. Contudo, diversas atividades estão sendo realizadas de forma remota, tais como: a) criação de um instagram para a divulgação da bionota da equipe que participa do projeto, bem como dos encontros realizados semanalmente em que se discutem os ensinamentos de Bell Hooks do livro "ensinamento pensamento crítico: sabedoria prática" (Hooks, 2020); b) desenvolvimento de um *podcast* com vários episódios que relatam a memória de agentes envolvidos com o projeto (estudantes secundaristas, estudantes bolsistas do Pibid, e professores das escolas envolvidas com o projeto e dos professores supervisores); c) resenhas de livros, documentários e filmes que abordam questões sobre a história do Distrito Federal ou de outras temáticas que se relacionam com as áreas de ensino de História e Sociologia; d) questionário com os estudantes das escolas onde o Pibid está sendo desenvolvido, mapeando a situação socioeconômica, as dificuldades com o ensino remoto e outras características socioculturais; e) planejamento de eletivas orientadas em formato de clubes a serem desenvolvidos tendo por base a memória e a pesquisa como objeto de ensino. Reflexões profundas são desenvolvidas como parte essencial da nossa atuação enquanto futuros docentes.

[158] Universidade de Brasília, licencianda em História, Brasília/Distrito Federal.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA ATRAVÉS DO CIBERESPAÇO: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA NO PROJETO FORMA & CONTEÚDO (MUSEOLOGIA/UFRGS)

Gabriela Meneghel Colla Mattia[159]

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise reflexiva e propositiva sobre a participação da autora, bolsista de iniciação científica e graduanda em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Projeto de Pesquisa "Forma & Conteúdo: reflexões sobre as exposições museológicas", coordenado pela Profª Drª Vanessa Aquino. O Projeto teve início em janeiro de 2020 e tinha como objetivo geral investigar as perspectivas expológicas e expográficas presentes nas exposições museológicas, todavia, com a suspensão das atividades presenciais devido à Pandemia de COVID-19, o projeto precisou ser readaptado e novos objetivos específicos foram elaborados. A fim de compreender o cenário museológico gaúcho e a comunicação de seus patrimônios neste período tão complexo e desafiador para toda a sociedade, percebeu-se um movimento significativo da presença dos museus no ciberespaço, seja nas mídias sociais ou até mesmo em seus *websites*. Logo, o Projeto assumiu como um dos seus novos objetivos identificar como os museus do RS estavam dialogando com seus públicos através dos ambientes digitais. Para tanto foi necessário cotejar cadastros oficiais de instituições museológicas, criar uma base de dados, conceber o recorte geográfico e de informações, estabelecer critérios de validação e formato de revisão. O Projeto também conta com a participação de pesquisadoras voluntárias dos níveis de graduação, mestrado e doutorado, além de mestras e doutoras para a realização do levantamento de dados e posterior revisão. No artigo serão explicitadas a organização e a metodologia do trabalho, dividido em fases: a) levantamento de dados de identificação das instituições museológicas do Rio Grande do Sul e respectiva presença no ciberespaço (de junho a agosto de 2020); b) apresentação interna de dados parciais; c) levantamento de dados sobre a oferta de ciberexposições e visitas virtuais a partir da 14ª Primavera dos Museus; d) análise de dados; e e) planejamento de comunicações. São problematizadas as potências do estudo e as possibilidades da pesquisa científica em Museologia. O contexto social da pandemia de Covid-19 perpassa o artigo justamente por ser considerado a causa central para que as atividades acontecessem no ciberespaço e consequentemente terem provocado alterações no projeto de pesquisa e no funcionamento dos museus. Por fim, conclui-se a relevância dos múltiplos olhares sobre um objeto de pesquisa e a abertura aos diferentes usos e comunicações do estudo pelas participantes do grupo e coordenação do mesmo e a relevância de oportunidades de iniciação científica para graduandos no âmbito da Museologia e do Patrimônio.

[159] Graduanda em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: gabriela.mattia07@gmail.com

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E PRESERVAÇÃO: SÉPIA UFRGS & AÇÕES PARA SALVAGUARDA DO ACERVO DA SOCIEDADE POLÔNIA DE PORTO ALEGRE

Karine Jeziorski[160]
Luiza Barth[161]
Pauline Tante de Tróia[162]

Relato das ações de preservação e divulgação científica nas mídias sociais desenvolvidas por discentes e docentes do Sépia UFRGS com vistas à assegurar a salvaguarda do acervo histórico da Sociedade Polônia (SocPol), instituição centenária da cidade de Porto Alegre e do conjunto de ações do Sépia nos âmbitos da preservação, memórias, acervos. Desde 2018, o grupo está engajado na preservação de diferentes coleções do acervo da SocPol, o que inclui o tratamento técnico, a disponibilização do material e a consequente realização de pesquisas voltadas à comunicação desse patrimônio histórico e cultural. A salvaguarda corresponde aos procedimentos que envolvem a documentação, pesquisa e conservação preventiva de acervos. Mas igualmente importante é a divulgação científica, que inclui estratégias de comunicação e socialização de conhecimentos produzidos no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão do Sépia em suas mídias sociais - Instagram (@sepia.ufrgs); Facebook (Sépia UFRGS) e canal no (Sépia UFRGS). Tal difusão representa uma das estratégias que visam o reconhecimento da importância da salvaguarda junto aos gestores, associados e comunidade de abrangência da Sociedade Polônia, bem como por parte de pesquisadores e público em geral, de modo a obter o reconhecimento da importância cultural e patrimonial do acervo, que documenta parte importante da história da instituição e da imigração polonesa no Brasil. Salientamos a importância das dinâmicas de comunicação empreendidas pelo Sépia UFRGS, grupo em que os estudantes têm a oportunidade de vislumbrar e vivenciar ações de salvaguarda de um patrimônio cultural ímpar, mas sobretudo engajar-se na produção de conteúdos para difusão nas redes sociais, pensando em suas especificidades e públicos, de modo que promovam interações dialógicas com a comunidade através da publicização periódica das descobertas, raridades, saberes e conhecimentos constituídos no fazer científico do grupo.

[160] Graduanda em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: ptt1988@live.com
[161] Graduanda em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: luizaklingb@gmail.com
[162] Graduanda em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: karinejeziorski@gmail.com

ARQUIVO DO PORTO DO RIO GRANDE: NAVEGANDO EM SÉCULOS DE HISTÓRIA E MEMÓRIA

Juslaine Tonin[163]

A organização e o tratamento da informação nos arquivos é um processo essencial na prática arquivística, que compreende um conjunto de atividades encadeadas para propiciar pesquisas e acesso aos documentos nela abrigados. Bem como, garantir a continuidade cultural e o elo entre o passado e o presente, permitindo-nos conhecer a nossa cultura e manter as nossas especificidades diante do mundo. O objetivo aqui é relatar a experiência de participar do translado da massa documental do acervo do Porto do Rio Grande, localizado na cidade de Rio Grande, no litoral sul do estado do Rio Grande do Sul, o qual tem suas atividades portuárias desde 1737, ano da fundação da cidade. Tal documentação encontra-se armazenada no Armazém A1, do Porto Velho, e está sendo realocada, temporariamente, numa sala no Prédio da Receita Federal, na mesma cidade.

A preparação adotada para a transferência do acervo, além de respeitar a ordem da documentação disposta em cada estante, destaca-se outras três (3) etapas: Etapa 1: Verificar a maneira como estavam acondicionados e a quantidade de documentos ali armazenados. Bem como, os materiais necessários (luvas, caixas arquivos, a disponibilidade de pessoal para a execução da transferência da massa documental, entre outras); Etapa 2: Agendar os dias de trabalho, estabeleceu-se ser de forma semanal, e ainda, respeitadas as condições climáticas e a disponibilidade de pessoal; Etapa 3: A elaboração do projeto de gestão de documentos, concomitante com as etapas anteriores, baseando-se nas legislações vigentes, bem como a aplicação da tabela de temporalidade documental;

Feito isso, se faz necessária a implementação de uma gestão de documentos de arquivo, pois é de suma importância para uma instituição, seja ela pública ou privada. A Gestão de Documentos, de acordo com a Lei nº 8.159, consiste em um "conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente". Desse modo, acredita-se na possibilidade deste trabalho constituir o início de futuras pesquisas e projetos a serem desenvolvidos acerca do acervo do Porto do Rio Grande/RS. Entende-se que é necessário um esforço por parte da administração do Porto em dar prosseguimento a este trabalho de organização do acervo, e buscar construir laços invisíveis entre o documento, a história e a memória com a sociedade rio-grandina.

[163] Pós Graduada em Gestão em Arquivos (UFSM), Graduada em História – Licenciatura (UNILASALLE), Graduanda em Biblioteconomia (FURG). Contato: juslaine@gmail.com.

ACERVOS HISTÓRICOS DA SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA: PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO PELA DIGITALIZAÇÃO

Felipe Vieira Chiamulera[164]
Marcelo Vianna[165]
Angela Beatriz Pomatti[166]

Com a chegada da pandemia em 2020, nos encontramos em um cenário completamente diverso no contexto geral, mas em especial nas instituições de preservação. Museus, arquivos e bibliotecas tiveram de tomar novos rumos para poder continuar prestando o importante serviço patrimonial provido por essas instituições. O Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM) é uma dessas instituições que tiveram que pensar novas formas de divulgar e, para além disso, preservar o seu acervo histórico riquíssimo para a história da saúde regional. É nesse contexto que se insere o projeto "Disseminando o conhecimento histórico da saúde: digitalização e catálogos virtuais de obras raras do Museu da História da Medicina do Rio Grande do Sul" que surgiu da parceria entre o MUHM e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – *campus* Osório (IFRS), amparada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. O trabalho busca democratizar os acervos do MUHM através da sua digitalização, da criação de catálogos digitais informativos e divulgação por meios digitais. Para tanto, está sendo realizada a digitalização de obras de referência para a História da Saúde regional, tais como os Relatórios e os Estatutos da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre (SPB). Ao fim dessa etapa, será realizada mais três etapas de digitalização, envolvendo tipos diferentes de documentos para a criação de outros três catálogos: o catálogo de obras bibliográficas raras, o catálogo de teses e o catálogo do acervo tridimensional. Foi possível até agora digitalizar todos os Relatórios da SPB, documentos importantes para compreender o associativismo português no Rio Grande do Sul e a constituição das instituições privadas de saúde no Estado; também foi possível realizar a digitalização da Revista Hygia, uma revista inédita sobre, como o próprio documento aponta, "medicina popular e educação sanitária" e editada por médicos, mas também com a presença de educadores do primário, jornalistas e outros profissionais letrados. Com esse projeto se espera democratizar os acervos históricos da saúde, torná-los mais acessíveis ao público em geral e preservar os documentos para s próximas gerações.

[164] Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)/FAPERGS - Campus São Leopoldo. Contato: chiamulera.felipe@gmail.com
[165] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Osório. Contato: marcelo.vianna@osorio.ifrs.edu.br
[166] Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul. Contato: angelapomatti@gmail.com

NUTAL E OFICINA DE CRIATIVIDADE: EXTENSÃO EM PRÁTICA

Julia Ferreira da Silva[167]
Victoria Medeiros da Silva[168]

O presente trabalho apresenta um relato de experiências junto ao Núcleo Transdisciplinar Arte e Loucura Tania Mara Galli Fonseca (NuTAL), núcleo de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Acervo da Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro. É significativo contextualizar como essa parceria foi firmada. Em 1990 é fundada no Hospital Psiquiátrico São Pedro a Oficina de Criatividade, como equipamento de reabilitação psicossocial da rede de saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste espaço são atendidos os moradores do São Pedro, pessoas internadas na área hospitalar, clientes do ambulatório e grupos das comunidades do entorno, encaminhados por outros serviços da rede de saúde. Funcionando de segunda a sexta-feira, ali são oferecidas atividades como pintura, bordado, modelagem, colagem, oficina de escrita, entre outras linguagens artísticas. Ao longo de mais de 30 anos, o espaço Oficina de Criatividade e seu Acervo acabaram se consolidando como uma instituição singular, sendo reconhecida no país como uma das quatros coleções que contemplam a questão da Arte e Loucura no Brasil, a saber: Museu de Imagens do Inconsciente/ Rio de Janeiro, Museu Bispo do Rosário/ Rio de Janeiro, Museu Osório César/ São Paulo e Acervo da Oficina de Criatividade do HPSP/ Rio Grande do Sul. Esse trabalho e acervo singulares formaram diversas parcerias com a UFRGS ao longo desse período, onde destacam-se as ações de ensino, pesquisa e extensão da Profa. Tania Galli Fonseca docente e pesquisadora do Instituto de Psicologia/UFRGS. Após o seu falecimento, em 2019, é fundado o NuTAL, com o objetivo de homenagear sua trajetória e também de seguir fortalecendo os vínculos entre universidade e Oficina de Criatividade. As ações do Núcleo se desdobram em diferentes frentes de trabalho, no que diz respeito às ações vinculadas ao Acervo, o Curso de Museologia assume o tratamento técnico do acervo museológico, bem como, as ações de comunicação e socialização das coleções e artistas via mídias sociais. Dentre as ações realizadas, destacam-se o evento virtual "Arte e Loucura: 4 coleções em diálogo", que fez parte da programação da 14ª Primavera dos Museus, a participação do NuTAL no XXI Salão de Extensão da UFRGS, a Visita Guiada à Oficina de Criatividade, que fez parte da programação da 19ª Semana Nacional dos Museus e o Seminário Tania Mara Galli Fonseca: Pensamentos e testemunhos, que promove, de forma virtual, sete encontros mensais ao longo de 2021. Em maio, aconteceu na Oficina de Criatividade a exposição "As Mil Faces", em parceria com o NuTAL, foi feita uma *live* de abertura da exposição, que contou com a presença dos artistas, curador e coordenadora da Oficina. O evento foi divulgado pela Secretaria de Saúde do RS. Por fim, é significativo destacar o trabalho de conservação preventiva que também é realizado junto ao Acervo, e que em breve, através do NuTAL, oferecerá aos funcionários do HPSP uma Oficina de Boas Práticas junto aos espaços de guarda e armazenamento de acervos.

[167] Graduanda em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: itsjuliaferreira@gmail.com
[168] Graduanda em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: victoriasmedeiros@icloud.com